



DIÓGENES LUCCA

DIÁRIO DE UM
POLICIAL

 Planeta





Copyright © Diógenes Lucca, 2016
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2016
Todos os direitos reservados.

Preparação: Beth Gobbi
Revisão: Ana Paula Felipe
Diagramação: Vivian Oliveira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L967d

Lucca, Diogenes
Diário de um policial : o submundo do crime narrado por
um comandante do GATE / Diogenes Lucca. - 1. ed. - São Paulo :
Planeta, 2016.

ISBN 978-85-422-0645-6

1. Lucca, Diogenes - Narrativas pessoais. 2. Segurança pública
- São Paulo (Estado). 3. Policiais militares - São Paulo (Estado).
4. Política de segurança. I. Título.

15-28946

CDD: 363.10098161
CDU: 351.742(815.61)

2016
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Rua Padre João Manoel, 100 – 21º andar
Edifício Horsa II – Cerqueira César
01411-000 – São Paulo – SP
www.planetadelivros.com.br
atendimento@editoraplaneta.com.br





DEDICATÓRIA

Aos policiais brasileiros

Mas apenas aqueles que cumprem as normas, agem de acordo com a lei e dirigem seus esforços para honrar suas instituições com a certeza de obter com isso o respeito e a admiração da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Olga que além de ter me ajudado a transformar pensamentos em palavras também viveu bem de perto comigo todas as tensões, angústias e alegrias reveladas neste livro.







SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. O PRIMEIRO TIROTEIO	7
CAPÍTULO 2. A PRIMEIRA PRISÃO	21
CAPÍTULO 3. A ENCRENCA DOS MENUÇOS	29
CAPÍTULO 4. A CASA CAIU: TRANSFERÊNCIA PREMATURA E INESPERADA.....	39
CAPÍTULO 5. A SWAT NO BRASIL: A CRIAÇÃO DO GATE	47
CAPÍTULO 6. O PRIMEIRO SUCESSO: O SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABILIO DINIZ.....	55
CAPÍTULO 7. A PRIMEIRA TRAGÉDIA: O CASO ADRIANA CARINGI.....	67
INTERLÚDIO. INVASÃO DO PRESÍDIO DO CARANDIRU EM 1992: CRÔNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA	79
CAPÍTULO 8. GATE: NOVA GESTÃO.....	85
CAPÍTULO 9. O CHIFRE E AS LETRINHAS	91
CAPÍTULO 10. REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES.....	99
CAPÍTULO 11. A OCORRÊNCIA QUE MUDOU O RUMO DA HISTÓRIA DO GATE.....	117
CAPÍTULO 12. OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS.....	123





CAPÍTULO 13. BASTIDORES DA OCORRÊNCIA	139
CAPÍTULO 14. OPERAÇÃO MEGARREBELIÃO.....	145
CAPÍTULO 15. MARCOLA	159
CAPÍTULO 16. OPERAÇÃO FEBEM FRANCO DA ROCHA	167
CAPÍTULO 17. PINHEIROS: PRAIA GRANDE	173
CAPÍTULO 18. O DIA EM QUE VI A MORTE DE PERTO.....	181
CAPÍTULO 19. O TEMPLO EVANGÉLICO	187
CAPÍTULO 20. COMO VEJO A TENDÊNCIA PARA O FUTURO	203





CAPÍTULO 1

O PRIMEIRO TIROTEIO







Domingo, dia da estreia da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1986. A cidade estava agitada e ansiosa pelo início do torneio. Eu tinha um dia inteiro de trabalho pela frente.

Fizemos a preleção dando a instrução tradicional do que seria feito no dia de trabalho e todos embarcaram. No pátio do batalhão, a ciranda com as viaturas teve início: trata-se de um ritual de comboio, em que todos os veículos giram em círculo antes de zarpar. O comando à frente é seguido pelo comboio e, assim, todo o pelotão se prepara para sair. O ritual aumenta a motivação da tropa, e a tradição e o espírito de equipe são reforçados e mantidos. Toda equipe especial, em qualquer país do mundo, estimula o senso de pertencimento dos seus policiais, e por isso são criados os rituais. Os soldados sentados à janela colocavam os braços para fora da viatura; alguns projetavam a cabeça, ou só o rosto, e encaravam um ponto imaginário como se estivessem caçando uma presa. A velocidade das viaturas ia subindo enquanto giravam em círculo no pátio e, aos poucos, os sinais sonoros das sirenes e os luminosos Giroflex eram ligados. Essa era a hora do batalhão. A hora da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) ir para a rua.

Quando o ritual atingiu o ponto alto, um soldado do corpo da guarda acionou o semáforo exclusivo que segurou o trânsito na pista lateral da avenida Tiradentes, no centro de São Paulo. Nesse





DIÁRIO DE UM POLICIAL

momento, a minha viatura de comando saiu do quartel e acessou a avenida acelerada, e foi seguida pelas demais viaturas, uma atrás da outra, como se formássemos uma enorme serpente. Esse era um desfile diário que impunha respeito. O deslocamento aconteceu até a praça Campo de Bagatelle, onde há uma rotatória enorme que dá acesso a diversas regiões da cidade. De lá saem vias em direções variadas. Chegando à praça, liberei o comboio e cada equipe seguiu o seu destino de acordo com o planejamento prévio.

Orientei o motorista da minha viatura a seguir pela avenida Ataliba Leonel, no bairro de Santana, na zona norte. Chegamos à avenida Luís Dumont Villares, que nos levaria ao bairro do Tucuruvi, já bem próximo da 39º Distrito Policial. Estávamos bem devagar, em velocidade de patrulhamento, quando, em um cruzamento, o sinal ficou amarelo. Logo ficaria vermelho e não daria tempo para cruzá-lo; não era o caso de acelerar, uma vez que não tínhamos pressa. A viatura estava quase parada, quando um veículo modelo Monza, com cinco ocupantes, cruzou a nossa frente. Algo inusitado marcou aquele momento, pois todos da guarnição perceberam a “tremida” do motorista. Policial que trabalha na rua desenvolve percepções sutis que se tornam alarmes e que levam a abordagens. Nós chamamos isso de tirocínio policial, outros dizem ser olho clínico.

Convencidos pela suspeita, não tivemos dúvidas e, quase simultaneamente, gritamos para o motorista da viatura acompanhar o carro com os cinco ocupantes em atitude suspeita. Ao perceber a viatura no encalço, o motorista do Monza acelerou, com a nítida intenção de fugir, e seguiu rumo a uma ladeira de paralelepípedos, correndo demais. Quando chegou ao final da ladeira, o motorista perdeu o controle do Monza. O choque foi inevitável. Ele parou na traseira de uma Brasília que estava estacionada à sua direita. Foi uma baita pancada.

Quatro coisas curiosas aconteceram na sequência. A primeira foi o motorista do Monza sair correndo para a esquerda, tentando evadir





O PRIMEIRO TIROTEIO

pelos corredores entre as casas. A segunda foi o suspeito que estava no banco da frente sair pela direita tentando fugir do mesmo modo em sentido oposto, talvez com o propósito de confundir ou dividir a equipe da polícia. A terceira foi os três ocupantes do banco traseiro, segurando um tijolo de maconha, ficarem por ali mesmo, atordoados com o impacto da colisão. E, por fim, a Brasília atingida pelo Monza ficar com a traseira destruída e toda a parte interna lambuzada de sagu. Mais tarde, descobri que a família proprietária do veículo iria assistir ao jogo da Copa em casa de parentes e tinha preparado a sobremesa para o almoço, tendo colocado uma tigela rasa com o sagu sobre o tampo do motor. O choque violento fez o doce se espalhar.

O motorista da viatura ficou por ali mesmo e deteve os três ocupantes que ainda estavam no carro, zonzos pela colisão. Dois policiais foram ao encalço do bandido que tinha fugido pela direita; meu auxiliar e eu fomos atrás do motorista, que tinha corrido para a esquerda. Naquele bairro, Parada Inglesa, há muitos morros e a geografia da região é acidentada. A rua onde houve o acidente fica num plano superior ao das casas. Em certo sentido, isso é uma vantagem para a polícia, pois a angulação descendente nos ajuda a não perder o contato visual durante a fuga alucinada. O motorista suspeito fugia pelos corredores entre as casas, e dava para perceber a sua ansiedade por desaparecer da nossa frente, além da arma que levava na mão, que brilhava quando o sol refletia nela. Dávamos ordem para ele parar e gritos para as pessoas se abaixarem onde estivessem, uma vez que havia muita gente em casa e crianças nas ruas. O suspeito pulava muros, corria por cima dos telhados, promovendo um início de pânico pela vizinhança. Até o momento em que ele afundou num telhado de amianto e desapareceu.

Rapidamente, safou-se dentro da casa onde caiu, saiu sabe-se lá por onde e continuou fugindo. Nós, seguindo o seu rastro, ainda estávamos em cima do telhado. Tentávamos andar sobre as vigas e os





DIÁRIO DE UM POLICIAL

parafusos que fixavam as telhas para não pisar em falso e ter o mesmo destino que ele, mas foi inútil. Acabamos caindo também.

Nem por isso interrompemos a perseguição a pé, porque a vantagem era nossa. Para quem está sendo perseguido, a situação é sempre mais delicada, pois além do pânico da perseguição e o perigo do desconhecido à frente e atrás, tem-se de encarar a tomada de decisão rápida sobre o caminho a ser escolhido. Isso tira décimos de segundo da sua dianteira e os dá à polícia, que vem logo atrás.

A condição física do criminoso era precária. Dava para perceber que a distância diminuía à medida que a correria avançava. Na iminência de ser alcançado, ele apelou para o tudo ou nada. Subiu em outro telhado que ficava a uns quinze metros de distância à nossa frente, apontou sua pistola niquelada e atirou contra nós, tentando nos intimidar. Foi o seu erro. Nós atiramos em revide, e ele tombou alvejado, caindo de cima do telhado, no corredor de uma casa qualquer.

Ao chegarmos ao local, encontramos o suspeito caído, com o rosto manchado de sangue, fazendo movimentos descoordenados e o nível de consciência diminuindo. A vida real é muito diferente daquela que aparece nos filmes de Hollywood. Na ficção, estamos acostumados a ver o sujeito baleado cair duro, estático. Mas apenas em situações específicas, naquelas em que um tiro atinge o coração ou o cérebro, a morte ocorre mais rapidamente. Nas demais, ela se apresenta lenta e sorrateira. Em alguns casos, ela pode até dar esperanças à vítima com a falsa ilusão de que não virá, quando na verdade já está a caminho. Nessas horas, o melhor a fazer é não falar nada, agir simplesmente, e deixar que a natureza se encarregue do resto. Uma lição que aprendemos no dia a dia da polícia é que, de um lado, a morte é inexorável ao ser humano e a cada dia estamos mais próximos dela; de outro, todos nós temos de encará-la ao vivo e em cores.

Desarmamos o suspeito e o socorremos, ainda com vida, levando-o ao pronto-socorro e, naquele dia, aprendi o que significa “coma





O PRIMEIRO TIROTEIO

5”. Essa foi a expressão que o médico usou quando falava comigo sobre o estado de saúde em que o sujeito se encontrava. Para não passar por neófito, me fiz de entendido diante do médico. Mas, sem saber o que aquilo significava exatamente e curioso para decifrar o enigma, me dirigi a uma enfermeira para que “traduzisse” o significado da expressão usada pelo médico. A jovem respondeu de forma simples e direta: “Tenente, coma 5 significa que se está com um pé na cova e o outro na casca de banana”.

Algumas horas depois, havia um traficante a menos na cidade de São Paulo.

Essa ocorrência me fez ganhar um apelido que, por sorte, acabou não pegando. Na época, apenas os oficiais da ROTA podiam usar o revólver Magnum calibre 357, uma munição muito poderosa, cujo disparo pode machucar o punho. Mas essa arma era quase um símbolo e fazia parte do *kit* do oficial, composto também pelo braçal e pela boina preta. Nós costumávamos usar dois revólveres, sendo o principal no coldre e um reserva na mão. Ambos eram Magnum, mas o que eu usava na mão durante o patrulhamento estava com munição calibre 38, normal.

No quartel, depois que apreenderam a minha arma para a perícia, descobriram que o sujeito estava com um tiro de Magnum na cabeça e que havia demorado cinco horas para morrer; algo soou estranho e começaram a questionar esse fato curioso. Eu sabia que, mais cedo ou mais tarde, me colocariam contra a parede para dar explicações. O fato é que não tinha sentido usar munição de 38 mm num revólver Magnum. Mas eu fazia isso porque o barulho dos disparos arrebatava os meus ouvidos toda vez que eu praticava tiro durante os treinamentos. E eu queria evitar que isso acontecesse durante uma operação. É claro que essa “conversinha” não funciona em um ambiente onde qualquer vacilo vira piada imediatamente, e a partir daquele dia alguns colegas passaram a me chamar de “Tenente Magnum”. Os amigos mais antigos ainda me chamam assim.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Criar apelidos é bastante comum no ambiente dos batalhões. Em certa ocasião, uma guarnição de Tático Móvel foi fazer uma abordagem na região oeste da cidade de São Paulo, onde um grupo tocava um samba animadamente. Alguma coisa saiu errado nessa abordagem e uma confusão começou. Isso fez com que os policiais tivessem de usar de energia extra para gerenciar a crise e um deles acabou fazendo disparos de arma de fogo. A situação ganhou destaque à época, porém, apesar de ninguém ter sido ferido, os disparos perfuraram os instrumentos de percussão do grupo. Logo, a situação virou motivo de piada, e os patrulheiros envolvidos nessa crise passaram a ser chamados de “fura-bumbo”. Como desgraça pouca é bobagem e os batalhões tinham suas próprias equipes de Tático Móvel, que hoje são chamadas de Forças Táticas, permanece a brincadeira de provocá-los chamando-os de “fura-bumbo”.

Voltando à ocorrência, esse foi o dia que eu mais esperei no início da minha carreira.

Depois de passar cinco anos nos cursos de preparação, sendo dois no curso preparatório, que equivalia ao ensino médio, e três no curso de formação de oficiais de nível superior, eu estava ansioso para patrulhar e pegar bandidos. Mas, naquele ano, o comando da Polícia Militar havia determinado que todos os aspirantes a oficial fossem para unidades policiais no interior do estado, nas quais deveriam ficar durante os seus primeiros seis meses, como um período probatório. Havia o entendimento de que essa transição de cadete para oficial seria mais apropriada se fosse realizada de modo tranquilo, uma vez que as unidades da capital são sempre mais complexas e arriscadas. Ficando seis meses em uma rotina “tranquila”, o aspirante seria ambientado em suas atribuições e estaria mais apto para lidar com os problemas complexos das unidades da capital e da Grande São Paulo.





O PRIMEIRO TIROTEIO

Até aí, tudo bem. Eu só não esperava ir para tão longe, pois acabei sendo enviado para a cidade de Fernandópolis, há mais de 500 km de São Paulo. Na época, a viagem de ônibus levava cerca de doze horas. Minha turma era grande e fomos em sete aspirantes para aquela unidade. Ao final do sexto mês, meu sonho de cadete havia se realizado e voltei para a capital. Eu seria um dos novos integrantes da ROTA.

Nós nos esforçávamos ao máximo, patrulhando os locais mais violentos da cidade. Esse era um dos aspectos que caracterizavam a ROTA. Naquela época, dificilmente a ROTA fazia patrulhamentos na região central da cidade e tampouco nos bairros nobres, porque o seu diferencial era a presença na periferia, onde a população precisava do efetivo da polícia, por haver maiores índices criminais. A chance de prender um criminoso ou de participar de um confronto era maior na periferia, onde eu queria estar quando isso acontecesse. Eu precisava passar pelo batismo de estar no meio de um fogo cruzado. Desde a sua criação, a rotina da ROTA era efetuar prisões, abordagens e apreensões de armas e drogas, além do trabalho coordenado com a inteligência da polícia, que nos passava informações privilegiadas. Um policial poderia fazer o seu trabalho muito bem feito, receber homenagens e distinções, mas ele não seria visto como um oficial completo e respeitado entre seus pares se não tivesse participado de uma ocorrência com tiroteio e risco. Mas eu não dava sorte e não aconteciam confrontos onde eu estava. A situação me deixava ansioso. Eu queria “estar lá” quando acontecesse.

Os policiais mais experientes, ao perceberem a minha ansiedade, diziam: “Chefe, quando for a hora, o bicho vai trombar com a viatura”, e “O bicho feroz vai chifrar a viatura, chefe”. Esse era o grande objetivo de qualquer patrulheiro da ROTA. Mas o meu dia não chegava, até aquele domingo de 1986, quando houve o “coma 5”.

No domingo atípico, de jogo do Brasil na Copa do Mundo, a cidade estava em festa, com as pessoas em suas casas ou na casa de





DIÁRIO DE UM POLICIAL

seus parentes e amigos, eu segui a rotina. Fiz a revista da tropa, que, no ambiente de caserna, significa reunir o grupo de trabalho, inspecionar a apresentação pessoal, a correção do uniforme, ler as ordens provenientes do comando, comentar alguma ocorrência recentemente protagonizada por outra equipe e os aprendizados que tiramos dela e, por fim, dar instruções e coisas dessa natureza.

Eu havia determinado que as guarnições não se deslocassem para as periferias mais longínquas e que, se tudo ocorresse bem e a cidade estivesse tranquila, como era de se esperar num dia assim, determinaria o recolhimento mais cedo, para que o pessoal pudesse assistir ao jogo no quartel.

Dois sentimentos importantes ficaram na ocorrência do meu primeiro tiroteio com morte: as questões pessoal e da perseguição.

Não restam dúvidas de que a perseguição ocorrida naquele domingo poderia ter-se prolongado, caso o veículo em fuga não colidisse. Naquela época ninguém cogitava usar o cinto de segurança e as chamadas “perseguições policiais” eram muito frequentes. Assim, acidentes aconteciam, fosse porque o criminoso em fuga se acidentava ou porque ocorriam acidentes envolvendo a própria viatura policial. Atualmente, a situação é outra, pela dinâmica das operações e graças aos recursos de proteção que contribuem para que o trabalho policial seja diferente.

Abrir o livro do passado, depois de tanto tempo, me faz constatar que os maiores riscos que corri na minha vida profissional não ocorreram nos confrontos armados, nas invasões a presídios, nas negociações com reféns, tampouco nas desativações de artefatos explosivos. Os maiores riscos que corri em minha carreira aconteceram nos deslocamentos em alta velocidade e nas perseguições policiais atrás de veículos suspeitos.

Recentemente houve uma mudança nos procedimentos operacionais que acabou por proibir a perseguição e recomendar uma nova





O PRIMEIRO TIROTEIO

conduta denominada “acompanhamento e cerco”. Em outras palavras, a medida visa diminuir o risco de um acidente que possa colocar em risco pessoas inocentes que trafegam com seus veículos pelas ruas da cidade ou a vida dos pedestres. Essa medida surgiu depois da constatação de que, seja ou não um criminoso, quem decide fugir da polícia em alta velocidade não vai respeitar os semáforos, os limites de velocidade nem terá a prudência necessária para evitar um acidente. Pelo contrário, a pessoa que foge está disposta a tudo para conseguir o seu objetivo. Ela pode fugir para evitar ser apanhada sem a carteira de habilitação, por estar embriagada ou com a documentação irregular. Enfim, os motivos são os mais variados.

Por outro lado, os ocupantes da viatura policial que optam por perseguir fugitivos – considerando que o veículo em fuga já se encontra em alta velocidade emitindo sinais sonoros e luminosos – fazem com que o suspeito acelere ainda mais, obrigando o motorista da viatura a fazer o mesmo. Isso potencializa o risco de acidentes, inclusive para os policiais. Assim, para desmontar esse cenário perigoso e, sobretudo, reconhecendo que não vale a pena colocar tantas vidas sob risco para prender um criminoso, decidiu-se que o melhor a fazer em caso de fuga é ampliar a distância da perseguição e providenciar o acionamento do Centro de Operações e de outras viaturas que estejam nas proximidades, a fim de montar um cerco e, assim, parar o veículo em condições menos arriscadas.

O outro aspecto importante é relativo ao sentimento do policial quando tem um envolvimento direto em um evento que resulta em morte. Durante os trinta anos que fiquei na polícia, a situação que mais me marcou foi o caso de uma menina de dez anos de idade que havia caído em um poço. Eu estava patrulhando a zona leste de São Paulo, quando uma pessoa na via pública fez sinal para a viatura de forma muito enérgica e desesperada. Imediatamente, parei a viatura e a pessoa me disse que tinha visto uma garota cair num poço, em um





DIÁRIO DE UM POLICIAL

terreno baldio que ficava não muito longe dali. Eu acionei o Centro de Operações para que avisasse o Corpo de Bombeiros e nós fomos para o local.

Chegando lá, vimos que se tratava de um poço abandonado, profundo e de entrada muito estreita. Eu me senti impotente ao analisar a situação e não encontrar uma solução imediata. Por falta de equipamento de apoio, não tínhamos nenhuma condição de agir de imediato, descer e resgatar a garota. O alívio veio quando, em poucos minutos, a equipe do Corpo de Bombeiros chegou e, numa ação muito rápida, um cabo de segurança foi armado e um integrante da guarnição desceu, de cabeça para baixo, amarrado pelos pés e sustentado por seus companheiros. Desceram-no até o fundo do poço, quando ele informou que tinha alcançado a menina e que ela estava inconsciente.

Toda a ação dos bombeiros foi muito rápida, repito, e eficiente, e quando o soldado saiu do poço trazendo o corpo da garota eu tive esperanças de que tudo terminaria bem. Era uma menininha muito linda, tinha cabelos loiros e compridos e vestia short e camiseta. Sem perder tempo, os bombeiros começaram o procedimento para tentar reanimá-la. O meu alívio inicial, ao vê-la fora daquele buraco, segura e seca, o que afastava a hipótese de afogamento, voltou a se transformar em aflição, porque ela não voltava ao estado de consciência. Massagem cardíaca e respiração boca a boca não foram suficientes e a morte da garota foi constatada. Mesmo assim, ela foi levada para o hospital em caráter de urgência, mas nada pôde ser feito.

Depois me explicaram que o afogamento não é a única causa de morte nos casos de queda em poços. As camadas de gases venenosos que pairam logo acima da superfície da água, dentro do poço, são suficientes para provocar o óbito.

Foi muito triste ver aquela criança ter a vida ceifada tão precocemente.





O PRIMEIRO TIROTEIO

Com relação aos criminosos em situação de confronto armado, o caso é outro. Eu sempre ouvi muitas histórias. A que mais me marcou foi a de um antigo tenente, um veterano. Ele me disse que, após o primeiro confronto com morte, passou a acordar muitas vezes durante a noite. Quando abria os olhos, via o morto em pé, próximo à sua cama. O tenente disse que essa cena se repetiu muitas vezes, o que, convenhamos, é assustador.

Havia colegas que menosprezavam incidentes desse tipo, quando criminosos morrem em confrontos. Como se o criminoso não fosse um ser humano. Alguns colegas se perderam com esse tipo de postura diante da vida do criminoso e acabaram se envolvendo em expedientes inapropriados, como que por força de uma compulsão. Quanto mais eles se envolviam em ocorrências que acabavam em mortes, mais se sentiam atraídos por elas ou procuravam estar próximos de situações que levariam a elas, fosse no cumprimento de sua escala de trabalho, fosse nas horas de folga. Alguns casos chamavam a atenção pela frequência com que se associavam a tais circunstâncias, e muitos desses colegas tiveram um fim igual ao que tantas vezes assistiram.

Parte da responsabilidade por esse desgaste notado no comportamento do policial é da Instituição. Uma vez que um desequilíbrio é percebido, seja com relação à banalização da vida, seja pelo rompimento dos laços familiares, pelo excesso de bicos e atividades extracorporativas ou outros problemas pessoais, é preciso que haja uma ação mais incisiva, mais proativa no sentido de tratar e recuperar o policial.

Hoje, todo policial passa por uma avaliação de sua reação a um estresse pós-traumático. Isso tem ajudado muitos a lidar com esse tipo de vicissitude característica da sua carreira. De minha parte, nas ocorrências graves das quais participei, considero que me dei bem com cada situação. Correu muita adrenalina na corrente sanguínea, e penso que isso foi bom para tonificar meus músculos e aguçar meus





DIÁRIO DE UM POLICIAL

sentidos. Depois delas, senti uma calma e, no limite do cansaço, uma noite de sono sempre foi suficiente para restaurar a minha disposição. Nunca tive sobressaltos durante a noite nem vi ninguém na cabeceira da minha cama. Continuo tendo mais precaução com os vivos do que com os mortos.





CAPÍTULO 2

A PRIMEIRA PRISÃO







Uma das piores coisas que podem acontecer a um criminoso é ficar conhecido. O bandido conhecido tem destino certo: cadeia ou cemitério. Definitivamente, a vida do crime não é para estrelas nem para gente que gosta de aparecer. Fazer *selfie* e postar nas redes sociais é coisa de amador.

Na zona oeste da cidade de São Paulo, na divisa com a cidade de Osasco, um criminoso chamado Julião não observou essa regra e começou a ficar famoso demais no pedaço. Obviamente, todas as equipes que eram destinadas a patrulhar aquela região sempre passavam pela favela do Educandário, esperando contar com a sorte de encontrar o Julião. Passar pelo Educandário era quase um ritual. E eu embarquei nessa onda.

No dia em que fui designado para patrulhar aquela região, falei para o meu motorista: “Vamos dar uma passada no Educandário, para ver se damos a sorte de encontrar o Julião”.

Era um dia nublado, típico de São Paulo dos anos 1980. Caía uma garoa fina, e nós partimos para lá. Havia diferentes acessos para chegar à favela e, a cada vez, as equipes escolhiam um caminho diferente. Fazia parte da estratégia para “colaborar com a sorte”. Naquele dia, vínhamos relativamente devagar e, assim que fizemos a curva da última rua e demos de cara com a comunidade, vimos dois rapazes





DIÁRIO DE UM POLICIAL

que “pinotearam”, fugiram a pé, assim que perceberam a viatura. Era o famoso “pinote na favela”.

Pedi para o motorista chegar o mais próximo possível do beco e desembarcamos, dois para um lado, outro policial e eu para o outro lado. O motorista, por rotina, permanece na viatura e faz o que pode, ora cercando, ora pedindo mais apoio. Os suspeitos também se separaram, e meu companheiro e eu marcamos um suspeito e continuamos correndo atrás dele. Por mais que nos esforçássemos, a distância entre nós e ele aumentava, e eu que já estava com a arma na mão, pronto para agir, resolvi tomar a iniciativa de dar um tiro para o alto. Na minha cabeça isso poderia desestimulá-lo de prosseguir na fuga. Mas, quando eu apontei a arma para o alto para dar o tiro de advertência, o policial que estava ao meu lado gritou: “Não, chefe!”... Tarde demais.

Efetuei o disparo. Meu auxiliar pôs a mão na cabeça sinalizando que eu não deveria ter feito aquilo. Ele foi parando de correr e só aí eu percebi que a minha estratégia produzira um efeito oposto ao que eu desejava. Em vez de parar ao ouvir o tiro, o criminoso acelerou ainda mais e sumiu do nosso campo visual. Percebi a bobagem que tinha feito e o policial mais experiente explicou que nunca deveria fazer aquilo, pois o resultado era sempre o mesmo.

Mesmo assim, continuamos as buscas. Nas comunidades, vivem muitas pessoas de bem, honestas e trabalhadoras e que precisam conviver com criminosos, mesmo sentindo medo e sendo coagidas a determinadas rotinas em função de possíveis represálias por parte dos bandidos.

Enquanto andávamos por aquelas vielas e becos, sinais nos eram dados pelos moradores de maneira bastante sutil, indicando por onde o suspeito em fuga tinha passado. Então, começamos a vasculhar alguns barracos até encontrar algo interessante em um deles. A cena era curiosa. Um sujeito fingia estar dormindo com uma criancinha no colo, mas um vapor exalava dele, uma espécie de névoa, que indicava





A PRIMEIRA PRISÃO

que o corpo estava quente. Ele estava suado e apresentava sinais de que havia sido molhado pela garoa do dia. Aquele “sono” fingido não colou, então eu disse:

– Levanta e põe as mãos sobre a cabeça.

Fizemos a busca pessoal e não encontramos nada, mas a história que ele nos contou não convenceu. Na dúvida, “grampo” e delegacia, ou seja, algemamos e levamos. “Grampo” é como a gíria policial chama as algemas; em espanhol, as algemas são chamadas de “esposas”. Qualquer semelhança...

O preso não tinha nenhum documento pessoal e, mesmo assim, precisávamos levá-lo para a viatura. Saímos da comunidade e, quando a avistei, meus outros dois policiais e o motorista me viram chegando com o preso. Notei que dois deles tinham um comportamento estranho, falavam muito entre si e colocavam a mão na cabeça, num misto de espanto e perplexidade.

Assim que me aproximei deles, fui chamado de lado, e o motorista me disse:

– Chefe, estamos ferrados – e eu perguntei por que ele pensava isso. Pelo que constava, não havia acontecido nada demais, até que ele deu a informação bombástica:

– Chefe, o senhor prendeu o Julião!

Aí me bateu um desespero. Como eu explicaria ter prendido o Julião, o bandido mais famoso do pedaço? Minha esperança era que meu policial estivesse equivocado, então perguntei ao detido o seu nome, e ele disse: “Julião”.

Bem, o serviço estava feito e precisava seguir em frente. Ao chegar ao Distrito Policial e apresentar o preso, o delegado de plantão debochou, como se eu tivesse protagonizado uma cena hilária, e disse:

– Ih, Tenente. O senhor prendeu o Julião!

O meu pânico só aumentava. Naquela época não havia internet nem os aplicativos que temos hoje, e eu não sei como a notícia





DIÁRIO DE UM POLICIAL

correu tão rapidamente. Quando cheguei ao batalhão, um dos oficiais mais respeitados da unidade já estava me esperando, pronto para me esganar por eu ter cometido o “sacrilégio” de prender o Julião. Tive de segurar a onda e continuar o trabalho. O tempo tratou de esfriar as coisas para o meu lado e diminuir a exposição negativa que tive. Bandido tinha o destino selado, na maioria das vezes. Eu explico.

Até meados da década de 1980, a Polícia Militar e, particularmente, a ROTA tinham uma visão bem definida em relação ao bandido. Bandido bom era bandido morto. E isso norteava as ações policiais na época. Não foram poucas as vezes em que essa orientação foi levada a tal ponto que alguns maus policiais praticavam execuções sumárias e muitos foram condenados por isso.

Tive oportunidade de conhecer alguns desses policiais quando fui ao Presídio Militar Romão Gomes para dar uma palestra. Um policial cumpria pena por homicídio por ter agido por conta própria numa ocorrência. Ele foi acusado e condenado pela morte de um criminoso ocorrida fora das circunstâncias que a lei determina. Achava injusta a sua condenação, porque o “sujeito” tinha uma ficha criminal – na cabeça dele, “bandido bom é bandido morto” –, e pensava que bastaria fazer o papel do judiciário para resolver tudo.

Outro caso de natureza semelhante causou comoção na PM. Um oficial determinou à guarnição que resolvesse uma ocorrência de manifestação na área central da cidade. Ele teria dito ao sargento:

– Vá lá e resolva o problema.

O sargento não teve dúvida. Ao chegar ao local com a equipe, sacou o cassetete e o aplicou de forma enérgica, muito exagerada, e dissipou os manifestantes, ferindo vários deles. Emissoras de televisão filmaram a ação e constataram o exagero da ação policial, o que foi reconhecido pela instituição, que determinou o recolhimento do sargento e de sua equipe na Corregedoria da Polícia. O sargento responsável pela operação estava bastante indignado com a punição.





A PRIMEIRA PRISÃO

Questionado sobre o exagero e o excesso no uso da força, ele disse que apenas cumpriu a ordem: “Não era para resolver o problema? Eu fui lá e resolvi”.

Estes exemplos ilustram bem como é tênue a linha que separa a atuação dos policiais que observam a lei daqueles que extrapolam esses limites.

Confesso que tive muita sorte, sobretudo por ter sido muito bem orientado por bons profissionais, que me ajudaram a lidar com questões dessa ordem e que me imunizaram para não ser contaminado por esse pensamento justiceiro. As consequências sempre vêm. Quem age de acordo com a lei é absolvido; quem desrespeita a lei tem de assumir as consequências de seus atos.







CAPÍTULO 3

A ENCRENCA DOS MENUDOS







As aparências enganam. Estávamos num dia de patrulhamento que dava indícios de ser um dia tranquilo. Ainda era de manhã. Patrulhávamos a região sul da cidade de São Paulo e o nosso destino era a periferia. De repente, um automóvel ocupado por cinco rapazes cruzou o nosso caminho, chamando a nossa atenção. Decidimos fazer o padrão, uma abordagem.

A abordagem policial é feita por qualquer equipe a pé ou motorizada. Ela é um dos procedimentos treinados exaustivamente durante a formação de um policial. Não estávamos ali para inventar nada, então, seguimos a rotina consagrada na execução de uma abordagem. A primeira decisão a ser tomada é sobre o local adequado. Um policial consciente considera sempre o cenário pessimista em qualquer ação, até porque a prudência nos mostra que devemos estar preparados para o pior. As coisas devem ser assim, porque o policial não é vidente, ele não sabe o que virá pela frente.

Ao iniciar uma abordagem, deve-se escolher bem o local em que ocorrerá, a fim de se evitar uma situação de risco para qualquer pessoa, seja para os próprios policiais, seja para as pessoas que não fazem parte daquele procedimento, assim como para o cidadão abordado. Afinal, uma abordagem em si não transforma o cidadão em criminoso. Ninguém é culpado de nada até que haja investigação e provas concretas, coisas que não são da competência de quem está patrulhando as ruas.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Quanto à ocorrência em questão, nós seguimos o carro, aguardando até chegarmos a um local adequado. Quando eles estacionaram, nós paramos a viatura atrás do carro com os cinco rapazes, de modo que tivéssemos certo ângulo de perspectiva em relação ao carro e pudéssemos manter os rapazes sob contato visual, além de nos proteger do movimento local. Desembarcamos protegidos pela porta da nossa viatura, abrimos nosso posicionamento em leque para obter melhor visualização dos dois lados do carro que seria averiguado e, como manda o procedimento, coube a mim, como encarregado da viatura, estabelecer o diálogo com os ocupantes do veículo. Pausadamente e em alto e bom som, orientei os ocupantes para que cumprissem as determinações.

Longo após a parada de qualquer viatura e o desembarque da equipe, o policial que assume a condução do procedimento estabelece a comunicação, iniciando com uma das duas frases seguintes: “Cidadão, por gentileza” ou “Motorista, por favor”. Essas duas chamadas não são ordens de comando, mas uma advertência para a ordem de comando que virá em seguida. O início da abordagem é feito desse modo para evitar que o cidadão se sinta acuado, entre em pânico ou se assuste, consequências que podem ser desastrosas. A polícia sabe que não faz parte da rotina das pessoas serem abordadas no dia a dia, e que não é fácil para ninguém ter uma viatura com farol alto ligado atrás de si, com Giroflex iluminando tudo com luzes vermelhas, e policiais de arma em punho dando ordens para que se fique imobilizado. Nessas circunstâncias, o nível de adrenalina sobe, a emoção domina os impulsos e a racionalidade fica de lado. Por isso, é importante iniciar bem, tranquilizando a cena, a fim de que todos ajam racional e conscientemente. E foi o que fizemos, com a melhor das intenções.

O primeiro contato foi estabelecido e, em seguida, ordenei que desligassem o carro, abrissem a porta, descessem com as mãos visíveis e se apoiassem sobre o carro. Todo policial de rua é muito preocupado com a posição das mãos das pessoas que estão sendo abordadas. Onde





A ENCRENCA DOS MENUDOS

está a mão, está o perigo, e é nesse sentido que se justificam as ordens que as pessoas conhecem: “Levante as mãos”, “Ponha as mãos na cabeça”, “Ponha as mãos contra a parede”.

Naquele dia, as coisas estavam tranquilas, até que quatro dos ocupantes do carro desceram. Depois disso, os problemas começaram. Algo não dera certo e não sabíamos o quê. Quatro ocupantes seguiram nossas instruções, desceram do carro e nos atenderam, mas o quinto integrante permaneceu sentado no meio do banco traseiro, mantendo a cabeça e as mãos abaixadas.

Logo, o jovem que conduzia o veículo começou a insistir em falar conosco, mas minha atenção estava no ocupante sentado no banco de trás do veículo e comecei a exigir que ele saísse também. A situação começou a me deixar preocupado, e também aos demais policiais que estavam comigo. O que seria aquilo logo cedo? Sempre existe a hipótese de um risco potencial estar diante de nós. O que fazia aquele sujeito parado ali, dentro do carro, depois que os outros quatro haviam descido, apesar de receber ordens insistentes da polícia para que ele descesse? Só nos restou endurecer um pouco mais com os que estavam fora do carro, porque eles passaram a gritar ao mesmo tempo em que dávamos a ordem para o quinto rapaz sair. A cena estava ficando confusa e tumultuada; era preciso resolver logo a situação do sujeito dentro do veículo. O controle deveria estar conosco e faríamos tudo para que ocorresse exatamente assim.

Na dúvida entre uma situação normal e alguma surpresa que estivesse nos aguardando, mandei que se deitassem no chão e essa nova ordem não foi bem recebida pelos quatro rapazes que estavam na calçada. Eles não gostaram do que mandei fazer e começaram a reagir, manifestando sua insatisfação. Ficaram realmente inconformados e reclamaram bastante, dizendo que não eram bandidos para que agíssemos daquele modo com eles, e que não aceitariam uma abordagem policial feita daquela maneira.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

O problema estava instaurado. Assim, uma manhã tranquila e sem sinal de problemas ficava para trás, por conta de um sujeito que não respondia à ordem para sair de dentro do carro, e de outros quatro rapazes que não queriam obedecer ao procedimento de segurança. Em meio a essa tensão, o motorista do veículo e os outros três passaram a gritar para o quinto rapaz sair, e aquilo só aumentava o grau de complicação da abordagem que, inicialmente, se apresentava como simples e corriqueira. Percebi que a aparência de todos eles era a de jovens de classe média alta e imaginei que estivessem voltando de alguma balada ou de uma festa.

Por um momento, pensei que poderia começar a afrouxar a atenção, mas para a minha surpresa, dois rapazes, em especial o motorista, começaram a reclamar além da conta. A questão era o modo como estávamos conduzindo a abordagem. Questionaram o comportamento da minha equipe e o meu próprio quanto ao procedimento que tomamos, mandando-os deitar no chão. Eles argumentavam insistentemente que não tinham “cara de bandido”. Ora, eu sei muito bem que bandido não tem cara. Bandido não avisa o que é e não é a aparência que faz o bandido. Tentei explicar isso para eles, dizendo que nós trabalhamos por amostragem e que toda aquela tensão havia sido gerada por eles mesmos. Mas o motorista continuou replicando e se manteve fora da linha, falando de um jeito que eu considerei muito pouco respeitoso.

Na ocasião, eu tinha vinte e dois anos de idade, muita gana pelo que fazia e pouca experiência com gente petulante. Aquela não era minha primeira abordagem, e eu sabia que estava bem treinado. A experiência para gerenciar uma crise assim viria com o tempo, e hoje tenho outras ferramentas para lidar com uma situação como aquela. Mas o que eu tinha disponível naquele momento era o que chamamos de “poder de polícia”, que me conferia autoridade para executar a abordagem, e era o que eu estava fazendo. No uso dessa prerrogativa, senti que estava sendo desacatado e tentei explicar as consequências





A ENCRENCA DOS MENUDOS

que eles teriam se continuassem afrontando a equipe em serviço. Pois um erro levou a outro.

Na época em que isso aconteceu, um conjunto de rapazes porto-riquenhos estava no auge da fama. Eles cantavam músicas para adolescentes e eram uma febre nas rádios e nos programas de auditório. Era o grupo Menudo.

Eu não sei por qual motivo fiz aquilo, mas as reclamações repetidas pelos rapazes na calçada, a insistência e a atitude deles, por vezes mimadas, tomaram volume, até que eu disse: “Não sei por que vocês estão aí reclamando... deve ser porque vocês ‘se acham’ os Menudos, seus filhinhos de papai”. Ainda não sei se os ofendi mais por chamá-los de “filhinhos de papai” ou de “Menudos”. Talvez eles não fossem fãs do conjunto...

O fato é que isso os irritou ainda mais, e a maneira ofensiva como se dirigiam a nós se agravou. Isso me obrigou a “apertar o parafuso” e dei voz de prisão para todos.

Enquanto isso, o rapaz que estava dentro do carro, não esboçava nenhuma reação. Estaria morto? Era preciso fazer algo mais efetivo, tomar uma medida mais rígida, endurecer um pouco e evitar que o pior acontecesse, contra nós e contra eles. Mandei que todos se calassem e um auxiliar da minha equipe se aproximou do veículo. O rapaz permanecia lá dentro, imóvel, de cabeça baixa, mãos para baixo. Que diabos era aquilo? Ele poderia ter uma arma, um explosivo, sabe-se lá! Os quatro rapazes olhavam fixamente para dentro do veículo, agora evitando dizer qualquer palavra, pois eu havia determinado que não falassem e não tumultuassem a abordagem. A tensão era visível, para nós e para eles. Silêncio total. Meu auxiliar se aproximou do veículo, vindo por trás, colocou a cabeça dentro do carro e constatou que “o quinto elemento” estava apenas dormindo um sono profundo. Uma vez acordado, pedimos que saísse do carro para que pudéssemos revisá-lo, conferir seus documentos e o documento do veículo.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Seguindo a norma, salvo raras exceções, a pessoa que recebe voz de prisão deve ser conduzida em uma viatura por questão de segurança. No caso dessa condução, os rapazes deveriam ser algemados, e eu fiz cumprir o regulamento, “grampeando” todos eles. Nós os colocamos na viatura e partimos para o Distrito Policial.

Quando chegamos à delegacia, já havia um advogado nos aguardando. Aquilo cheirou mal logo de início e você pode suspeitar o motivo. O advogado estava ali para representar as partes, mas ele chegou à delegacia antes dos próprios representados. Devo imaginar que algum conhecido viu a ocorrência em andamento, já que estávamos em lugar público, e decidiu avisar alguém da família, que, por sua vez, acionou o advogado, e este foi imediatamente para o Distrito.

O advogado chamou a minha atenção por não ser um novato. Era evidente que tinha alguma experiência, pois era um senhor bem mais velho do que eu. Não era um advogado em início de carreira e sua abordagem deixou isso claro. À medida que se aproximou de mim, fez questão de dar mostras de que a operação simples que havíamos realizado não passara de um grande mal-entendido, e tentou logo uma solução rápida, ali mesmo, à porta da delegacia, antes até de que o caso fosse levado ao delegado de plantão. Bem, essa hipótese pode ter passado pela cabeça dele, mas não chegou perto da minha. Educadamente, rechacei qualquer manobra, pois, a partir do momento em que a pessoa é algemada, a apresentação da ocorrência ao delegado de plantão torna-se inevitável. Ponto. Isso eu não discutiria.

A tentativa de dissuadir o advogado das argumentações que ele apresentou não pareceu incomodá-lo de modo algum. A minha negativa em ceder às suas investidas não o desanimou nem o convenceu da minha determinação em entrar na delegacia para realizar o meu trabalho, e tudo aquilo começava a parecer bem estranho. Insisti, tentei contorná-lo, pois queria seguir o protocolo e levar os cinco para dentro. Finalmente, quando consegui passar por ele, fui direto





A ENCRENCA DOS MENUDOS

à procura do delegado de plantão em sua sala. Apresentei-me a ele e relatei a ocorrência, mas suspeito que o advogado tenha passado na sala do delegado antes de mim, já que chegou tão cedo ao Distrito. Isso também ficou evidente quando senti certa inclinação, por parte do delegado, para colocar “panos quentes” no caso.

Enquanto expunha os fatos, um funcionário do Distrito avisou que havia uma ligação telefônica para mim e que deveria atendê-la rapidamente. Fiz o que o funcionário indicou e atendi ao telefonema. Era o subcomandante da ROTA. Eu mantinha um profundo respeito por ele, um oficial muito rigoroso em seus métodos, sério e trabalhador. Ele perguntou o que havia acontecido e eu expliquei toda a rotina, desde a abordagem até aquele momento, e percebi que ele ficou incomodado com o resultado da operação. Mas, como ele já sabia que havia “uma tal ocorrência” se eu ainda a estava relatando? Adivinhe... Sutilmente ele deixou no ar sua preocupação de que a situação não ganhasse corpo, não ocupasse tanto o nosso esforço e o leitor já pode entender o tom que aquela banda deveria tocar.

Para coroar “o êxito” da operação foi feita uma reunião. O delegado a dirigiu e estavam presentes o advogado, a guarnição policial e os jovens detidos. O delegado chamou a atenção dos jovens de maneira acentuada, acompanhado pelo advogado, o qual seguiu a mesma linha. Ambos deram a mim a chance de aceitar as desculpas dos jovens “arrepentidos” que pareciam resignados, envergonhados com o próprio comportamento, tudo muito cortês e formal.

O delegado encerrou o teatro sugerindo que fosse feito um boletim de ocorrência de “averiguação de desacato”, mas não autuou ninguém em flagrante, o que deixou claro que aquilo não passava de uma armação, a fim de evitar qualquer consequência mais grave para os jovens. Peguei a cópia do B.O. e retornei para o patrulhamento até o final do dia, quando parecia que tudo iria acabar. Mas, como disse, as aparências enganam.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

No final da minha escala, retornei à base e fiz o relatório comunicando os fatos do dia. Outro relatório já havia sido feito, este pelo subcomandante. Ele abriu um procedimento disciplinar contra mim, que acabei punido por ter praticado “violência psicológica” – isso numa época em que não havia uma política de Direitos Humanos nos moldes de hoje. Fiquei bastante desapontado, pois a abordagem ocorreu de modo normal para os padrões da época. Ninguém tomou um “cola-brinco”¹ e não houve nenhum equívoco nos procedimentos de segurança reconhecidos.

A lição que aprendi cedo foi que o “bravão” com os subordinados pode ser o mansinho com o alto escalão ou com o pai dos Menudos, dos “filhinhos de papai”. A patente fala alto e pode fazer muita gente rir até de uma piada sem graça. Uma estrela a mais no ombro pode fazer alguém falar somente aquilo que o chefe gosta de ouvir, o que não é privilégio exclusivo das instituições militares.

1. Gíria da época que quer dizer tapa na orelha. (N. E.)





CAPÍTULO 4

A CASA CAIU: TRANSFERÊNCIA PREMATURA E INESPERADA







“Resistência seguida de morte” era a expressão utilizada para caracterizar uma ocorrência policial em que um confronto armado levava à morte do criminoso. Hoje os bandidos estão mais violentos e audaciosos quando comparados com os criminosos da década de 1980, mas, na iminência de um confronto, tanto naquela época quanto hoje, a maioria deles prefere se entregar. Infelizmente, há mortes de criminosos e de policiais em confronto e, lamentavelmente, algumas das mortes de bandidos não passam de execuções sumárias. Vez ou outra casos assim vêm à tona, e a imagem da instituição fica manchada. Na década de 1980, as coisas eram piores, pois algumas guarnições executavam bandidos e davam sumiço no corpo dos supostos criminosos, desovando-os em locais ermos, dificultando assim sua localização.

Considerada batalhão de elite, desde a sua criação até hoje, a ROTA atravessou uma evolução magnífica, e as boas práticas são cada vez mais frequentes dentro dos seus quadros. Mas, no decorrer da história daquela unidade, alguns policiais deixaram de honrar as tradições do batalhão.

Numa dessas situações, algo não deu certo em uma ocorrência envolvendo uma das guarnições da ROTA e os policiais envolvidos resolveram, por sua conta e risco, “ajustar o B.O.” dando a ele uma solução ilegal. Não se sabe, ao certo, o que deu errado. Pode ter aparecido alguma testemunha que presenciou um excesso ou viu parte





DIÁRIO DE UM POLICIAL

da ação com característica criminosa e sinalizou que levaria o caso ao conhecimento da Corregedoria da Polícia, não sabemos. O fato é que o cerco começou a se fechar em volta daqueles caras.

A Corregedoria da Polícia Militar, como todos sabem, trabalha para coibir desvios de conduta e na investigação de procedimentos contrários à prática comum e legal da PM. Em alguns casos, ela é tão rigorosa que beira o limite da legalidade, porque vai às últimas consequências possíveis na apuração dos fatos. Dentro da polícia se diz que “cair na Corregedoria é igual a cair num pilão: você vira paçoca”. E a Corregedoria começou a trabalhar no caso quando o desaparecimento do suposto criminoso passou a ganhar proporção midiática. Ela já apurava o caso de maneira sigilosa e tratou de reunir toda a guarnição nas suas dependências para “fazer o seu trabalho”.

Certos procedimentos são adotados numa investigação feita pela Corregedoria. Um dos mais comuns é ouvir cada um dos componentes da guarnição separadamente, e depois verificar as eventuais contradições na história. Mas cada pessoa reage diferentemente diante de situações com a complexidade dos casos que envolvem a Corregedoria, ainda mais quando há um agravante como a morte de um ser humano, possivelmente provocada por um dos policiais em serviço. Em situações assim, alguns sucumbem ao aperto psicológico. E foi isso que aconteceu naquele caso.

Quando houve a pressão, um dos componentes da guarnição “rachou” a ocorrência, e resolveu entregar o que havia acontecido em troca de uma atenuação da sua pena. Em sua confissão, ele disse que a guarnição havia prendido o suspeito no meio da noite, executando-o a sangue frio, e enterrado o corpo numa vala rasa em uma mata da periferia da cidade. O próximo passo seria o oficial encarregado do inquérito policial militar fazer a averiguação para que o corpo fosse localizado e o caso elucidado.





A CASA CAIU: TRANSFERÊNCIA PREMATURA E INESPERADA

Um excelente trabalho foi feito, lançando-se mão da tecnologia disponível na época. Eu não me esqueço da sequência de fotos feitas no local indicado na confissão anexada ao processo. Havia uma foto panorâmica do local, seguida de outras que registravam a aproximação, e novas imagens feitas à medida que se aproximavam de onde o corpo havia sido enterrado. Havia fotos da escavação, passo a passo, de vários ângulos, até que surgiram as primeiras partes do cadáver, o qual estava em estado adiantado de decomposição. Foram fotografadas as suas vestes, a remoção do corpo e, para coroar a operação, uma foto do patuá que havia no corpo do defunto, preso por um colar que ele trazia pendurado no pescoço e que passava por baixo de um braço, bastante usado na época por criminosos que acreditavam que o objeto podia “fechar o corpo”, crença própria dos seguidores de religiões afro.

Esse patuá foi colocado em um saco plástico transparente e anexado à pasta do inquérito policial. A casa caiu para toda a equipe, que foi presa preventivamente, processada e condenada a muitos anos de cadeia a serem cumpridos no Presídio Romão Gomes, da Polícia Militar.

Os tempos já eram outros. O regime de exceção estava enfraquecido, e o processo de abertura democrática, ainda que lento e gradual, iniciado pelo presidente Ernesto Geisel, em 1979, caminhava a passos largos. Esse processo teve grande repercussão no Estado de São Paulo. Todos os jornais e o noticiário da televisão repercutiram o caso e exigiram uma postura enérgica da Polícia Militar contra práticas dessa natureza. À época, o Comandante Geral de Polícia baixou uma determinação para que todos os oficiais da ROTA que tivessem registro de ocorrências com morte de criminosos em sua carreira fossem transferidos de unidade. A ordem caiu como uma bomba porque o batalhão poderia fechar, pois a maioria dos oficiais, incluindo os mais novos, já tinham se envolvido em ocorrências com morte. Ainda que a maioria das ações se desse em situações legais, dentro do cumprimento do





DIÁRIO DE UM POLICIAL

dever ou em legítima defesa, a ordem havia sido dada pelo Comando Geral e seria cumprida.

O então comandante da ROTA não quis “peitar” a decisão e sinalizou que cumpriria a determinação. Isso gerou revolta na corporação. Não se sabe ao certo como aconteceu, mas uma manobra foi feita, talvez por um grupo de oficiais mais antigos que recorreram a alguma classe profissional simpática à atuação da ROTA, na tentativa de reverter o cenário. Uma das possibilidades era apelar para os motoristas de táxi, que sempre receberam atenção especial dos patrulheiros da ROTA.

Sabe-se que é arriscado para um motorista colocar um passageiro desconhecido dentro de seu táxi para fazer uma corrida. E, nesse caso, como é bom ter a polícia por perto para recorrer quando esse motorista desconfia de um passageiro, não é? Um dos truques antigos usados pelos taxistas ao suspeitar de qualquer situação anormal era manter aceso o luminoso do táxi, no teto do veículo, quando transportavam um passageiro que havia despertado sua suspeita. Sabemos que, no início da corrida, o táxi ocupado tem o luminoso desligado; essa é a praxe. Assim, quando uma viatura cruza com um táxi que transporta um passageiro e nota o sinal aceso, a abordagem é certa, pois o taxista pode estar sinalizando que algo está errado.

Alarmados pelos rumores sobre o desmantelamento da ROTA e a desmobilização de seus oficiais, os taxistas de São Paulo protagonizaram uma reação surreal. Eles se concentraram em grande número com seus carros em frente ao quartel da ROTA, na avenida Tiradentes, interrompendo o intenso fluxo de veículos naquela artéria central da cidade, e disseram que só sairiam dali quando o Comandante da Polícia Militar voltasse atrás em sua ordem.

A reação inicial do comandante foi no sentido de não mudar a sua decisão. Porém, a pressão se tornou insuportável, com os taxistas mostrando-se unidos, e ficou evidente que uma ação mais enérgica





A CASA CAIU: TRANSFERÊNCIA PREMATURA E INESPERADA

para enfraquecer o movimento envolveria a polícia numa situação ainda mais delicada. Finalmente, o comandante cedeu e deu sua palavra de que não moveria os oficiais dali, exigindo a liberação imediata da avenida. E ele foi atendido.

Depois que a mobilização dos taxistas se dispersou e o caso perdeu força na mídia, o comandante seguiu com o seu plano, tomando outro caminho. Ele se mostrou mais inteligente e começou a transferir os oficiais, mas um a um. Aos poucos, a medida atingiu grande parte do quartel, chegando a mim e pondo fim, prematuramente, a dois anos de trabalho e à minha tão sonhada passagem pela Unidade da ROTA.







CAPÍTULO 5

A SWAT NO BRASIL: A CRIAÇÃO DO GATE







A partir da eleição de Orestes Quécia para governador de São Paulo, em 1987, o plano da renovação da polícia não tinha mais volta. A polícia trabalhou a todo vapor para cumprir as metas e o Comandante Geral da Polícia Militar convocou um oficial para iniciar a criação do Grupo de Ações Táticas Especiais, o GATE. O Capitão Clóvis José Mentone foi escolhido para realizar a transição e colocar no papel os detalhes e a sequência para a execução do plano de criação da nova tropa de elite; estávamos no final de 1987.

O Comandante Geral acreditava no projeto do GATE, e quando chamou Mentone para essa missão determinou que ele se inspirasse no que havia de melhor em outras partes do mundo. Não era para economizar, era para fazer o melhor. Era preciso olhar para fora do país, porque, até então, no Brasil, não havia nenhuma referência à altura do que se pretendia. As poucas referências que tínhamos executavam rotinas que já não eram compatíveis com o que se esperava para aquele momento e para o futuro da sociedade paulista. Mentone escolheu outros quatro oficiais para formar o seu time de pioneiros na criação do Grupo. Eu fui um deles.

As primeiras reuniões foram feitas e logo se decidiu que as SWATs (*Special Weapons and Tactics*, em português, Armas e Táticas Especiais) americanas formavam o modelo que mais se aproximava do que considerávamos adequado para a nossa polícia. Em meados de





DIÁRIO DE UM POLICIAL

1988, a implantação do projeto Rádio Patrulhamento Padrão (RPP) nos batalhões já dava sinais de fadiga e, ao mesmo tempo, as pesquisas e consultas para a formalização do GATE ganhavam força.

A saída do Capitão Mentone do projeto do GATE não emperrou a implantação do Grupo. O Curso de Armas e Táticas Especiais realizado pela SWAT de Miami teve início no Brasil depois que Dr. Maurício José Lemos Freire, ex-Delegado Geral da Polícia Civil de São Paulo, o frequentou e se formou na própria SWAT norte-americana. Talento e competente, Dr. Maurício concluiu o curso e representou bem a polícia paulista no final da década de 1980.

A estrutura da Segurança Pública do Estado de São Paulo ampliava o número de Distritos Policiais e se esforçava pela implantação do projeto RPP e, em particular, pela criação dos Grupos Especializados. Na Polícia Civil foi criado o Grupo Especial de Resgate, o GER, e na Polícia Militar, o GATE.

Não tínhamos *know-how* para atuar de forma técnica e não existia a Doutrina de Gerenciamento de Crises no país. A criação desses grupos aconteceu por meio de fragmentos de informação que foram coletados de maneira precária de materiais que estavam disponíveis, como apostilas e livros que chegavam até nós, sendo que boa parte deles era trazida do exterior.

Passamos a observar os grupos europeus, além dos norte-americanos. Conhecemos grupos especializados das tropas de comando existentes nas Forças Armadas de alguns países, e eles foram a referência de onde tiramos o que podia ser implantado em nossa realidade e que atendia nossa necessidade. Nessa época, lembro-me do frenesi que aconteceu quando, dentro do Comando da Polícia Militar de São Paulo, foi disponibilizado um manual tático, em inglês, que ensinava como organizar um grupo nesses moldes, além de explorar técnicas e táticas de operações especiais em área urbana. Mal havia terminado o trabalho de tradução e quisemos colocar nossas mãos naquele





material para devorar o seu conteúdo, tamanha a vontade de aprender as novas técnicas e táticas.

Nesse contexto, a figura do Dr. Maurício foi importante por romper os obstáculos institucionais, com risco para a própria carreira, e propor a organização da vinda de instrutores da SWAT de Miami ao Brasil, a fim de ministrar o Curso de Armas e Táticas Especiais para os integrantes das Polícias Civil e Militar.

Foram selecionados os 28 melhores policiais do GATE, sob o ponto de vista do condicionamento físico e da perícia em tiro. Da Polícia Civil, foram indicados 35 policiais, a maioria pertencente ao GER e à Delegacia de Roubo a Bancos.

Na aula inaugural, o Tenente O'Brien, líder da equipe de instrutores SWAT, explicou o desenvolvimento do curso, destacou que o nível de exigência seria bastante elevado e afirmou que a experiência que tinha demonstrava que apenas 40% dos que iniciavam o curso conseguiam concluí-lo. Naquele momento, nós, que estávamos na sala, olhamos uns nos olhos dos outros colegas e, com ar de incredulidade, pensamos: "Aqui no Brasil a coisa vai ser diferente... a sua experiência vai tombar, Tenente O'Brien". Aquilo não deveria ser tão rigoroso a ponto de a maioria dos nossos policiais não suportar.

O ambiente de um bom curso promove, para os participantes, crescimento em três níveis. O primeiro é o crescimento vertical que ocorre pela aquisição de novos conhecimentos que são incorporados ao nosso repertório. O segundo é o crescimento horizontal, a revisão daquilo que sabemos, mas que é explorado de outra maneira, com nova abordagem e pequenas adaptações. E o terceiro nível de crescimento ocorre na rede de relacionamentos, que é construída entre integrantes de grupos distintos, nesse caso, representada pelas diferentes corporações. Nesse nível, aparam-se as arestas, minimizam-se os atritos e uns compreendem melhor os outros.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

No curso realizado em 1990, todo esse crescimento aconteceu. Houve outras duas edições do curso, uma em 1995 e outra em 2000, as quais também tiveram o Dr. Maurício à frente. As inovações que ele promoveu foram significativas e o seu esforço foi notável, tendo conseguido ampliar o rol de corporações participantes, trazendo as Forças Armadas, a Polícia Federal e Polícias Estaduais. Iniciativas assim ferem vaidades, invadem territórios, destroem corporativismos. Anos depois eu fui surpreendido por um telefonema do Dr. Maurício, que me convidou para participar da quarta edição do Curso da SWAT, em 2005, como um dos instrutores brasileiros.

A seleção inicial, conforme proposta da própria SWAT, previa um exame seletivo nos seguintes termos:

- Corrida de 2.400 m em 12 minutos;
- Corrida de 100 m em menos de 15 segundos;
- Corrida de 100 m em menos de 45 segundos, com carga correspondente ao próprio peso corporal;
 - 10 barras completas;
 - 50 abdominais em 1 minuto;
 - 60 flexões de braço em 1 minuto;
 - 200 m de natação sem interrupção;
 - Subida na corda lisa com apoio dos pés;
 - Transposição de obstáculo com 2,80 m de altura.

Nessa última edição, mais de 400 candidatos interessados compareceram para o exame de seleção, 80 foram selecionados e 78 começaram o curso, uma vez que dois desistiram antes do início. Após duas semanas difíceis, 48 profissionais, embora excelentes, foram eliminados por detalhes. Apenas 30 receberam o certificado na cerimônia de encerramento do curso, confirmando a previsão do Tenente O'Brien de que apenas cerca de 40% dos alunos chegam ao final do curso.





A SWAT NO BRASIL: A CRIAÇÃO DO GATE

Hoje o *know-how* da polícia brasileira nos aspectos tático e técnico é altíssimo em relação à realidade de 1990. Passada a euforia de um evento como esse, quando perguntamos o que foi assimilado de novo, constatamos que há pouco crescimento vertical, pois nada de tão novo é realmente acrescentado. A polícia brasileira evoluiu e possui conhecimento próprio devidamente adaptado à nossa realidade. Concluimos que o “estilo SWAT” representa um modelo conhecido pela maioria dos nossos policiais.²

Sobre as previsões do Tenente O’Brien para a minha turma de formatura, em 1990, e a nossa descrença de que cerca de 60% não terminaria o curso, erramos feio. Ao final do curso, dos 28 policiais da PM, 10 haviam sido desligados. Dos 35 indicados pela Civil, 27 não suportaram. Do total, apenas 26 terminaram o curso, portanto, dentro dos 40% previstos pelo Tenente O’Brien.

2. A SWAT foi criada na década de 1960 e, seguindo modelo semelhante, surgiram o GSG 9, na Alemanha; o GIGN, na França; o GEO, na Espanha; além das Fuerzas Especiales na Argentina. No Brasil, temos grupos especiais nas Polícias Federal e Estadual, sendo o Batalhão de Operações Especiais, o BOPE, do Rio de Janeiro, o mais antigo e também o mais comentado, por conta do filme *Tropa de Elite*. (N. E.)







CAPÍTULO 6

O PRIMEIRO SUCESSO: O SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABILIO DINIZ







O refém Abílio Diniz entre dois de seus sequestradores.

Em 4 de agosto de 1988, o Capitão Wanderley Mascarenhas de Souza assumiu o comando do GATE e a equipe recebeu novos componentes para a segunda etapa de trabalho.

O primeiro ato do Capitão Mascarenhas foi pedir guarida em um quartel que dispunha de algumas salas vazias, para que pudesse hospedar o GATE e garantir o seu funcionamento. Mais importante do que conseguir as salas vazias era o fato de o comandante do quartel ser o Coronel Ubiratan Guimarães, que já havia comandado a ROTA e tinha grande consideração pelos oficiais designados para criar e desenvolver o GATE. Seguramente, o Coronel Ubiratan ofereceria a proteção necessária às críticas e aos ataques que certamente viriam contra a formação de uma equipe tão inovadora para a época, mas que, na visão dele, era necessária. A escolha do batalhão comandado pelo Coronel Ubiratan foi uma decisão acertada e, com isso, pudemos trabalhar mais tranquilos.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Mas foi preciso acontecer o inesperado, uma ocorrência de grande repercussão, para que o nome do GATE fosse finalmente lançado ao conhecimento do público e apresentado à sociedade.

Em 11 de dezembro de 1989, enquanto se dirigia para o trabalho, o empresário Abilio Diniz foi vítima de um sequestro. Na ocasião, São Paulo vivia uma forte onda de sequestros, cujos alvos eram empresários de alto poder aquisitivo. Abilio Diniz presidia o Grupo Pão de Açúcar e seu sequestro foi amplamente noticiado no país e no exterior. Para complicar ainda mais, estávamos no segundo turno das eleições para a Presidência da República, sendo que os candidatos eram Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

Abilio Diniz saiu de sua casa dirigindo o próprio carro. Quando chegou à esquina entre as ruas Sabuji e Seridó, no Jardim Europa, região nobre da capital paulista, foi interceptado por uma Caravan branca e imediatamente parou o veículo que conduzia. Aparentemente, tratava-se de uma ambulância, pois essa era a característica do carro branco à frente do empresário. Mas logo a impressão de normalidade no trânsito foi desfeita. Assim que surgiu o segundo carro que participava da ação criminosa, tudo mudou naquela esquina e na vida dele. Dois sequestradores saíram de dentro do veículo, sendo um deles um argentino chamado Juan. Ambos dirigiram-se ao carro de Abilio, dominaram-no e zarparam para o cativo.

Assim que a denúncia sobre o desaparecimento do empresário chegou à polícia, investigadores e policiais foram para a rua à procura das primeiras pistas que orientariam as investigações. Logo naquela manhã foi encontrada uma pista importante, definitiva, eu diria, mas que, a princípio, não trazia nenhuma ligação com o sequestro. A Caravan branca caracterizada de ambulância que havia sido utilizada para bloquear a rua por onde o empresário passava foi abandonada pelos sequestradores no bairro do Morumbi, na zona sul de São Paulo.





O PRIMEIRO SUCESSO: O SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABILIO DINIZ

Os criminosos que simularam uma situação qualquer para fazer o empresário parar o seu veículo acabaram se dividindo em dois grupos. Um deles seguiu com o empresário para o cativo e o outro partiu em outra direção, possivelmente para despistar a polícia e atrasar as investigações. Esse segundo grupo decidiu abandonar o carro da fuga, o qual foi encontrado pela polícia e levado para averiguação. Ninguém sabia qual era a procedência daquela Caravan, uma vez que não havia nenhuma testemunha do sequestro, assim como pistas de quem eram os sequestradores, quem eram os ocupantes que abandonaram o carro e, portanto, o carro apreendido não tinha, em princípio, nenhuma ligação com o sequestro.

A falsa ambulância foi vasculhada e os investigadores da Polícia Civil encontraram o cartão de visitas de uma oficina mecânica da zona oeste. O próximo passo era fazer contato com a tal oficina para saber se o proprietário do veículo era conhecido do mecânico que atendeu a manutenção, já que o cartão da oficina apontava essa possível ligação. Esse cartão também foi motivo de suspeita, porque na versão dada pelo então Secretário de Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho, havia uma anotação com o número do telefone de Pedro Segundo Solar Venega. Depois disso, Venega apareceu machucado e, como toda a imprensa estava reunida em função da cobertura das eleições, a atividade jornalística era intensa naquele momento, e a cobertura do caso mobilizou esses profissionais, a população e os analistas políticos de plantão.

A imagem de Venega machucado aliada às denúncias de corrupção que a polícia vinha sofrendo logo forjou a ideia de que a tortura – de que o recente regime de exceção era acusado –, se tornara uma prática comum, instalada no seio da polícia paulista. Fleury, porta-voz do governo, recusou a acusação de que a polícia havia torturado Venega, um chileno que tinha histórico de militância esquerdista na América Latina. Segundo a versão de Fleury, Venega havia se machucado quando





DIÁRIO DE UM POLICIAL

ofereceu resistência a um dos delegados que trabalhou nas investigações. A investigação feita pela polícia passou pela oficina e descobriu que a falsa ambulância fora caracterizada ali e o contato da “encomenda” era Pedro Venega. Ele ocupava um *flat* no bairro de Santa Cecília, região central de São Paulo, e foi surpreendido pelos investigadores quando se preparava para deixar o imóvel. Os policiais interrogaram-no e chegaram a um novo endereço: um sobrado na praça Hachiro Miyazaki, no bairro do Jabaquara, zona sul da capital.

Até então a polícia trabalhava com as investigações do sequestro e todas as demais ocorrências diárias que a instituição deve atender. Rastrear o dono da Caravan branca era uma entre as dezenas de investigações feitas no cotidiano da Polícia Civil. E foi a procura pela informação sobre o veículo que levou um grupo de policiais àquela residência. Eles tocaram a campainha do sobrado e só não foram rendidos ou mortos a bala pelas pessoas que atenderam à porta por pura sorte, pois os policiais não sabiam que haviam chegado justamente ao cativo de Abílio Diniz. Os sequestradores, por sua vez, se viram cercados, imaginando que tudo já havia sido descoberto e que era hora de partir para o confronto com a polícia.

Os policiais conseguiram escapar da recepção e acionaram o apoio, solicitando reforço. Em pouco tempo, o local estava completamente cercado, e o fato mobilizou toda a imprensa.

O GATE em peso foi para o local e imediatamente foi montado um comitê para gerenciar a crise. Esse comitê foi composto por lideranças das Polícias Militar e Civil. Aos poucos chegaram autoridades dos órgãos de informação das Forças Armadas e da Polícia Federal; a coisa começou a se avolumar, e o clima esquentou bastante. Aparentemente, todos queriam aparecer diante das câmeras da imprensa, pois a cobertura para o caso era ampla, com repercussão nacional e internacional. Mas nem tudo o que a imprensa mostra, nem sempre o viés que apresenta, corresponde à leitura mais óbvia que a sociedade faz rapidamente.





O PRIMEIRO SUCESSO: O SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABILIO DINIZ

As Forças Armadas e a Polícia Federal, que no primeiro momento trabalhavam a certa distância dos fatos, haviam apurado uma ligação mais ampla entre a onda de sequestros que ocorria na região de São Paulo e as atividades dos sequestradores com a militância esquerdista da América Latina. O que era veiculado por esses órgãos de informação extrapolava muito o simples abandono de um carro numa rua qualquer e o próprio sequestro do empresário Abilio Diniz. Estávamos envolvidos numa possível atividade terrorista em plena zona sul de São Paulo.

O Capitão Mascarenhas foi chamado por um oficial de inteligência, que passou a ele a informação sobre o perfil dos sequestradores que mantinham o empresário refém. Quando ouvi o que ele disse, um arrepio percorreu a minha coluna de alto a baixo. Em seguida, o oficial apresentou a extensa ficha criminal dos que se supunha serem os sequestradores que continuavam dentro do sobrado, a pouca distância de onde nós estávamos.

A nossa percepção imediata foi a de que o desfecho de todo aquele imbróglio poderia ser trágico, o que traria uma grande repercussão, já que a imprensa estrangeira estava no país para a cobertura das eleições presidenciais. Sentimo-nos sufocados pela pressão da operação e pelo cerco da mídia e da opinião pública. As eleições haviam atraído a atenção da população para o acompanhamento permanente das informações que a imprensa veiculava, somada ao fato de que o sequestro, por si só, era um fato suficientemente forte para mobilizar um espetáculo que muitos desejam assistir.

O oficial da inteligência da Polícia Federal confirmou a nossa percepção e nos instruiu para nos prepararmos para o pior, pois aqueles criminosos com perfil de terroristas não iriam se render facilmente. Não era assim que eles costumavam reagir quando seus planos davam errado e eles se viam na iminência de ser presos.

A ficha de um dos sequestradores indicava o seguinte quadro: Juan, que estava na Caravan no momento da abordagem a Abilio, era





DIÁRIO DE UM POLICIAL

argentino e um dos líderes do grupo. Seu nome era Humberto Eduardo Paz, militante da esquerda armada na América Latina, com dezenas de ações executadas em nome do Exército Revolucionário do Povo (ERP), do Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) e da Frente Popular de Libertação (FPL), de El Salvador. É preciso considerar que, naquele momento, vivíamos o período de transição para a democracia e esses grupos eram muito malvistas por aqui. Outro nome que aparecia era o de Raimundo Rosélio da Costa Freire, um dos fundadores do PT do Ceará e o único brasileiro envolvido. Raimundo havia feito a pesquisa dos nomes das vítimas que interessariam ao grupo. Os demais integrantes, como se descobriu depois, eram chilenos, argentinos e canadenses. A ligação de todos com o MIR era inequívoca.

Com essas informações preliminares em mãos, precisávamos traçar as estratégias. A negociação foi conduzida pelos policiais civis e coube a nós, do GATE, montar uma contingência para a invasão, no caso de as negociações fracassarem. O nosso primeiro passo foi pesquisar quem poderia fornecer a planta do sobrado. Após consegui-la, nos concentraríamos no tipo e na qualidade dos materiais utilizados na construção, na espessura das paredes, no posicionamento das vigas, na localização dos acessos, nos detalhes das partes elétrica e hidráulica, enfim, em absorver o maior número de informações sobre a estrutura do sobrado e a disposição dos cômodos. Munidos dessas informações, deveríamos montar um plano de ação para o caso de a invasão se tornar necessária. Depois de nos reunirmos por algum tempo, chegamos ao plano que consideramos adequado para aquela situação.

Há várias maneiras de acessar uma residência, mas cada uma possui suas peculiaridades. A melhor maneira de agir é escolhida considerando todas as informações que reunimos, além das circunstâncias que cada caso exige.

Tendo feito o reconhecimento da parte externa e juntado nossa percepção com as informações de que dispúnhamos, concluímos que





O PRIMEIRO SUCESSO: O SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABILIO DINIZ

a possível invasão deveria ocorrer pela parte da frente. Aquele sobrado tinha um pequeno muro e um portão de ferro que dava acesso rápido à porta de entrada. Então, consideramos que o plano deveria consistir na utilização de um caminhão do Corpo de Bombeiros que teria um cabo de aço, o qual seria amarrado ao portão. O caminhão arrancaria velozmente e, assim, sem trocadilhos, arrancaríamos o portão. A remoção do portão facilitaria nosso acesso ao imóvel.

O acesso à parte interna da residência seria realizado com a implementação do segundo passo do plano. Certamente, as portas estariam fechadas, possivelmente bloqueadas com móveis ou algum outro aparato mais resistente que pudesse impedir uma ação simples por parte da polícia. Para romper qualquer bloqueio que encontrássemos pelo caminho, utilizaríamos explosivos. Eles fariam uma abertura na parede dianteira da residência, possibilitando acesso rápido ao interior do imóvel.

Mas o GATE não dispunha desse tipo de material naquela época. Era preciso providenciá-lo rapidamente. Então, fomos atrás de um profissional especializado em implosões de prédios, para que nos ajudasse a calcular a quantidade de carga explosiva necessária para abrir um buraco na parede suficientemente amplo para que a equipe pudesse entrar sem maiores problemas.

Enquanto isso, a Polícia Civil prosseguia no processo de negociação com os sequestradores e já havia circulado a informação de que o valor de resgate pedido era de US\$ 30 milhões.

Nós, do GATE, partimos com o engenheiro especializado em implosões e uma boa carga de dinamite para o extremo sul da cidade de São Paulo, onde, perto da represa Guarapiranga, havia algumas residências abandonadas. Lá nós pudemos testar o explosivo, simulando o cenário onde o sequestro estava em andamento. Fizemos vários experimentos com a finalidade de verificar a melhor técnica que deveria ser empregada, caso a necessidade de invasão se confirmasse. De fato,





DIÁRIO DE UM POLICIAL

estávamos nos preparando para o pior, com o agente complicador que era estarmos às vésperas de uma eleição presidencial. O sequestro e as eleições disputavam a atenção do jornalismo brasileiro, e a pressão emocional e psicológica a que estávamos submetidos era intensa.

Corríamos contra o tempo, nos organizando contra um inimigo sobre quem pouco sabíamos. Boa parte daquela situação de risco era novidade, tanto para a polícia quanto para o GATE. Pelo fato de se tratar de uma organização terrorista, o elemento surpresa, a se confirmar, exigia um grau de reflexão dobrado sobre as medidas a serem empregadas e o exercício constante de procurar pensar “com a cabeça do outro”, prevendo as suas reações. Como em toda situação de conflito, é preciso entendê-la como parte das relações naturais entre as pessoas. Nós, policiais, somos humanos, assim como os criminosos. Reside aí a importância da informação, da organização do local onde estamos atuando e, especialmente, de considerar a alteridade que há.

Viramos aquela noite trabalhando. A Polícia Civil estava empenhada nas negociações, amparada pela Polícia Militar; e nós, do GATE, atentos aos testes que havíamos feito, procurávamos refinar o planejamento elaborado a fim de evitar qualquer falha. Era o quinto dia de sequestro. Estávamos todos tensos e cansados, mas mantivemos a energia inicial e a expectativa de resgatar o Sr. Abilio Diniz com vida. Nenhum sinal dele havia sido dado pelos sequestradores, além daquilo que os negociadores conseguiam captar nas entrelinhas. Era confiar ou não confiar. Uma saída positiva e bem-sucedida era aguardada por todos.

O quinto dia, 16 de dezembro de 1989, terminou. No dia seguinte, houve nova rodada de negociações e, surpreendentemente, todas as expectativas alimentadas pelas polícias não se confirmaram. Após 36 horas de cerco, os criminosos resolveram se entregar.

Mas ainda era preciso resgatar o sequestrado. Cabia a nós do GATE a localização do empresário refém, a sua captura e condução





O PRIMEIRO SUCESSO: O SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABILIO DINIZ

imediate para o nosso furgão, para que fosse encaminhado ao pronto-socorro mais próximo, prevenindo qualquer agravamento, caso ele estivesse ferido. Ao entrarmos no sobrado, parte de nossos policiais se separou rapidamente para percorrer os cômodos e inspecionar o local do cativo, e a outra parte se encarregou de amparar o empresário e conduzi-lo à nossa viatura, que já estava preparada para isso. O empresário, tão conhecido pelo seu vigor físico, estava em estado deplorável: magro, abatido, barbudo e sujo.

Com a libertação de Diniz, a polícia prendeu dez sequestradores. O único brasileiro do grupo, que posteriormente se formaria em História, era Raimundo Rosélio da Costa Freire. Ele foi preso, mas recuperou a liberdade graças a um indulto. Algum tempo depois, voltou a ser preso por tráfico de drogas, conforme a imprensa noticiou.

Sobre o grupo de estrangeiros, foi confirmado que pertenciam ao MIR, do Chile, que praticavam crimes com a finalidade de levantar recursos financeiros para ajudar a guerrilha em El Salvador. Documentos que comprovaram o envolvimento dos sequestradores de Diniz com grupos políticos de esquerda na América Latina foram localizados na Nicarágua, em instalações de guerrilheiros, mas o mais impressionante foi o dossiê encontrado no local do cativo. Uma pasta com todas as informações relevantes sobre a estrutura de segurança do Estado de São Paulo, a composição das polícias, a localização dos quartéis e das delegacias, o perfil dos chefes dos quartéis e muitos outros detalhes que indicavam que o planejamento do sequestro havia sido feito por gente experiente nesse tipo de ação.

Os criminosos passaram quase dez anos presos na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, e, beneficiados por uma nova lei, foram extraditados para seus respectivos países de origem.

O caso do sequestro de Abilio Diniz também foi envolvido numa espécie de trama política que incluiu os candidatos Collor de Mello e Lula, uma vez que circularam imagens e notícias dos sequestradores





DIÁRIO DE UM POLICIAL

usando camisetas do PT. Rapidamente, a imprensa veiculou a informação e houve quem acreditasse que Lula foi prejudicado naquela ocasião por conta do informe negativo que surgiu nos dias que antecederam o segundo turno da eleição. Outros especialistas em política não confirmam essa ocorrência como a causa da derrota do candidato da esquerda, tendo sido ela provocada por outros fatores.

Da perspectiva policial, o desfecho da ocorrência foi altamente satisfatório e o nome do GATE foi projetado para a sociedade de um modo bastante positivo. Mas é preciso registrar que, a bem da verdade, o GATE ainda não estava preparado para enfrentar toda e qualquer operação que exigisse a presença de um grupo de elite e no dia 20 de março do ano seguinte nós tivemos a prova disso.





CAPÍTULO 7

A PRIMEIRA TRAGÉDIA: O CASO ADRIANA CARINGI







Após a tragédia a PM se dirige ao Distrito Policial para apresentar a ocorrência.

Em 1990, eu cursava a Faculdade de Direito. Estudava à noite, depois de uma rotina puxada durante o dia. No dia 20 de março daquele ano, quando cheguei à minha casa depois da aula, recebi um recado gravado na secretária eletrônica de que o GATE havia se deslocado para atender uma ocorrência com refém localizado.

Imediatamente, parti para a base do GATE, e encontrei pouquíssimos policiais no local, pois a maioria da tropa havia sido deslocada para o local da ocorrência. Escalei o primeiro policial apto para dirigir a viatura e nos deslocamos para o destino, que era a rua Tucuna, 1.187, no bairro de Perdizes, na zona oeste da capital paulista.

A rua era tranquila, sem muito trânsito, ao contrário de outras ruas do mesmo bairro. Mas, naquela noite, havia um tumulto tão grande ali que parecia ser outro lugar, e não uma rua pacata como aquela. A falta de organização no local era visível. Havia civis curiosos,





DIÁRIO DE UM POLICIAL

imprensa por todo lado e policiais de diversas unidades: civis, militares, gente nossa do GATE e até da ROTA. Uma verdadeira convenção do pessoal da segurança pública e nada de isolamento do perímetro.

O local da ocorrência era um sobrado. Assim que chegamos, tratei de procurar meu pessoal e constatei que boa parte da tropa se reunia no piso térreo do imóvel, onde também estavam policiais das outras forças.

A informação de que dispúnhamos era que se tratava de uma simples ocorrência de roubo à residência que havia sido frustrada. Dois criminosos, um homem e uma mulher, invadiram o sobrado onde morava a família Caringi para cometer o roubo, mas algo dera errado e a polícia fora acionada. O resultado dessa primeira parte do assalto frustrado é que a polícia chegou antes que o casal de criminosos conseguisse fugir.

Quando se viram cercados pela polícia, ambos se esconderam no quarto que ficava no primeiro andar do sobrado, mas carregaram a família como refém e mantiveram-na sob a mira de uma arma, enquanto a operação de negociação com a polícia se desenrolava.

Após o cerco inicial, diversas viaturas chegaram rapidamente àquela rua pequena e tranquila e, quando eu cheguei, muitos policiais civis e militares discutiam estratégias no local. O clima, como se pode imaginar, era um misto de tensão pela operação em andamento, de preocupação com o desfecho que teria e de confraternização por parte de pessoas que não se viam há muito tempo. Estou me referindo aos policiais, obviamente.

No andar térreo do sobrado não parecia haver uma liderança que pudesse unificar os esforços das quatro tropas empenhadas de modo único, com um comando definido. Assim, a impressão que se tinha era que cada polícia traçava a sua estratégia e, com isso, as mais diversas hipóteses para solucionar a crise iam surgindo. Cada um falava uma coisa, numa verdadeira babel da segurança pública.





A PRIMEIRA TRAGÉDIA: O CASO ADRIANA CARINGI

No andar de cima, os criminosos estavam bastante nervosos. De vez em quando, o homem aparecia na janela do quarto do sobrado segurando fortemente a professora Adriana Caringi contra o seu corpo, tendo passado um dos braços em torno do pescoço dela e, com a mão, prendia-a pelo ombro. Com a outra mão, ele mantinha uma arma exposta o tempo todo, procurando intimidar a polícia, caso tentássemos invadir repentinamente o quarto onde estavam.

Para verificar o andamento do perímetro, isto é, o cenário na parte externa do sobrado, ele colocava a cabeça para fora da janela, mantendo sempre a professora Adriana à sua frente, como se ela fosse um escudo. No mesmo cômodo, estavam a sua comparsa e os pais da professora, Ana e Pedro Caringi.

Em meio à confusão armada na rua entre jornalistas, civis da vizinhança e os curiosos, além dos policiais da PM e de outras corporações, um atirador do nosso grupo de elite havia se posicionado atrás de um carro estacionado na rua, do lado oposto ao sobrado. Era o Cabo Marco Antônio Furlan. De onde estava, o Cabo Furlan tinha visão direta da janela onde todos os reféns e os criminosos estavam. O seu posicionamento permitia visualizar a janela perfeitamente a ponto de ele ter o criminoso na mira de seu fuzil todas as vezes em que este aparecia para conferir a movimentação policial na rua.

No piso térreo do sobrado, nós discutíamos a melhor maneira de lidar com a situação. A movimentação era relativamente intensa, mas mantínhamos o tom de voz baixo, para evitar sermos ouvidos pelos criminosos no andar de cima, os quais, esporadicamente, gritavam alguma coisa, especialmente quando entramos no estágio do “eu quero”. As exigências que o rapaz começou a fazer giravam em torno dos objetivos comuns a situações desse tipo: uma arma, um veículo para fuga, garantia de sobrevivência e outros detalhes. Como não havia uma coordenação definida e àquela época não dispúnhamos do conhecimento necessário para atender ocorrências dessa natureza, as





DIÁRIO DE UM POLICIAL

sugestões dadas pelos policiais eram as mais bizarras, que iam desde dar ao criminoso uma arma com munição sem pólvora, até dar uma arma com munição real, mas com o percutor danificado, de modo que a arma não funcionasse, fornecer um carro sem combustível, esconder os policiais para pegá-los de surpresa e outras tantas que nem vale a pena comentar por serem fantasiosas demais.

Eu procurei persuadir o pessoal da ROTA a abandonar o local, porque, tendo refém, a ocorrência deveria ser atribuída ao GATE. Além disso, um dos meus lemas é “ocorrência com refém não é lugar para fazer amigos”.

Nós éramos o grupo de elite criado para situações como aquela, sem desmerecer a capacidade dos policiais dos outros batalhões. O nosso pessoal havia sido treinado para aquela finalidade e a compreensão de um ponto como esse era crucial, ao menos no meu modo de ver as coisas.

Naquele tempo, a ROTA agia com outra “pegada”, enquanto o GATE já procurava trabalhar aspectos da negociação. E, em uma negociação, nós sabemos que não basta chegar a um acordo, mas sim a um bom acordo, no qual ambas as partes se sintam beneficiadas ou atendidas em suas necessidades, sem cair na armadilha de criar soluções que aumentem a gravidade da ocorrência ou coloquem inocentes em riscos desnecessários.

O sequestro já durava quatro horas. Em certo sentido, havia a expectativa de que o casal de criminosos se renderia a qualquer momento, já que estavam cercados – e havia uma quantidade absurda de policiais no local. Poderíamos vencê-los pelo cansaço, mas, se fossem espertos, eles deveriam se entregar o quanto antes. Assim, alternávamos entre a tensão durante a comunicação com o líder que estava no quarto do andar de cima, e momentos de “tranquilidade”, quando discutíamos a situação e a avaliávamos momento a momento.

Mas essa rotina foi rompida inesperadamente. Enquanto eu conversava com a minha equipe, na sala, ouvimos um estrondo





A PRIMEIRA TRAGÉDIA: O CASO ADRIANA CARINGI

ensurdecedor do lado de fora do sobrado, o que gerou um silêncio de apenas alguns segundos de duração.

Não pudemos entender imediatamente o que havia acontecido, o que teria provocado aquele barulho todo e de onde tinha partido o estrondo. Até que a porta do quarto onde os cinco ocupantes estavam, na parte superior do sobrado, foi aberta abruptamente e fomos pegos de surpresa pelo desespero e pela indignação de um pai inconformado. Pedro Caringi saiu do cômodo, aos prantos, e vociferando aos berros contra todos nós: “Seus filhos da puta, vocês mataram a minha filha!”. Havia muitos policiais ocupando a parte térrea do sobrado e ele partiu contra aqueles que ficaram embaixo, acusando-nos de ter assassinado sua filha Adriana.

Os policiais que estavam de prontidão na base da escada, aguardando o momento certo para invadir o quarto, avançaram para tomar o controle da situação. Alguns foram para cima da criminosa, que tentou se esconder no banheiro. Ao oferecer resistência, ela foi atingida por um tiro e morreu no local. Os demais policiais invadiram o quarto onde todos estavam anteriormente e lá encontraram a professora e o bandido, ambos caídos no chão, e a mãe da professora, aos prantos. O rapaz havia tomado um tiro na cabeça, mas o projétil atravessara o seu crânio alvejando também a professora. Ela estava caída ao lado dele.

Os policiais carregaram-na para fora da casa rapidamente, na tentativa de preservar a sua vida, mas devo repetir que, à época, o treinamento geral das tropas era deficiente, os recursos disponíveis, insuficientes, e ela foi removida de maneira tão atabalhoada que em nada se compara com as operações feitas hoje. A bem da verdade, nem mesmo se o melhor socorro estivesse ali haveria salvação para a vida daquela jovem professora. O seu corpo saiu do quarto já inerte, com a boca entreaberta e midríase instalada no olhar, a dilatação da pupila que indica ferimento grave e provável lesão cerebral.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Adriana foi levada para uma viatura estacionada em frente à casa, e o motorista ainda perdeu minutos preciosos até conseguir sair dali, uma vez que outras viaturas estavam estacionadas em locais impróprios e impediram um deslocamento rápido. Adriana, 23 anos, saiu do quarto morta por uma bala que atravessou o seu tórax, entrando em seu corpo na altura do baço e saindo na altura do trapézio, ao lado do ombro, deixando muita carne exposta pelo impacto violento, provocado pela munição errada que fora utilizada na operação.

O atirador fez uso de um fuzil calibre 7,62 mm e disparou com o objetivo de acertar o criminoso numa das diversas vezes em que ele apareceu na janela e projetou a cabeça para fora. De fato, o disparo atingiu o criminoso, mas a munição utilizada no tiro não era a mais apropriada para aquela situação. Hoje em dia, nas operações dessa natureza, é utilizada uma munição chamada *soft point*, que tem a ponta mole, o que provoca outro comportamento do projétil quando ocorre o impacto. Outro problema detectado foi que o tiro ocorreu na posição ascendente, isto é, de baixo para cima. Nas operações modernas, são escolhidos outros posicionamentos, visando a preservação da vítima e considerando as possíveis trajetórias da bala.

Também um aspecto negativo foi não dispormos de escuta para que nos comunicássemos com o *sniper*, o atirador. Quem teria dado a ordem para que ele atirasse? Correu um boato que o comando havia dito a ele: “Se tiver chance, mete bala”. Mas quem teria dito isso? São só boatos e não temos como confirmar a informação.

A morte da professora Adriana Caringi foi uma fatalidade que expôs a realidade do despreparo do GATE, no seu início, para atuar de forma plena no atendimento de ocorrências com reféns. O atirador de elite não possuía o treinamento adequado nem o conhecimento necessário para exercer sua função. O seu equipamento e a munição não eram os mais apropriados às condições impostas na ocorrência, e toda a responsabilidade pela falta de sucesso da operação se voltou





A PRIMEIRA TRAGÉDIA: O CASO ADRIANA CARINGI

contra o policial que puxou o gatilho. As autoridades responsáveis pelo gerenciamento foram poupadas.

O atirador, o Cabo Furlan, foi processado e condenado por homicídio culposo com todas as atenuantes que a ocorrência merecia, uma vez que estava envolvida no caso a omissão do Estado em seu dever de prover o aparato eficiente para a ação policial. Depois de uma dura e longa batalha nos tribunais, o Estado indenizou a família Caringi, o que foi visto como um ato simbólico de reconhecimento da culpa, uma vez que não há valor que indenize um pai pela dor da perda de uma filha.

Dez anos depois, em 12 de junho de 2000, houve no Rio de Janeiro o caso que ficou conhecido como o “sequestro do ônibus 174”. A imprensa precisava manter a população ligada no caso e utilizou o velho recurso de recontar antigos casos semelhantes àquele em que Sandro Barbosa do Nascimento provocou, mantendo inicialmente dez passageiros na mira de seu revólver, dentro de um ônibus da linha 174 Central-Gávea. Ao lembrar antigos casos de sequestro, a imprensa massacrava aqueles cujo desfecho foi fatal para as vítimas, e as críticas aos procedimentos da polícia só complicavam o modo como a população via o nosso trabalho.

O próprio GATE havia estado na mira das críticas da população por conta de situações mal explicadas nas suas ocorrências e a má fama de sermos um “grupo de extermínio” rondava a nossa corporação. Uma dessas situações foi o caso Grafite.

Em 1997, o criminoso conhecido como Grafite manteve sua companheira refém, num apartamento em Santo André. O GATE foi acionado e assumiu o gerenciamento da operação. A negociação foi estabelecida, mas não evoluiu de modo satisfatório como se esperava, especialmente pelo fato de o criminoso estar sob forte efeito de cocaína.

A refém foi mantida dentro do apartamento sem poder reagir, enquanto Grafite, bastante descontrolado e portando um revólver, esbravejava com a polícia da sacada do imóvel. A apreensão era grande,





DIÁRIO DE UM POLICIAL

pois um sujeito que age sob efeito de drogas tem seu comportamento muito alterado. Embora houvéssimos estabelecido um diálogo, nossa percepção era de que a negociação não apresentava nenhuma evolução. A pressão externa se instalou e o comandante da operação começou a ser questionado sobre a eventual necessidade de uma alternativa tática mais enérgica, tendo aceitado implementá-la. Era preciso, então, elaborar um plano.

A equipe de invasão foi posicionada na porta que dava acesso ao apartamento e seria responsável pela invasão e pela proteção da companheira do criminoso, ainda mantida refém. Um atirador de elite, dessa vez mais bem treinado, foi incumbido de fazer o disparo que imobilizaria Grafite quando outros policiais o abordassem. O criminoso ainda estava na varanda do apartamento. Dois policiais foram deslocados para a sacada do apartamento do andar superior ao de Grafite. Eles deveriam descer de rapel e desarmar Grafite logo após ele ser neutralizado com o tiro que seria disparado pelo atirador de elite, pondo fim à operação.

Todos os policiais escalados para esse plano de invasão foram devidamente posicionados e a operação foi iniciada. A partida foi dada pelo comandante. O atirador errou o tiro, errou muito. A equipe tática, ouvindo o disparo, seguiu com o plano e invadiu o imóvel mas, em vez de se preocupar em remover a refém, que era a missão principal, preocupou-se em atingir o criminoso armado. Este estava atônito na sacada, sem saber o que de fato estava acontecendo, parte pelo efeito da droga e parte por ter ouvido um disparo que não o atingira. Foram efetuados vários disparos, dos quais apenas dois atingiram Grafite na região da pelve. A equipe de rapel desceu da sacada superior para ajudar a imobilizar o criminoso, o que foi uma tarefa bem difícil, uma vez que ele se debatia muito e oferecia resistência. Grafite finalmente foi contido e conduzido por uma viatura da polícia ao pronto-socorro, onde foi declarado o seu óbito.





A PRIMEIRA TRAGÉDIA: O CASO ADRIANA CARINGI

As informações levantaram suspeita. Surpreendentemente, o laudo necroscópico informou que a causa principal da morte havia sido um tiro na região torácica, o qual não fora disparado durante a invasão.

O estudo da trajetória do projétil, realizado na reconstituição da operação, deixou os policiais do GATE envolvidos no transporte do preso ao pronto-socorro em uma situação bastante complicada junto ao Poder Judiciário, pois foi sugerida a hipótese de que o disparo na região torácica ocorrera dentro da viatura, durante o transporte. Por esse motivo, em crises com reféns, passou a ser obrigatório o acompanhamento de uma viatura do Resgate do Corpo de Bombeiros, ou de uma ambulância, para o socorro de pessoas feridas, sejam elas policiais, reféns ou criminosas.

Esse caso agravou a imagem do GATE, pois a opinião pública o associou aos grupos de extermínio que procuravam resolver qualquer ocorrência colocando o foco das operações no criminoso quando, na verdade, o foco sempre é a libertação dos reféns. A metodologia do “resolver, custe o que custar” não era adotada pelo GATE, mas quem poderia demonstrar isso ao público?

Na semana do sequestro do ônibus 174, no Rio de Janeiro, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, preparou uma reportagem especial sobre sequestros, e o jornalista Marco Uchôa, já falecido, elaborou uma matéria na contramão do que a imprensa vinha fazendo.

Nessa época, dez anos depois do fatídico dia 20 de março de 1990, eu era o Capitão-Comandante do GATE. Havia assumido o comando das operações, e o contingente estava um tanto desmotivado pelos problemas que o Estado atravessava, o que sempre trazia reflexos diretos para nós. Ao assumir o GATE, em meu discurso enfatizei para a tropa que trabalharia duro para nos afastar da imagem que carregávamos de que “éramos um grupo de extermínio”, que “só entrávamos nas ocorrências para matar pessoas de bem” e que “não havia um só policial honesto na corporação”. Eu, especialmente, mantinha em minha





DIÁRIO DE UM POLICIAL

memória a fatídica ocorrência de Adriana Caringi e tinha o firme propósito de dissipar essa imagem negativa do GATE. Uchôa tinha planejado colocar o Cabo Furlan frente a frente com o casal Caringi. Vítima e algoz, cara a cara. Mas o cabo, que havia sido muito exposto à época, queria ser preservado e não aceitou o convite. Eu, como comandante, respeitei a sua posição e informei ao jornalista que não seria possível. Ele ouviu a explicação e perguntou: “E você, Lucca, aceitaria receber o casal Caringi?”. Imediatamente respondi que não via problema algum, mas complementei dizendo que eu não tinha poder para trazer Adriana Caringi de volta, mas faria tudo o que fosse preciso na minha gestão para nunca mais reproduzir uma ação como aquela.

O encontro foi, então, promovido. Além de mim, que dez anos antes participara da operação, lá estavam o casal Caringi e o Major-Subcomandante, que se emocionou ao ver o casal no batalhão, uma cena que ele jamais imaginara. Da minha parte, a imagem que eu tinha guardado era daquele pai desesperado e revoltado, xingando a todos nós dentro de sua casa – e com razão. O programa que foi gravado acabou se tornando um dos momentos mais emocionantes da minha carreira, e registrou um ato que serviu para “lavar minha alma” daquela marca negativa que havia ficado.

O jornalista nos colocou frente a frente e prosseguiu com a entrevista. Fizemos um retrospecto do caso, detalhes foram revelados e muitas lembranças vieram à tona. Eu havia me preparado para ser submetido a um interrogatório, a um verdadeiro massacre por parte do jornalista e do pai da vítima, mas estava enganado. Num dado momento, o repórter perguntou ao senhor Pedro qual era o sentimento que ele guardava em relação à atuação da polícia no caso de sua filha e a resposta dele foi como um tiro no meu coração. Ele disse: “Eu tenho absoluta certeza de que o Cabo Furlan não foi lá para matar a minha filha”.

Desde esse dia, passei a manter relações cordiais com o casal Caringi e eles a frequentar o GATE em algumas de nossas solenidades internas.





INTERLÚDIO

**INVASÃO DO PRESÍDIO DO
CARANDIRU EM 1992: CRÔNICA
DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA**







Fachada de um dos pavilhões da extinta casa de detenção.

As operações em presídios sempre foram um problema muito sério para a Polícia Militar. Na década de 1980, uma vez ou outra acontecia uma rebelião em presídios no estado de São Paulo. Quando a situação se tornava crítica, a Tropa de Choque era chamada para intervir, e a resposta dada por esse contingente sempre foi muito dura. A bem da verdade, “era o cassetete que trabalhava” para reestabelecer a ordem. Os tempos eram outros.

Quando a situação se complicava além da medida esperada, ou quando eram feitos reféns – entre os próprios presos ou familiares em visita –, a resposta era ainda mais dura, e não era raro haver presos mortos ao final das operações.

Enfim, imperava um misto de normalidade e tolerância quanto à dosagem de energia a ser empregada por parte da polícia nas operações realizadas dentro dos presídios. Com alguma frequência, as ações





DIÁRIO DE UM POLICIAL

policiais excediam os limites apontados pela lei; então, o resultado da operação deveria ser ponderado por dois elementos: a gravidade da ocorrência e a quantidade de presos no presídio. Como já vivíamos um período em que a superlotação estava disparando, a atuação da polícia praticamente não mudou na década de 1980.

Apesar do processo de abertura democrática, iniciado no final da década de 1970, do fortalecimento das organizações para a proteção dos Direitos Humanos, da maior liberdade de imprensa e de outras iniciativas que procuraram trazer à tona a necessidade de investigar abusos, excessos e ilegalidades cometidas pelos órgãos do Estado, não houve esforço no sentido de adequar os procedimentos que a polícia adotava. Em outras palavras, os novos ares políticos que o país começava a respirar e as mudanças resultantes desse período não foram bem recebidos pelas instituições policiais. Houve uma acomodação ao modo vigente, que retardou as mudanças necessárias nos métodos e processos para a adequação ao novo tempo que se estabelecia a passos largos. Esse desequilíbrio se tornou solo fértil para uma tragédia.

A Casa de Detenção de São Paulo, situada no bairro do Carandiru, na zona norte, era um complexo prisional que abrigava mais de seis mil detentos. Aquilo era um verdadeiro barril de pólvora, sempre prestes a explodir. A quantidade de presos em seus vários pavilhões era absurda.

Quem trabalha no sistema prisional costuma dizer que, em presídios com mais de 500 detentos, quem manda é o preso. Nada de polícia; 500 presos são suficientes para inverter a lógica do sistema e colocá-lo de cabeça para baixo.

Em 2 de outubro de 1992, explodiu a famosa rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, tema rico, ainda hoje, para livros, documentários, filmes e muita, muita matéria jornalística.

Eu havia deixado o GATE em abril, seis meses antes da rebelião. Estava atuando na segurança do então governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. Mesmo distante do policiamento, acompanhei





a operação pelos noticiários e pelos contatos diretos com meus companheiros do GATE e da área de Choque da Polícia Militar.

O nervosismo de toda a tropa, durante o evento, era grande. A necessidade iminente de uma invasão era premente, a qual acabou se confirmando. A operação foi deflagrada e executada. No final, celebrada como bem-sucedida. Mas o que para a polícia era a solução, logo se tornou um pesadelo. Assim que as informações oficiais começaram a se consolidar e a ser veiculadas, a resposta da sociedade surpreendeu o governo de São Paulo e, especialmente, a polícia. Esta queria que a sociedade pensasse: “Eles salvaram mais de 5 mil”, mas a sociedade respondeu: “Vocês mataram 111”.

A operação ganhou um rótulo negativo que está gravado até hoje: “massacre”. O governo foi pressionado, o Secretário de Segurança Pública, Dr. Pedro Franco de Campos, que à época era considerado uma estrela em ascensão, perdeu o cargo. Um inquérito policial foi instaurado para investigar o caso e provas periciais foram coletadas. E quanto mais era apurado, mais clara ficava a maneira como a polícia havia atuado no caso Carandiru, e esta, mesmo a despeito da gravidade da operação sob sua responsabilidade, teve grande dificuldade para justificar o número de mortes registrado durante a operação. Dezenas de oficiais e praças foram processados e quase todos foram condenados pelo Tribunal do Júri.

A crise disparada pela operação no Carandiru serviu como fato gerador para o início de um processo de mudanças profundas na maneira como a Polícia Militar passaria a atuar dentro dos presídios paulistas. Isso pode ser observado em duas operações realizadas posteriormente: a operação do GATE no Presídio de Segurança Máxima de Presidente Bernardes, em 31 de dezembro de 1999, e na megarrebelião simultânea que envolveu 29 presídios no Estado de São Paulo, que começou em 18 de fevereiro de 2001.







CAPÍTULO 8

GATE: NOVA GESTÃO







Capitão Luccca ao assumir o GATE.

Nos primeiros anos no GATE, eu me especializei no trato de situações que envolviam explosivos. Fora do Brasil, fiz cursos de capacitação em busca, localização e desativação de artefatos suspeitos de serem explosivos, e me tornei conhecido nessa área, tendo sido o primeiro Técnico Especialista em Desativação de Artefatos Explosivos Regulamentares e Improvisados (TEDAX). Conseqüentemente, dei muitas aulas e palestras sobre gerenciamento de crises dessa natureza.

Operações que apresentavam envolvimento com explosivos eram um assunto relativamente novo e, em função da minha trajetória e formação, fui chamado pela equipe do governador para instruir os policiais das suas equipes de segurança, o que acabou por me render um convite para trabalhar nessa especialidade.

Foi assim que, entre os anos de 1992 a 1995, atuei como Chefe da Equipe de Segurança do Governador do Estado de São Paulo, Luiz





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Antônio Fleury Filho, uma experiência nova para mim e voltada à proteção de autoridades. A ida para o Palácio do Governador não estava nos meus planos. Com o fim da gestão Fleury, veio o Governo de Mário Covas e fui transferido para a Academia de Polícia, onde permaneci por menos de um ano.

No final de 1995, às vésperas da promoção à tão sonhada patente de Capitão, recebi um convite para participar de um processo seletivo que indicaria o Chefe de Segurança Pessoal de um banco estrangeiro com sede no Brasil. Minha vida financeira era equilibrada e eu não precisaria sair da polícia por esse motivo, mas a proposta do banco elevaria consideravelmente meus ganhos mensais.

Fui aprovado e convidado formalmente para ser o Gerente de Segurança Pessoal do Presidente da instituição, com salário e pacote de benefícios bastante atraentes, além da possibilidade de obter experiência no segmento privado, algo que eu não tinha. Aproveitando a licença não remunerada de dois anos, que é permitida ao funcionalismo público, aceitei o convite.

Com relação à carreira policial, o maior prejuízo para mim talvez fosse retardar as promoções, pois “a fila anda” e, com o meu afastamento temporário, a turma que estava abaixo de mim na hierarquia avançaria à minha frente. Passados os dois anos da minha licença, meus empregadores ofereceram uma promoção para que eu permanecesse. Eles aumentariam o nível das minhas atribuições e também o meu salário, mas decidi voltar para a polícia e reassumir o meu posto de capitão.

Pela indicação inicial do comando eu deveria ir para a Seção de Comunicação Social do Estado-Maior, mas, na última hora, o então Subcomandante da Polícia Militar mudou de ideia e fui designado Comandante do GATE. Assim, após seis anos, eu retornei ao GATE como comandante do grupo, sucedendo um colega de turma e amigo, com quem tive uma longa conversa na transmissão do posto. Ele abriu o coração e revelou um diagnóstico muito preciso da situação





do GATE, e essa conversa serviu de base para a preleção que fiz poucos dias depois, na minha primeira reunião com a tropa.

O moral da tropa estava baixo, os equipamentos sucateados e havia pouca visibilidade para o grupo. Não tínhamos uma imagem positiva nem dentro da polícia, e a consequência era uma demanda baixa de acionamentos. Então, marquei a reunião para o início dos trabalhos sob meu comando, na qual logo vi rostos familiares, que conhecia desde quando era Tenente.

O GATE havia sido criado para operar nos moldes das SWATs americanas, do GSG 9 alemão e do GIGN francês. Grupos assim carregam marcas comuns, próprias de tropas dessa natureza, e só fica na tropa especial quem tem muita vontade. É como diz o instrutor no *Tropa de Elite*: “Pede pra sair”, porque, para quem ficar, o bicho vai pegar. Por isso, a rotatividade do contingente é baixa: o custo do treinamento é alto e passar pelo Curso de Ações Táticas Especiais é difícil. Quem entra deve manter elevado nível de desempenho. Como dizem no meio das tropas especiais: “*Do it or die*”, em português, faça o que deve ser feito ou morra.

As tropas especiais são frequentemente contempladas com frases que têm por objetivo motivar um elevado senso de pertencimento. Um bom exemplo disso é o quartel do BOPE, no Rio de Janeiro. Quem chega ao quartel se depara, na entrada, próximo à guarita, com uma placa com os seguintes dizeres: “Seja bem-vindo, mas não faça movimentos bruscos”. Na saída do quartel, por onde passam as viaturas a caminho das missões, há outra placa com os dizeres: “Vá e vença e que por vencidos ninguém nos reconheça”.

Não deveria dispensar ninguém quando cheguei ao GATE; não era hora de esvaziar o grupo, e vários sentimentos pairavam sobre mim enquanto eu refletia sobre a mensagem da preleção que faria ao assumir o comando das operações. Eu precisava dar um recado que não deixasse dúvida alguma sobre o que eu pretendia nem ao





DIÁRIO DE UM POLICIAL

mais rústico policial. Após os procedimentos regimentais, fui direto ao ponto e disse:

Estou assumindo o GATE por designação do Subcomandante Geral da Polícia Militar. Alguns de vocês me conhecem, trabalharam comigo nos quatro primeiros anos desse grupo e conservam a imagem do Tenente Lucca. Nesses seis anos em que estive fora, muita coisa mudou na sociedade, e eu vou dar a vocês uma regra básica: se alguém der “tiro em barriga de mulher grávida”, eu serei o primeiro a colocá-lo na cadeia. Não preciso de Corregedoria, não preciso de ordem superior e não vou varrer nenhuma sujeira para baixo do tapete. Por outro lado, aqueles que seguirem o que determina a lei, a doutrina e as boas práticas operacionais e seguirem a obediência hierárquica, com esses eu irei até o inferno.

Eu estava mandando um recado em alto e bom som para alguns policiais conhecidos internamente pelo apelido de “Billy” ou “Bilão”. Esses caras ainda pensavam que “bandido bom é bandido morto”. Mas o GATE não vive de IBOPE, e o paradigma da tropa especial é forjado no banco do curso e na obediência à lei.

É comum, no ambiente policial, a frase dirigida aos bandidos: “Deus gosta de você, nós não”, mas isso não deve ser confundido como permissão para a ilegalidade. O fato de os criminosos estarem mais violentos não justifica repetirmos o mesmo procedimento, uma vez que muitas das mortes provocadas por ações policiais não passam de execuções. Mas não seria assim sob meu comando.





CAPÍTULO 9

O CHIFRE E AS LETRINHAS







O dia 27 de julho de 1998 foi um domingo. Por volta das 20 horas, eu estava em casa quando o telefone tocou. Era o rádio-operador do GATE, avisando que havia uma ocorrência com refém em um ônibus na avenida Tiradentes, na altura do nº 440. Estranhei a localização, pois esse é o endereço do 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar, a ROTA.

A informação me fez perguntar por que um ônibus com um criminoso fazendo refém estaria parado em frente ao quartel?

A primeira hipótese tinha a ver com uma prática comum entre os taxistas. O motorista havia percebido algo errado entre os passageiros e, a fim de evitar qualquer risco, resolveu parar em uma área segura. Nesse sentido, poucos lugares em São Paulo seriam mais indicados do que em frente ao Batalhão da ROTA.

Quando cheguei ao local com minha equipe, já havia um cerco ao ônibus e alguns policiais do Batalhão realizavam a negociação dentro do próprio veículo. Bem, como se sabe, a ROTA é uma equipe considerada especial dentro da Polícia Militar por pertencer à Tropa de Choque. Seus integrantes levam a sério a doutrina interna e a atuação entre os oficiais e as equipes é muito próxima. A ROTA é um batalhão tradicional e sua vocação é a atuação em situações de maior risco, com ou sem reféns, e que não exijam muito em termos de alternativas de negociação, as quais são específicas de um grupo especializado. Por isso, o GATE estava lá.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Mesmo com o esforço de quem a conduzia, a negociação não avançava no sentido de uma resolução, em parte porque o contexto e a motivação do suposto criminoso eram bem peculiares. Nós o chamamos de “tomador de refém” e, no caso, tratava-se de um senhor nordestino, de cerca de sessenta anos de idade, com uma refém na faixa dos vinte anos que, não por acaso, era sua amante. A arma usada para manter a jovem sob ameaça era um podão, uma ferramenta de corte pequena, semelhante a uma foice, que é utilizada para podas de plantas e árvores. Com o podão, aquele senhor pressionava a garganta da moça de baixo para cima, próximo às artérias importantes, e isso imprimia à situação um risco considerável.

Enquanto eu acompanhava a negociação, a fim de me inteirar do cenário, minha equipe coletava informações sobre o casal e as circunstâncias geradoras do fato. Em pouco tempo, descobrimos como tudo havia começado e pudemos compreender o quadro diante de nós.

O tomador de refém não era de fato um criminoso. Era um homem maduro que se envolveu com uma garota bem mais nova, apaixonou-se por ela, mas não houve reciprocidade. Ela decidiu colocar um fim no relacionamento e a ideia não foi bem recebida por ele. Tentando fazê-la voltar atrás, o senhor a convidou para passar um final de semana romântico no Rio de Janeiro, onde ele imaginou viver um recomeço feliz.

Ela aceitou e eles tomaram o ônibus na sexta-feira, passaram o final de semana na cidade maravilhosa, mas algo deu errado enquanto voltavam para São Paulo, conforme descobrimos, embora não tenhamos apurado em que circunstâncias. A parada final do ônibus seria no Terminal Rodoviário do Tietê, a principal rodoviária de São Paulo, mas o senhor de coração ferido resolvera mudar o itinerário do ônibus, ameaçando matar a moça caso não fosse obedecido. Assim, dera a ordem para que o motorista conduzisse o ônibus até o quartel da ROTA e parasse bem em frente.





O CHIFRE E AS LETRINHAS

Com o ônibus estacionado no novo destino, ele mandou que todos os passageiros descessem, mas reteve a refém. Sentado no último banco do veículo, com a amante praticamente em seu colo, ele mantinha a ferramenta agrícola como arma, pressionando a garganta da jovem e aguardando a chegada do único repórter em que dizia confiar: o Cid Moreira, que à época apresentava o *Jornal Nacional*.

Embora pouco comum, ocorrências como essa são previstas nos manuais de negociação de crise com reféns. Nós a chamamos *suicide by cop*, isto é, suicídio praticado pela polícia. Ela ocorre quando, na falta de coragem para praticar o suicídio, a pessoa cria uma situação em que a polícia é acionada e movida a causar a morte do tomador de refém.

Ficou claro que o fato gerador da situação fora uma paixão obsessiva e, ao contrário do que alguns pensam, paixão pode levar uma situação a desfechos inusitados. Há casos em que é mais fácil lidar com criminosos que praticam crimes visando dinheiro, ou algo que possa ser transformado em dinheiro, pois esses indivíduos têm objetivos claros, ao contrário do que acontece quando se lida com mentes doentias ou transtornadas. Por isso, evitamos ao máximo usar força letal em casos assim, o que é um grande desafio para o policial que negocia, pois é necessário que ele mantenha o equilíbrio e não perca de vista o que chamamos “hierarquia das vidas”, a saber: colocar em primeiro lugar a vida do policial, em segundo a vida do refém, depois a vida dos demais cidadãos e, por último, a vida do criminoso.

Passava da meia-noite e a negociação seguia. Depois que ele mostrou algum cansaço, conseguimos que se acalmasse e afastasse o podão das partes sensíveis da garganta da refém. Insistimos mostrando com argumentos que valia a pena continuar vivendo, tanto para ele quanto para ela. Madrugada adentro e a negociação avançava, mas como sabíamos que o nível de tensão é um grande consumidor de energia, apostamos nele visando minar as forças daquele senhor e chegar à





DIÁRIO DE UM POLICIAL

solução da crise. Algumas viaturas cercavam o ônibus e mantivemos todas elas com o Giroflex aceso. As sirenes eram acionadas em diferentes momentos, tudo para mantê-lo acordado e exigir-lhe atenção com estresse, a fim de esgotar mais rapidamente suas forças e energias.

Pouco a pouco, ficou claro que nenhum dos policiais faria o que ele gostaria que fosse feito – disparar um tiro; a inexistência de uma arma de fogo colocando em risco a vida da refém nos dava uma margem maior de segurança para prosseguirmos na estratégia adotada.

De vez em quando, a situação saía do trágico e entrava no cômico, porque, no decorrer da negociação, aquele senhor nos fez algumas confidências, revelando a intimidade do casal. Apesar de todos os agrados e mimos que o amante lhe proporcionava, ficou claro que a moça estava descontente com o desempenho sexual do namorado.

Por volta das cinco horas da manhã, os sinais de cansaço eram evidentes e logo que amanheceu o dia, exausto, ele se entregou. Foram oito horas de negociação, e essa foi a minha primeira ocorrência como Comandante do GATE.

No entanto, não seria a única ocorrência de risco com momentos cômicos de que eu participaria. No dia 7 de outubro de 1999, um criminoso viciado em cocaína desentendeu-se com sua amante e, por conta disso, acabou por transformá-la em sua refém. O policiamento de área foi acionado, mas os efeitos da droga tornaram seu comportamento bastante inconstante. Como o policiamento responsável não dispunha de preparo para negociações neste nível, nós fomos acionados.

Quando chegamos ao local, nos informamos a respeito dos fatos e coletamos as principais informações sobre o criminoso e a refém. O cara não era barra-pesada, mas havia um risco iminente, pois ele estava sob efeito de drogas e armado.

Como sabemos que, quando o efeito da cocaína começa a enfraquecer, cede lugar a um comportamento depressivo, procuramos retirar o maior número de pessoas de dentro do cativo e a amante era o





O CHIFRE E AS LETRINHAS

nosso foco. Após algum tempo de conversa, conseguimos convencê-lo a liberar a amante e, com isso, ficamos esperançosos de que ele saísse em seguida, uma vez que não havia mais reféns. Entretanto, a solução da crise não foi tão simples e sofreu certa guinada, já que percebemos nele indícios de comportamento suicida.

Nós contamos com um repertório de estratégias para lidar com situações assim e uma delas é envolver algum familiar para desmobilizar a pessoa que planeja atentar contra a própria vida. No trabalho que, conforme nossa rotina, corre paralelamente, minha equipe havia apurado que a ex-esposa do viciado morava no mesmo bairro e se informou sobre o seu perfil, caráter e temperamento. Descobrimos que o motivo da separação tinha sido o próprio vício em cocaína, e que o criminoso viciado não conseguia superar as tentativas de internação para desintoxicação. Por isso, a ex-esposa cansara-se e pedira a separação.

Mas, durante a conversa com os policiais, uma informação muito importante veio à tona. Ela revelou que, embora o marido fosse um fracassado e não conseguisse manter-se firme em um emprego fixo, como pai ele era uma pessoa exemplar. Nunca deixou de visitar a filha pequena. Era atencioso e carinhoso, e só às vezes falhava no pagamento da pensão alimentícia, o que era compreensível, dado o desemprego constante.

Aproveitando a deixa, resolvi explorar seus sentimentos em relação à filha, que ele amava, e trouxe para o campo da negociação as questões familiares e a relação paterna. Notei que ele foi tocado emocionalmente e que o seu comportamento começou a mudar. Então, tive uma ideia. Pedi à minha equipe para providenciar uma fotografia da menina, filha do criminoso. Orientei que trouxessem uma fotografia, dessas de álbum de família, em que a criança aparecesse linda e feliz.

Quando finalmente trouxeram a tal fotografia, apanhei uma folha de papel e escrevi um bilhete, como se fosse uma cartinha escrita





DIÁRIO DE UM POLICIAL

pela garota para o seu pai. Procurei ser cuidadoso com as palavras para que parecesse autêntica, deixando claro o tom emocionado e um apelo final: “Papai, preciso de você”.

Aproximei-me dele e retomei a negociação. Falei das suas qualidades como pai e usei muitas das informações obtidas com sua ex-esposa. Mencionei detalhes das várias demonstrações de afeto que ele tivera para com a filha e reforcei o amor que ele tinha pela garota. Ele ouvia tudo calmamente e sua respiração demonstrava que havia se tranquilizado e que estava nitidamente emocionado. O peixão estava rendido, mas ainda não havia sido tirado da água.

Para consolidar meu argumento, passei a fotografia da garota por baixo da porta que nos separava. Ele a recolheu e não suportou: desabou a chorar.

O ambiente se encheu de emoção e, como não podia me deixar seduzir pelos sentimentos envolvidos, decidi que era hora de dar o golpe final. Chamei-o mais perto da porta e disse que ele tinha um futuro pela frente e que, embora não estivesse presente naquele momento, sua filha querida gostaria de dizer algo a ele. Então, passei o bilhete que eu mesmo tinha escrito e ele rapidamente o recolheu. Bastante emocionado, abriu o bilhete e em alguns segundos ouvimos o seu comentário: “Nossa, mas que letrinha, hein!”.

Foi preciso um esforço maior do que a própria negociação para que contivéssemos o riso dos policiais, já que todos eles conheciam a fama da minha péssima caligrafia. Fosse nas anotações ou no despacho de documentos administrativos, muitas vezes o que eu escrevia precisava ser “traduzido”, porque a minha letra é, de fato, horrível. O que compensou a letra praticamente ilegível foi a foto da menina e o seu efeito positivo, o que fez o bilhete perder um pouco da importância.

Em poucos minutos o rapaz se entregou. A ocorrência logo foi esquecida, mas minha letra continua um desastre.





CAPÍTULO 10

REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES







Policial que gosta de rotina deve ficar longe dos grupos de operações especiais. No GATE, até confraternização de final de ano pode ser ponto de encontro para uma missão da pesada. E foi o que aconteceu no dia 31 de dezembro de 1999, uma sexta-feira.

Havia sol e teríamos expediente apenas na parte da manhã. À tarde, celebraríamos o encerramento do ano com um churrasco no Canil da PM. Haveria um jogo de futebol entre a equipe de serviço e alguns convidados. Nossas famílias estavam conosco e tudo parecia tranquilo, até que chegou uma informação enviada pelo alto comando da Polícia Militar.

O presídio da cidade de Presidente Bernardes – Centro de Readaptação Penitenciária “Dr. José Ismael Pedrosa” – havia se rebelado e o GATE precisava se deslocar para lá e atuar nas negociações. O pacto proposto pelo Secretário de Administração Penitenciária havia sido descumprido pela liderança da facção criminosa no presídio. A situação relatada era grave, os recursos locais tinham esgotado as alternativas cabíveis e nós éramos a saída para gerenciar a crise.

Precisávamos que tudo terminasse bem, pois o ano fora marcado por algumas anormalidades nos presídios paulistas. Em 1999, os problemas chegaram a um nível maior de complexidade nos estabelecimentos prisionais, e isso era notável. A facção criminosa autodenominada Primeiro Comando da Capital, o PCC, começou a





DIÁRIO DE UM POLICIAL

mostrar sua capacidade de articulação. O que inicialmente fora um movimento para reivindicar direitos, passou a se articular com fins criminosos. A polícia sabia da movimentação da facção e houve muita demanda da Tropa de Choque para as operações que chamamos “revistas em presídios”.

A rotina das revistas consistia na invasão do estabelecimento prisional por um forte contingente policial, “bater” as alas de cada pavilhão, uma por uma, retirando os presos das celas para facilitar o acesso aos agentes de segurança. Estes, por sua vez, faziam a revista no alojamento, buscando objetos proibidos: armas, telefones celulares, drogas, bebidas e o que mais fosse encontrado.

O Juiz de Direito Nagashi Furukawa havia assumido a titularidade da Secretaria de Administração Penitenciária havia poucos dias e se comprometeu a fazer uma revisão nos processos irregulares, sobretudo no que referia à progressão das penas, uma das reclamações mais frequentes entre os sentenciados. De certo, a facção aproveitou o reconhecimento público da deficiência na Administração e resolveu mostrar sua força, virando o sistema de cabeça para baixo.

Três agentes de segurança penitenciária foram tomados como reféns e, por isso, foi preciso chamar o GATE.

Nós não sabíamos da existência de uma crise naquele presídio, que fica a mais de 500 quilômetros de distância da capital. A informação ficou restrita aos órgãos de segurança da região e da alta cúpula da polícia e do Governo de São Paulo. A rebelião de Presidente Bernardes acionou a luz de emergência na mesa das autoridades. O jato executivo do Governador do Estado foi disponibilizado para o transporte de parte da equipe, e um dos helicópteros da Polícia Militar, o Águia, foi encarregado de levar os demais membros do grupo.

O churrasco de final de ano foi imediatamente interrompido para nós e apenas nossos familiares, esposas, amigos e crianças seguiram com a confraternização.





REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES

As crianças eram a alegria do batalhão naquele dia e havia várias delas naquele 31 de dezembro. Eu gostava quando elas iam ao quartel e fazia questão de cumprimentar a todas. Naquele dia, havia um garoto arreado que não quis me dar um abraço. Com tantos atrativos no local – cães adestrados, alojamentos, campo de futebol – era natural que um menino de cerca de 10 anos estivesse eufórico. Quando o helicóptero aproximou-se fazendo os procedimentos para pousar e recolher parte da equipe, as crianças reagiram com muito entusiasmo.

Eu dava o *briefing* para a equipe, passando as instruções preliminares da missão, quando o garoto notou que eu era o comandante por ali. Ele, então, ficou deslumbrado e deve ter imaginado que algo fantástico estava acontecendo, como nas histórias de super-heróis. Assim, antes de partir, não resisti. Aproximei-me dele e disse: “Da próxima vez, você me dá um abraço e eu o levo na missão”. Imagino que ele tenha se arrependido por não abraçar o Comandante do GATE naquele dia.

O jato que nos conduzia chegou ao aeroporto de Presidente Prudente antes do helicóptero. Fomos imediatamente para o 18º Batalhão de Polícia do Interior, onde tomamos ciência do que estava acontecendo em detalhes e da gravidade da situação. O presídio em peso havia se rebelado sob a liderança de sete criminosos chefiados por um sentenciado conhecido como China. Eles foram os mentores da rebelião e exigiam, em troca da libertação dos reféns, a transferência deles próprios para presídios de outros Estados, a fim de terminar o cumprimento de suas penas. Mas a exigência, mais do que preocupação com o fim do processo, era mera demonstração de força da facção. O que estava em jogo era a autoridade da nova equipe de Segurança do Estado e do Governador. A exigência da transferência significava colocar o Estado de joelhos e, se eles fossem atendidos, poderiam tornar-se um exemplo a ser repetido por outros presídios do Estado, uma vez que todos estavam à espreita, aguardando o desfecho das negociações.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Assim que terminamos a reunião no 18º Batalhão, parti com alguns de meus policiais para o presídio. Queríamos ver de perto as condições que enfrentaríamos para analisar e propor uma alternativa. A fim de não chamar a atenção da mídia, dos familiares dos presos e dos próprios sentenciados, fomos trajados como civis, pois o helicóptero em que viemos chamou a atenção quando sobrevoou a região, e isso chegou ao conhecimento dos rebelados. Eles não sabiam com certeza o que estava acontecendo, mas desconfiavam que tivesse vindo gente de São Paulo para a cidade. Se a liderança da rebelião não contava com isso, logo tratou de enviar um recado.

Tomaram um preso, provavelmente um desafeto, ataram-lhe os pés e as mãos, em uma das grades do corredor, e promoveram uma surra coletiva. Aquele preso apanhou severamente. Terminada a cena dantesca, retiraram-no da grade e jogaram-no num canto do corredor, todo machucado. Esse foi o sinal de que qualquer negociação teria de ser do jeito deles, sem interferências externas, tendo a exclusiva participação das autoridades locais que eram conhecidas por eles.

Chegamos ao presídio e fomos levados para conhecer as dependências internas como se fôssemos agentes locais. Notei que todo o presídio fora dominado pelos presos. A única coisa que impedia aqueles homens de invadir a área administrativa e, em seguida, fugir em massa, era o controle de uma grade que estava sob a administração dos policiais. No mais, os rebelados dominavam não só as alas, como todo o corredor central.

Era nessa primeira gaiola que ocorriam as negociações, a única área que ainda não tinha sido dominada pelos rebelados. A cada rodada de negociação, os reféns eram trazidos e posicionados junto à grade, e as autoridades se mantinham do outro lado, a uma distância aproximada de cinco metros.

Quando a crise eclodiu, agentes de outros presídios foram acionados para reforçar a segurança local, e boa parte deles acompanhou





REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES

as rodadas de negociação com o Comitê de Crise. E todos ficamos separados por uma gaiola. Do lado de dentro do presídio, estavam China e seus comparsas, os reféns encostados na grade e os demais presos circulavam livremente pelos corredores. Esse era o cenário que se formava cada vez que uma nova etapa de negociações era retomada durante os três dias anteriores à nossa chegada.

O Comitê não conseguira a solução para o caso, e a maior preocupação naquele momento era decidir sobre permitir a entrada da tropa da região, que estava bem estressada por estar de prontidão havia dias. Se isso fosse feito, o resultado da ocorrência no Carandiru poderia se repetir, também com um elevado número de baixas. A experiência da operação no Carandiru era mencionada sempre que o clima ficava mais tenso e se pensava na possibilidade de invasão. A situação era delicada, mas precisávamos agir com rapidez e precisão.

Confesso que não foi fácil encontrar novas alternativas viáveis para solucionar a crise. O Comitê quis nos ouvir e, então, apresentei as duas únicas propostas que me ocorreram para resolver o evento crítico. Primeiro, a alternativa convencional, que consistia em entrar com os onze policiais do GATE, ou seja, todo o efetivo que levei comigo de São Paulo. Seríamos como uma tropa “ponta de lança” e, com a cobertura da Tropa de Choque da região seguindo imediatamente à nossa retaguarda, bloquearíamos o corredor, a fim de evitar o chamado “cavalo louco”, como é chamada a fuga em massa por um acesso devassado. Como aquele era um presídio de segurança máxima, não havia registro de armas de fogo com os detentos. Mesmo que eles as tivessem, poderíamos proceder à invasão, protegidos pelos escudos balísticos e capacetes com viseiras balísticas que equipavam o efetivo do GATE, ou seja, entraríamos formando uma coluna com seis homens e outra com cinco, tendo os escudeiros à frente. Então, partiríamos em direção aos presos. Esperávamos que, fazendo isso, eles recuassem, ou os alvejaríamos, caso resolvessem vir em nossa





DIÁRIO DE UM POLICIAL

direção. Deixei claro que a implementação dessa alternativa reduziria praticamente a zero a chance de resgatar reféns com vida. Era um risco que deveria ser avaliado cuidadosamente pelas autoridades.

China era o líder da rebelião. Ele tinha uma longa pena a cumprir e contava sete assassinatos cometidos no presídio. Diante disso, qualquer morte a mais que fosse contabilizada em sua ficha representaria muito pouco diante da sua frieza. Ele estava tão determinado a atingir seu objetivo que era o único a negociar conosco, e se aproximava com o rosto descoberto; os demais presos do seu grupo escondiam o rosto com suas camisetas.

Quando apresentei a primeira alternativa, notei haver certo desconforto entre os policiais e as autoridades envolvidas, pois era imperativo para o Comitê de Crise que os reféns fossem preservados. Considerando isso, apresentei a segunda alternativa, que, definitivamente, era uma alternativa não convencional.

O segundo plano consistia em nosso grupo entrar disfarçado de agentes de segurança, com uniformes semelhantes aos usados pelos agentes penitenciários, com crachá e tudo o mais que os caracterizava, e fazê-los se misturar aos demais agentes durante uma das rodadas de negociação. Com os três reféns logo à frente, do outro lado da grade, a uma distância de cerca de cinco metros, e aproveitando o cenário que se repetia a cada rodada – a liderança de um lado e os reféns do outro – os policiais do GATE, disfarçados de agentes penitenciários, se posicionariam furtivamente, portando apenas uma pistola e um carregador. Num determinado momento, atiraríamos nos presos da liderança que estivessem próximos das grades e dos reféns. Os disparos teriam de ser certos, para evitar que algum preso tivesse a chance de se proteger atrás de um refém, que, seguramente, se tornaria seu escudo humano.

Abatendo a liderança dos presos, a expectativa era que os demais indivíduos espalhados pelo corredor corressem para o interior





REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES

das alas a fim de se proteger. Nesse momento, um agente de segurança da penitenciária, devidamente orientado, abriria as duas portas da gaiola, facilitando o acesso da equipe para a remoção dos reféns. Na sequência, os outros seis policiais do GATE, fardados e equipados, se deslocariam para o ponto crítico, reforçando a primeira equipe numericamente e com armamento mais pesado, passando a representar um obstáculo maior contra uma eventual investida dos presos, caso estes resolvessem forçar o “cavalo louco”, isto é, a fuga em massa. Imediatamente, a Tropa de Choque entraria para o início da operação que seria restabelecer a ordem geral, colocando os presos nas suas celas e trancando-as, fazendo a contagem e executando as demais providências típicas de uma operação dessa natureza.

Normalmente, o líder China ficava acompanhado por outros três comparsas durante as rodadas de negociação, quando todos se aproximavam da grade. Como esse cenário se repetia, informei ao Comitê que essa ação não convencional era a que oferecia a maior chance de salvar os reféns, mas, provavelmente, resultaria na morte dos quatro líderes das negociações.

O silêncio imperou novamente na sala. Passado o impacto inicial causado pelas propostas, houve uma “sessão telefone”. As autoridades presentes começaram a reportar o plano aos escalões superiores na Capital e, com isso, fomos vítimas de outro complicador: o tempo. Estávamos no meio da tarde, no último dia do ano, quando as pessoas entravam no ritmo das comemorações do *réveillon*. Era difícil falar com todos aqueles que deveriam tomar conhecimento do que se passava a 500 quilômetros de São Paulo.

Parte do meu trabalho estava feito. Restava aguardar a ordem para iniciarmos uma ação, uma vez que eu não era a mais alta autoridade presente no local. O meu poder de decisão era limitado pela hierarquia. Como a proposta era muito arrojada, deduzo que precisou ser levada aos escalões mais altos dentro do governo. Afinal de contas,





DIÁRIO DE UM POLICIAL

a possível morte dos presos acarretaria uma movimentação negativa da imprensa, dos partidos da oposição, dos órgãos e ONG de defesa dos direitos humanos, enfim. A questão envolvia mais elementos do que simplesmente resgatar três agentes penitenciários tomados como reféns numa cidade do interior.

Mas havia outro complicador que não tinha sido considerado. Não testamos as pistolas “ponto 40” que portávamos. Nós tínhamos acabado de receber um segundo lote daquelas armas, pois o primeiro fora disponibilizado para os policiais que atuavam na segurança do governador. E esse detalhe é uma história à parte.

Quando a polícia paulista decidiu aposentar o velho e confiável revólver 38 e substituí-lo por pistolas semiautomáticas calibre “ponto 40”, era sabido que a troca das armas seria feita em etapas. Eu acreditava firmemente que as primeiras pistolas que chegassem à polícia seriam destinadas ao GATE. Mas alguém imaginou que os policiais da segurança do governador “mereciam mais” e resolveu deixar o GATE para depois. Mesmo assim, consegui que as pistolas viessem parar no GATE, embora tenha ouvido “muita coisa” desnecessária.

Evidentemente, no plano de infiltrar policiais do GATE disfarçados de agentes, os quatro policiais destacados para me acompanhar nessa ponta de lança não poderiam usar armas portáteis: metralhadoras, carabinas ou fuzis. Só seria possível portar uma arma de pequeno porte, por isso, a capacidade e o poder do calibre “ponto 40” eram fundamentais para o sucesso da missão.

Finalmente, a autorização para implementar o plano número dois chegou, mas já era final de tarde quando isso aconteceu. Por conta da demora, precisamos abortar o início da operação naquele dia. Era preciso considerar o plano todo, não somente a primeira etapa de infiltração, mas se tudo desse certo, teríamos de tomar o controle do presídio no período da noite e isso seria um complicador que colocaria a operação em risco.





REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES

Eu fui pressionado a iniciar a ação. Não sei exatamente se as autoridades queriam entrar o ano-novo com aquele caso resolvido ou se temiam algo pior. Embora pressionado, marquei posição, agindo por inspiração de um conceito aplicado na Força Aérea, onde o comandante do avião tem poder de decisão dentro da aeronave.

O desenho tático da operação estava sob minha responsabilidade, e as questões de ordens hierárquica e política deviam se subordinar ao plano tático. Isso eu não discuto e não permito ser colocado em pauta nessas situações. Muitas tragédias já ocorreram e continuarão a ocorrer sempre que não se agir com clareza em questões como essa. Definitivamente, não faria a invasão do presídio durante a noite, e minha decisão foi acatada. Mas havia mais questões do que essa para serem resolvidas.

Os presos estavam sem alimentação há dois dias. Além de não invadir, ainda pedi que a direção do presídio providenciasse a entrada da janta dos presos, assim como o desjejum do dia seguinte. Isso surpreendeu o Comitê de Crise; meu pedido pareceu algo surreal para os padrões deles. Tive de explicar que a ideia era passar a impressão de que o processo de negociação iria se estender, demorar para chegar a um fim e, embora a operação devesse ser implementada no dia seguinte, quanto mais rodadas de negociação fossem esperadas, melhor seria para o sucesso da operação planejada. O fator surpresa era fundamental para o êxito do plano e isso, bem explicado, acabou entendido pelas autoridades, que acataram meu pedido, mesmo demonstrando certo grau de perplexidade em seus semblantes. Eles não estavam acostumados com essas “acrobacias” típicas das tropas de operações especiais. Como não havia mais nada a ser feito no presídio durante a noite, minha equipe e eu retornamos para o quartel. Reuni os policiais para discutirmos o plano minuciosamente e projetarmos todos os cenários possíveis. Com isso, poderíamos discutir os possíveis efeitos colaterais e as novas ações e medidas a serem tomadas.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Permiti que todos telefonassem para seus familiares, mas alertei que se limitassem a desejar-lhes uma boa passagem de ano. Bem, e que nossos familiares curtissem a festa, já que a nós coube brindar o ano-novo com groselha e, antes da meia-noite, todos já estavam descansando ou, pelo menos, tentando, já que a faina que nos aguardava nas próximas horas dificultava a chegada do sono.

Testamos as pistolas no meio da madrugada, pois não poderíamos usá-las antes disso. Levantamos às quatro horas da manhã e fomos ao estande de tiro do batalhão, a fim de testar as “ponto 40”. Confesso que, com essa medida simples, eu queria apenas evitar qualquer surpresa desastrosa que vez ou outra acontece, o que me deixava bastante indignado. Testamos as pistolas e escolhi os melhores atiradores com a nova arma para que me acompanhassem. O nosso pessoal do GATE não encontrou dificuldades no manuseio da pistola, pois todos estavam habituados a usá-las em determinadas situações; alguns tinham pistolas como arma particular e outros já haviam tido contato com elas em cursos no Brasil e no exterior.

Assim que o dia amanheceu, retornamos ao presídio. Quatro policiais e eu estávamos disfarçados de agentes penitenciários, e havia um tenente e outros membros da equipe que usavam uniforme camuflado, balaclava e armamento pesado, para nos dar suporte imediatamente após o desencadeamento da operação. Apenas o Comitê de Crise e alguns funcionários com função elevada e específica sabiam do plano.

Todos foram avisados por mim que eu só daria o sinal para desencadear a ação se o cenário idealizado correspondesse ao planejamento prévio, de modo que as chances de resgatar os três reféns fossem reais. Na última reunião com o Comitê, dei o golpe mais duro nas autoridades, quando destaquei ser parte do plano atirar nos quatro líderes que habitualmente se posicionavam junto à grade, próximos aos reféns. Mesmo assim, só faria isso se os reféns estivessem em condição de ser preservados, fora do ângulo de tiro. Não é difícil imaginar que essa





REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES

nova informação gerou mais alguns telefonemas para São Paulo, para comunicá-la e preparar as autoridades para o fato de haver grande chance de termos quatro mortos e mais alguns feridos em alguns instantes, como parte da operação para salvar os três reféns.

A resposta vinda de São Paulo não advertiu para maiores problemas, e a autorização para o plano apresentado foi dada. Recebi carta branca para prosseguir e fomos tomar o café da manhã.

Combinamos com o Comitê de Crise que haveria dezenas de agentes de segurança uniformizados, além da minha equipe, que seria infiltrada entre esses agentes e se colocaria de um lado e do outro do China e de seus comparsas. Eles ficariam separados de nós apenas por uma distância de aproximadamente cinco metros e pelas grades da gaiola. Isso ocorreria durante a próxima rodada de negociação.

Ninguém levou rádios comunicadores. Não poderíamos falar. Isso nos obrigou a utilizar sinais para nos comunicarmos e dar início ao plano quando a hora certa chegasse.

Aproximamo-nos da gaiola para dar início à primeira rodada de negociação do dia. China e seus comparsas vieram e se aproximaram de nós. Chegaram junto à grade enquanto vários outros presos se movimentavam à vontade pelo corredor. Logo percebi haver apenas dois dos três reféns; faltava um. Mesmo assim, nos dividimos como havíamos combinado e nos posicionamos de acordo com a disposição dos presos que seriam nossos alvos. Ficamos em posição de tiro, mantendo as pistolas escondidas sob a camisa, de modo que nem os agentes penitenciários reféns pudessem percebê-las.

No conjunto dos agentes, alguns se conheciam e eram colegas de trabalho. Outros, trabalhavam em regiões próximas de onde foram alocados. Desse modo, misturados entre o grupo, o nosso disfarce caiu muito bem. No meio dos agentes do sistema, apenas um deles tinha a missão de abrir a gaiola após os disparos; era o único que sabia do plano.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

O nosso comportamento precisou ser discreto, o mais sossegado possível. Planejar tudo nos mínimos detalhes iria colaborar de forma decisiva para a execução do plano quando a hora chegasse. Mas, como apenas dois dos três reféns apareceram na gaiola, não poderíamos desencadear a operação, pois correríamos o risco de comprometer a vida do terceiro. O cenário deveria estar exatamente como planejamos para que toda a ação fosse disparada.

O diretor do presídio foi o interlocutor com os detentos. Tratava-se de um profissional de carreira, experiente, e que vinha conduzindo o processo de negociação desde o início. Ele foi mantido nessa função e passou a fazer parte do plano tático, estando plenamente integrado na ação.

Era preciso dar início a mais uma rodada de negociação e não podíamos alterar a rotina já criada naqueles dias. De um lado da gaiola, estávamos o diretor e cerca de vinte agentes uniformizados, entre eles, parte de minha equipe e eu. Do outro lado da gaiola, China e seus três comparsas, os líderes da rebelião, dois reféns e vários sentenciados que transitavam à vontade pelo corredor.

A atmosfera não estava tensa como era de esperar, pois a providência do dia anterior, quando oferecemos o jantar e o café da manhã, levou os sentenciados a pensar que a solução da crise tardaria e aquilo seria apenas mais uma simples rodada de negociação. Embora estivessemos posicionados e com os quatro presos na nossa mira, todos os envolvidos no plano sabiam que nada poderia ser feito se aquela configuração prevalecesse. O cenário ideal exigia a presença de todos os reféns. Restava aguardar a perspicácia do administrador, e ele soube agir de modo preciso.

Na função de negociador, o diretor começou a conversar. Falou um pouco com os já desgastados e amedrontados reféns, pedindo-lhes que tivessem calma e ficassem tranquilos, e iniciou a conversa com China. Em seguida, foi direto ao assunto e perguntou sobre o





REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES

paradeiro do terceiro refém. China respondeu que ele estava no fundo do corredor. Ao ouvir essa resposta, o diretor, perspicaz, pediu que providenciassem a sua vinda, e que ele ficasse junto dos demais. O pedido foi decisivo e mostrou o alinhamento e o foco do diretor em relação ao plano estabelecido. Foi um momento de grande expectativa e ansiedade. China ouviu o pedido, olhou para trás para o fundo do corredor e com um sinal de cabeça consentiu que o refém fosse trazido para a grade.

Um dos sentenciados liberou o refém para que viesse se juntar aos outros dois, que estavam próximos a nós. Ao ver o terceiro refém caminhando na direção dos demais, meu coração disparou. Recebi uma injeção de adrenalina em minha corrente sanguínea e acredito que o mesmo aconteceu com minha equipe. Isso nos colocou em estado de alerta e prontidão total. O cenário idealizado estava se configurando diante dos nossos olhos. O plano poderia ser colocado em ação a qualquer momento.

Discretamente, nos entreolhamos e nos comunicamos sem falar nada. Nessa troca de olhares, confirmamos que cada um de nós deveria se preparar para o bote final, como se fôssemos serpentes. Não haveria segunda oportunidade.

China e um comparsa estavam do lado esquerdo da gaiola, tendo os três reféns no centro, e mais dois líderes estavam do lado direito. Cinco metros de distância e duas grades da gaiola nos separavam de nossos alvos. Dois policiais se posicionaram para atingir China e seu comparsa e os outros três procurariam atingir os outros dois criminosos do lado oposto. Sabíamos que não poderíamos errar os nossos alvos, pois se isso viesse a acontecer, instintivamente o preso que estivesse sob fogo tentaria se proteger imediatamente. Como não havia local para se esconder, a única alternativa seria usar um refém como escudo humano para se proteger e, nesse caso, a situação seria bastante agravada. Não podíamos errar o alvo. O tiro precisaria ser certo





DIÁRIO DE UM POLICIAL

e não atingir as grossas barras de ferro. Qualquer erro seria fatal para os reféns.

Era imperativo atingir os quatro criminosos que estavam próximos dos reféns na primeira abordagem, mas justamente o líder, China, havia se encostado na parede e estava de lado. Como ele era magro, posicionado de perfil, tinha a silhueta diminuída, o que dificultava a precisão do tiro. O meu melhor atirador foi designado para dar início à operação, quando o cenário ideal estivesse formado e, na posição ideal, China seria o primeiro da “fila” a ser atingido.

O diretor estava instruído para continuar as negociações normalmente, sem interferir na parte tática. E assim o fez por alguns minutos, por alguns longos minutos. Tudo estava de acordo com o planejado, exceto a posição em que China estava. Há situações nas quais o fator sorte é decisivo. E a sorte esteve do nosso lado naquele dia.

Sem mais nem menos, China se moveu em direção à grade, encostou o peito nela, pôs as mãos nas barras de ferro e começou a conversar com o diretor. Ele estava na posição ideal do ponto de vista tático do atirador. Era um alvo perfeito. Estava exposto. Quando ficou claro que ele ficaria ali e era o que esperávamos que acontecesse, olhei pela última vez para o meu atirador e para os demais componentes da equipe, nossos olhares se cruzaram e o recado estava dado. Um simples e discreto meneio de cabeça significou a concordância de que o cenário estava pronto e acenei a cabeça ligeira e suavemente. Estávamos concentrados nos alvos, aguardando o primeiro disparo para abrir fogo em direção aos quatro líderes.

Alguns segundos se passaram e o primeiro disparo foi feito. Bingo! Bem no peito do China, cujo corpo franzino, ao ser atingido pelo impacto de uma munição “ponto 40”, girou e foi ao chão. Cada um dos integrantes do GATE sacou sua respectiva pistola quase simultaneamente e então todos abrimos fogo contra os outros três criminosos, sendo que um deles “caiu na sombra” – isto é, no





REBELIÃO NO PRESÍDIO DE PRESIDENTE BERNARDES

mesmo lugar, como dizemos na gíria policial. Os outros dois, mesmo alvejados, tentaram correr para o fundo do corredor, mas caíram logo em seguida.

Os presos que circulavam pelo corredor saíram disparadamente para o interior do presídio e o corredor, que até então era uma “terra de ninguém”, transformou-se numa “terra *sem* ninguém”. China e o outro que caiu ao seu lado tiveram morte instantânea. Os outros dois, mesmo baleados, sobreviveram.

Os três reféns tiveram reações distintas. Na verdade, levaram alguns segundos para entender o que estava acontecendo, pois a surpresa da ação os assustou um bocado. Um deles tentou escalar a gaiola, outro se abaixou junto ao solo, e o terceiro forçou a porta travada na tentativa de abri-la. Por isso, a ação do agente designado para abrir a gaiola foi fundamental e facilitou a remoção dos reféns da zona crítica. Eles correram em direção aos seus companheiros que estavam atrás de nós, festejando o êxito da operação.

A outra parte da equipe do GATE chegou para integrar-se à equipe de invasão e evitar o contra-ataque dos sentenciados. Mas um fato inusitado ocorreu. Todos os agentes penitenciários que se confraternizavam, entre si e com os reféns liberados, num frenesi, partiram em direção aos presos caídos e feridos. Temi que uma ação descontrolada pudesse vilipendiar os cadáveres e agravar a situação dos ferimentos nos dois presos que, vivos, ficaram caídos no chão.

Então precisei agir de forma enérgica e ameaçadora contra eles, o suficiente para fazê-los voltar à consciência razoável de que nada tinha terminado ainda. Era preciso concluir o plano, a fim de não comprometer a qualidade da operação.

Com a previsão de quatro mortes anunciadas reduzindo-se a apenas duas e com o resultado pretendido – a libertação dos reféns – as autoridades ficaram satisfeitas. O comprometimento do GATE de usar a força moderadamente e na justa medida, com o emprego de





DIÁRIO DE UM POLICIAL

força letal mínima para a solução de crises, foram as diretrizes aplicadas na operação.

O corpo médico foi acionado para o socorro dos feridos e a retirada dos corpos. Na sequência, procedemos à retomada do presídio com o apoio da tropa local, o que foi relativamente fácil, tendo em vista o impacto psicológico que se abateu sobre os sentenciados no fim da operação. Tudo foi realizado com o rigor do plano proposto e a penitenciária foi retomada pelos policiais e pelos seguranças.

Restabelecemos a ordem.

Quando minha equipe e eu começamos a sair do presídio, fomos aplaudidos com entusiasmo por todos os funcionários que tiveram sua alma lavada na operação. Afinal de contas, os presos tinham feito aqueles três como reféns, mas poderiam ter escolhido qualquer outro deles.

Para mim e para a minha equipe foi um momento singular. O governo paulista vinha sendo muito criticado e rotulado como “governo que não gosta da polícia”. O sucesso da operação e a ação do GATE naquele 31 de dezembro de 1999 mostrou que as coisas não eram assim.

Estávamos no primeiro dia do novo ano, começando 2000 com essa operação. No meio da tarde, com o apoio do governo local, um avião foi disponibilizado para retornarmos para a Capital e, merecidamente, para os nossos lares e nossos familiares.





CAPÍTULO 11

A OCORRÊNCIA QUE MUDOU O RUMO DA HISTÓRIA DO GATE







No dia 10 de janeiro de 2000, um grupo de criminosos armados invadiu a Secretaria da Fazenda, em São Paulo. O objetivo deles era roubar a agência bancária que ficava no interior do prédio, e conseguiram. No entanto, quando iniciaram a fuga, foram cercados por policiais militares que haviam sido acionados por testemunhas do assalto. Quando perceberam que poderia haver confronto com a polícia, os assaltantes refugiaram-se em um dos banheiros do prédio, mantendo alguns funcionários como reféns: estava configurado o quadro de atuação preferencial do GATE.

A área foi cercada, o local isolado e as primeiras tentativas de negociação, coordenadas pelos policiais da área central, iniciadas. Mas os criminosos estavam nervosos e o processo de negociação não evoluiu. Foi então que o oficial da área, responsável pela operação, decidiu nos chamar.

Assim que chegamos ao local, contatamos os policiais e foi decidido que o GATE assumiria o comando da operação. Naquela época, a negociação não era uma alternativa muito difundida nas ações da polícia e, por esse motivo, especialmente nos primeiros anos do meu comando, atuei pessoalmente como negociador.

Em ocorrências policiais, o negociador deve ser o intermediário entre as exigências do criminoso que tomou um refém e as deliberações a respeito da crise, que em geral são decididas pela mais alta





DIÁRIO DE UM POLICIAL

autoridade policial na operação. Como eu era o Capitão, não estava na condição ideal para negociar, porque tinha o poder de decisão final. Por outro lado, a minha estratégia levava a vantagem de não ser questionada por oficiais de outras áreas. Hora da ação! Aproximei-me, a fim de estabelecer contato visual com os criminosos, e logo que fui percebido por um deles a tensão aumentou dramaticamente. Os criminosos ficaram mais nervosos quando leram “GATE” no meu uniforme e um deles gritou: “GATE, não! GATE, não! GATE é tiro no coco!”. Essa expressão veio como um soco no meu estômago porque o GATE foi criado para ser uma tropa de apoio em ocorrências onde o policial de área não conseguisse chegar à solução desejável. Assim, a chegada do grupo num local de ocorrência deveria, em tese, diminuir o risco e a tensão, não aumentá-los.

Estávamos diante de um paradoxo. Por isso, optamos por reverter a situação ao status original, deixando as coisas como estavam antes da nossa chegada. Pouco a pouco, consegui dialogar com os criminosos. Procurei acalmá-los, demonstrando que não queríamos ser violentos, pois essa não era a proposta de trabalho do GATE. Apliquei alguns recursos de negociação e o processo especializado foi bem-sucedido. A ocorrência terminou com os reféns liberados e os criminosos presos.

Apesar da satisfação de ver vidas sendo salvas, fiquei bastante indignado pela maneira como os criminosos receberam a nossa aproximação, e soube que precisava mudar aquilo. A sociedade havia mudado muito durante os anos em que fiquei afastado do grupo, mas a percepção de que ainda éramos um “grupo de extermínio” prevalecia. Por quê?

É comum fazermos um *briefing* (um resumo com instruções) antes de iniciarmos as ações e um *debriefing* (um balanço, uma análise) após o seu encerramento. Quando a ocorrência na Secretaria da Fazenda terminou, pedi a cada policial que participou para se





A OCORRÊNCIA QUE MUDOU O RUMO DA HISTÓRIA DO GATE

manifestar sobre o processo de conduta e sobre a finalização da ocorrência. A maioria das observações que apontaram foi de caráter técnico. Poucos mostraram outros detalhes além da falta de instrumentos de comunicação, o modo de estacionar as viaturas e coisas dessa natureza. Ninguém pareceu se importar com aquilo que incomodava a mim, o que aumentou a minha insatisfação e me alertou ainda mais.

Então, levantei-me e disse “na lata”: “Senhores, eu não gosto nem um pouco desse rótulo que o GATE possui. A partir de hoje iremos trabalhar forte, até chegar o dia em que o bandido vai chamar o GATE quando for para negociar”.

Vi semblantes de desaprovação total. Somente uns poucos foram receptivos a essa visão, enquanto outros pareceram necessitar um pouco mais de tempo para assimilar o significado das minhas palavras e perceber até onde elas nos levariam.

As conversas de alojamento naquele dia orbitaram sobre a reunião de *debriefing* e aqueles que se mostraram contrários criaram coragem para sustentar sua posição, mas os argumentos que apresentaram foram inconsistentes. Os policiais que não se adaptaram tiveram a opção de pedir para sair ou ser retirados do grupo. Ambas as opções aconteceram, e os que ficaram seguiram atuando, ocorrência após ocorrência. Foi assim que a alternativa tática “negociação” começou a ganhar força na mentalidade do GATE e da polícia.

Passamos a aprofundar o estudo do tema, explorando vários de seus aspectos, como o perfil do negociador, as técnicas de negociação, a linguagem corporal, a exploração dos canais visuais, auditivos e sinestésicos, além de outros aspectos, como aqueles que são próprios da programação neurolinguística e da inteligência emocional. Dotamos o negociador de ferramental suficiente para alcançar seus objetivos quando desempenhasse sua função.

Estudando cada um desses aspectos, acessamos a profundidade do que representa a negociação em situações de crise e constatamos





DIÁRIO DE UM POLICIAL

que negociar não é uma atividade exclusiva da nossa vida profissional, mas de todos os aspectos de nossa vida.

Quando se estabelece a credibilidade como princípio central, bem como a honestidade de propósitos, a correção de atitudes e o desejo de ajudar a si ajudando o próximo, tem-se um bom negociador. Viver é negociar.





CAPÍTULO 12

OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS







Multidão aguarda o desfecho da operação em frente à casa do apresentador.

Fernando Dutra Pinto era um criminoso em início de carreira. Jovem, 22 anos de idade, morava no bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo, com os pais e seis irmãos. Suas primeiras aventuras no crime foram bem-sucedidas e, então, ele decidiu investir na vida bandida.

Tinha temperamento megalomaníaco.

Certo dia, a ficha caiu do lado errado e ele “entendeu” que crimes que rendiam pouco dinheiro não satisfaziam o seu apetite e a sua sanha. Decidiu mudar de “especialidade” e escolheu o sequestro como meio para isso. Combinou com seu irmão Esdras e também com Jenifer – como era conhecida sua namorada, Luciana dos Santos Souza –, e escolheram a primeira vítima: a filha caçula do apresentador Silvio Santos, Patrícia Abravanel.

Assim que foi dado como certo o sequestro de Patrícia, a polícia foi acionada e a Divisão Antissequestro entrou em cena para





DIÁRIO DE UM POLICIAL

acompanhar as negociações. O resgate exigido já havia sido anunciado: uma soma na ordem de meio milhão de reais. O valor foi pago e Patrícia foi libertada depois de sete dias em poder do trio de sequestradores.

Como é praxe, mesmo após a libertação da vítima, as investigações prosseguiram na tentativa de prender os criminosos, recuperar o dinheiro do resgate e diminuir a incidência desse tipo de crime, uma vez que frustrar o êxito de tais ocorrências tende a provocar esse efeito entre os criminosos. A estes, resta tentar se esconder o tempo todo, porque a polícia fareja cada pista até colocar um ponto final no caso.

Mas Fernando não tinha muita experiência com fugas e eliminação de rastros e deixou muitos deles à mostra, o que acabou facilitando o trabalho da polícia, que estava cada vez mais perto de prendê-lo.

Quando se viu pressionado, Fernando cometeu vários erros primários.

Na noite do dia 28 de agosto de 2001, Fernando hospedou-se no extremo oposto de onde morava. Pernoitou no quarto 1004, no 10º andar de um *flat*, na cidade de Barueri, região nobre da Grande São Paulo. No dia anterior havia recebido o resgate e deu entrada como hóspede sob o falso nome de Claudemir Souza, profissão: músico. Evidentemente, ele chamou a atenção dos funcionários. Quando saiu, na manhã seguinte, a camareira foi arrumar o quarto e viu armas. Avisou o segurança do *flat*, o qual acionou a polícia, no caso, a equipe do 91º Distrito Policial, com base no CEAGESP. Além das armas, foram encontrados R\$ 464.850,00.

Prender Fernando era um excelente prêmio para qualquer policial. Deixaria uma marca positiva na carreira. No afã de pôr as mãos no suspeito e prendê-lo, três investigadores resolveram por conta própria, ao que pareceu, tentar prender o sequestrador. Passaram por cima dos protocolos, não avisaram a unidade especializada da polícia, a Divisão Antissequestro, e “montaram campana” no 10º andar do





OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS

flat. Enquanto dois deles estavam no 10º andar, o outro ficou na portaria. Fernando havia saído cedo.

Após às 17 horas Fernando chegou, com os cabelos tingidos de loiro, e foi direto para o elevador. O primeiro policial entrou com ele e, quando chegaram ao 10º andar, o jovem ouviu a voz de prisão. Fernando não titubeou: sacou duas armas e atirou. Os outros policiais entrevistaram e, na troca de tiros, dois policiais foram mortos e um ficou ferido.

Fernando retornou para o elevador, desceu apenas um andar, saiu do elevador, quebrou o vidro da janela do corredor e desceu, escorregando pelas paredes externas do prédio, por nove andares.

Quando chegou ao chão, saiu andando, como se nada tivesse acontecido, até um carro. Trocou de carro três vezes e, por fim, pegou um táxi para continuar a fuga naquele início de noite.

A situação do sequestrador se complicou muito com esse evento, e o empenho da polícia em capturá-lo aumentou consideravelmente. A pressão sobre Fernando se tornou insuportável. O senso comum e alguns policiais acreditavam que ele se entregaria em algum lugar público: uma emissora de TV, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, em alguma igreja, hospital, como saber? Nada disso se concretizou e o criminoso surpreendeu a todos novamente. Por duas vezes ligou para Silvio Santos, dizendo estar com medo e pediu ajuda.

Fernando passou a noite foragido, escondido em um terreno próximo à casa de Silvio Santos, no bairro do Morumbi, mesmo bairro do cativo de Patrícia, que ficava a cerca de dez quilômetros dali.

Por volta das sete horas da manhã, Fernando, que rondava a casa de Silvio Santos, finalmente pulou o muro, mas esbarrou na cerca de arame e o alarme disparou, alertando a polícia. Fernando ainda tinha as duas armas em seu poder.

A jornalista Carla Augusta Santana, que fazia plantão próximo à casa do apresentador, viu quando Fernando pulou o muro e avisou o





DIÁRIO DE UM POLICIAL

segurança, Sr. José Ramos, que estava na guarita. Ele não deu muita atenção à informação e logo Carla voltou a falar com ele, desta vez dando as características do rapaz. Só então o Sr. José acionou a segurança particular de Silvio e não demorou para que viaturas da polícia começassem a chegar ao local.

Mas, a essa altura, Silvio Santos já era refém, juntamente com a família: Ísis, a esposa, quatro filhas e amigas de Patrícia, que tinham vindo dos Estados Unidos. Por volta das 9 horas, pouco mais de uma hora após entrar na casa, Fernando liberou a família. Dona Ísis e demais membros, que saíram usando “roupas de dormir”, segundo Francisco do Nascimento, carpinteiro que trabalhava na casa ao lado. Todas essas pessoas saíram de carro e abrigaram-se em outra casa da família, a cerca de cinquenta metros da casa onde estavam. Os empregados não foram vistos.

A notícia se espalhou rapidamente e, após a chegada das primeiras viaturas policiais ao local da ocorrência, a notícia do sequestro se alastrou e ganhou a imprensa nacional.

Nessa época, eu era capitão do GATE e naquele dia estava assistindo a aula no Curso de Mestrado Profissional no Centro de Estudos Superiores da Polícia Militar. Durante o intervalo, eu saí para tomar um café e, quando voltei à sala, os meus companheiros perguntaram se eu sabia quem estava sendo mantido como refém naquele momento. Respondi que não sabia de sequestro algum, que diria refém.

Havia um aparelho de televisão na sala de aula e estava ligado. Logo vimos o cerco policial, ao vivo. Eu perguntei: “Quem está sendo mantido refém?”. Meus colegas responderam que era o apresentador Silvio Santos. Eu sorri, pensando que era uma piada. Repliquei para que contassem outra piada e então recebi uma ligação no celular. Era o Comandante Geral da Polícia. Sem muita cordialidade, ele perguntou onde eu estava; respondi que estava no curso. Ele mandou que eu largasse tudo e me dirigisse para o local da ocorrência imediatamente.





OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS

Fiz a solicitação de um policial disponível para dirigir a viatura e nos deslocamos para o bairro do Morumbi. Logo que chegamos, vi uma multidão em frente à casa do apresentador. Havia profissionais da imprensa e policiais das mais diversas áreas, de modo que precisei fazer algum esforço para conseguir entrar na casa – onde constatei algo ainda pior.

O local parecia uma convenção de vendas: cheio de amigos se revendo, muito falatório, muita gente se cumprimentando e o Comandante Geral da Polícia, usando um colete, tentava negociar com o sequestrador e o apresentador, sendo que ambos estavam confinados em um pequeno cômodo, que parecia ser a despensa da casa.

Passou um filme na minha cabeça, um filme que não era tão agradável. Quando vi aquele monte de policiais reunidos muito próximos ao refém, lembrei no mesmo instante do fatídico dia da ocorrência com a professora Adriana Caringi, anos atrás. Aquela ocorrência havia marcado definitivamente a minha vida e a minha postura diante de ocorrências com refém, e eu prometera a mim mesmo que jamais perderia uma vítima durante um sequestro. Eu não permitiria que o mesmo erro se repetisse diante de meus olhos, sendo eu o Capitão da operação.

Nas ocorrências com refém, o excesso de pessoas no local atrapalha qualquer trabalho organizado. Não me canso de repetir: “Ocorrência com refém não é lugar para fazer amigos”. Só os profissionais que têm funções determinadas devem ficar no local onde o refém e o criminoso estão; os demais têm de ir embora, têm de “vazar”.

Mas como fazer isso dentro da casa do apresentador, onde estavam o Comandante Geral e boa parte do seu Estado Maior, a maioria tenentes-coronéis e majores, todos à época meus superiores? Eu não podia simplesmente sair despachando essa turma, sob risco de receber, eu, uma ordem de prisão por desacato! E o pior: por se tratar do apresentador mais conhecido do Brasil, que residia próximo do





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo paulista, algumas das altas autoridades do executivo paulista e seus assessores também já estavam por ali, o que agravava ainda mais o cenário. Algo deveria ser feito imediatamente. Mas o quê? E como?

A minha primeira iniciativa foi chamar o Comandante Geral. Eu disse textualmente a ele:

– Comandante, o senhor é a mais alta autoridade policial aqui e não pode exercer o papel de negociador.

As negociações policiais são diferentes das negociações no mundo corporativo. Nestas, o negociador tem alçada de decisão; já o negociador policial não decide absolutamente nada. Ele é apenas o interlocutor das necessidades manifestadas pelo criminoso e as leva para o gerente da crise, o seu superior na ocorrência. O comandante compreendeu a minha sugestão e a acatou.

Dentro de um cômodo, que era a despensa da casa, Silvio Santos permaneceu subjugado por um criminoso armado com duas armas, ferido, ciente de que era mau negócio chegar famoso na cadeia. Presos não “curtem” bandidinhos aventureiros e famosos.

A indicação que tínhamos era que Fernando não havia retornado à casa de onde sequestrara Patrícia, pouco mais de uma semana atrás, com o propósito de cometer um crime mais grave. Ele queria se entregar em segurança e ali pareceu o melhor lugar e aquela, a melhor circunstância. Mas é preciso lembrar que o bom estrategista trabalha considerando o cenário pessimista. Era preciso ter cautela.

Falei discretamente com o comandante para expor a gravidade da situação e fazê-lo compreender que no teatro da operação deveria permanecer apenas, com o mínimo de exceções possíveis, a equipe encarregada nas negociações, ou seja, somente o pessoal do GATE.

O recurso que utilizei para fazer as coisas acontecerem do meu modo foi baseado em duas premissas. Primeiro, deixar claro que eu tinha legitimidade técnica para a operação e que minha palavra tinha





OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS

peso para os meus comandantes. O outro recurso que usei fez proveito de uma característica particular daquele comandante. E aí vem a parte pitoresca da história.

O então Comandante Geral tinha passado boa parte de sua carreira no Regimento de Cavalaria, uma das unidades mais tradicionais da Polícia Militar. Os integrantes dessa unidade são muitos unidos, e o trato com os cavalos exige certa rusticidade de quem trabalha ali. É preciso limpar os cavalos nas baias e treiná-los no picadeiro, mesmo sob as condições climáticas mais adversas, suportar odores repugnantes para a maioria de nós, enfim, quem trabalha na cavalaria deve ser meio “casca grossa”. Aquele não é trabalho para qualquer um, e eu sabia disso.

Essas características do comandante eram terreno fértil para as chamadas “piadas de caserna”, quando nós policiais nos aproveitamos de alguma informação ou mazela para criar casos exagerados e sacanagem de todo tipo. Sobre a cavalaria, muitos policiais fazem piadas dizendo que o ambiente rústico se aproxima da ignorância e da burrice. Por conta disso criaram *slogans* como: “Vamos cumprir a missão à moda do Regimento de Cavalaria: ‘rápido e malfeito’”. Ou os famosos “três C’s” da Cavalaria: cavalo, cachaça e “çabedoria”. Mais recentemente, em decorrência dos programas de aperfeiçoamento de pessoal, a Cavalaria não poderia ser deixada para trás, e o *slogan* foi “modernizado”, com a criação dos chamados “quatro C’s”: cavalo, cachaça, “çabedoria” e “cualidade”.

Eu sabia que tinha falado com a pessoa certa, no lugar certo. Mal acabei de solicitar que a área tivesse menos pessoas, o comandante, à melhor moda cavalariana – e seu pragmatismo quase rude – deu as ordens e praticamente expulsou do local as pessoas que ele julgou desnecessárias para o desenrolar da missão.

O caminho para a negociação estava aberto.

Pela primeira vez na minha vida, na função de negociador, eu estava diante de uma situação nova. Eu deveria negociar com o Fernando e o refém, no caso o apresentador Silvio Santos, deveria ficar calado.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Mas naquele dia quem negociava era a vítima, o próprio Silvio Santos, que parecia bastante tranquilo, considerando a situação.

Por que ele assumiu esse papel, se por altruísmo ou firmeza, isso eu não sei. Penso nos motivos altruístas, pois sabemos que Silvio Santos é uma pessoa que trabalha com gente o tempo todo. Tenho comigo que ele não gostaria que acontecesse nada de mal com o sequestrador, ainda mais estando em sua casa. Ele também pode ter assumido a frente da negociação por uma questão de firmeza, por ser um homem maduro, inteligente e experiente, e não viu o menor sentido em ser subjugado por um criminoso imberbe, armado, deprimido e possivelmente inconsequente. O que fez? Tratou de encapsular o sequestrador, demonstrando seu poder persuasivo de comunicador reconhecido nacionalmente.

Para se “bacanear” para o Fernando, Silvio assumiu a intermediação entre o criminoso e eu, e exigiu a presença do Secretário de Segurança Pública no local, Sr. Marco Vinício Petrelluzzi. Essa seria a exceção entre exceções, por se tratar de quem era a vítima, pois ocorrências com reféns são crises de natureza policial e a recomendação expressa é para que a polícia resolva a questão por conta própria, sem envolver pessoas de fora.

Não era necessária a presença de nenhuma autoridade, fosse do legislativo, do executivo, do judiciário ou do eclesiástico, nem jornalistas ou advogados, tampouco parentes. Eu disse ao Silvio que não havia necessidade de trazer o secretário para a cena, pois todos os homens que estavam ali tinham o compromisso de resolver a contenda da melhor maneira possível, sem incluir mais pessoas na crise.

O apresentador não reagiu bem quando eu disse isso. Pareceu consternado e, pelo tom tranquilo de sua voz, penso que ele quis impor a força da sua imagem diante do criminoso armado ao dizer:

– Dr. Lucca, você não vai trazer o secretário? Então ficaremos aqui, pois aqui tem comida, tem bebida e nós não temos pressa.





OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS

Que hora para fazer graça!

Eu estava diante de um dilema. Embora como negociador eu não tivesse nenhum poder de decisão, a minha função passou a ser a de gerente da crise, haja vista que o Comandante Geral não tinha conhecimento doutrinário próprio da área de negociações. Eu o assessorava e usava a sua autoridade para fazer as coisas acontecerem.

A minha responsabilidade havia aumentado diante disso, pois muitos outros profissionais acompanhavam a nossa atuação. Eu não poderia cometer um deslize ali e falhar sob o ponto de vista técnico. Meus ex-alunos não perdoariam e toda a argumentação que havia criado iria por água abaixo. Mas eu acreditava firmemente no modelo adotado pelo GATE, porque era assim que outras polícias no mundo faziam com sucesso. Então, diante da sugestão de Silvio, eu respondi:

– Ok, Silvio, gostaria que você pensasse um pouco melhor na minha proposta para resolvermos isso com a estrutura que temos aqui neste momento – e complementei – daqui a trinta minutos voltamos a conversar.

Essa atitude faz parte da rotina técnica de negociação, serve para ganhar tempo e distinguir o que é necessidade do que é desejo. Essas duas coisas não podem ser confundidas.

É comum nas ocorrências com reféns, quando o criminoso se sente protegido e está mantendo o refém sob sua custódia, começar a fazer exigências absurdas. Quando isso acontece, ele está testando a firmeza do negociador e medindo a margem que tem para agir dentro da sua vontade. Nessa fase, criminosos começam a pedir dinheiro, helicóptero para fuga, carro-forte, drogas ou qualquer outra coisa que, a rigor, só piorará o cenário. Esse quadro é tão comum que demos a ele um nome: a “fase do eu quero”. É a hora dos pedidos para atender a desejos que não podem ser atendidos, porque não são necessidades.

Quando me afastei, depois de dizer que voltaria em trinta minutos, o Comandante Geral recebeu uma ligação do Secretário de





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Segurança. Ele estava num evento em Jundiaí e tinha conhecimento do que acontecia em São Paulo. Como eu estava próximo do comandante, pude ouvir a conversa e entrei em choque quando percebi que o secretário estava pensando em vir para o local.

Imediatamente, fiz sinal para o comandante de que precisava falar com ele urgentemente. Ele pediu licença ao secretário, tapou o telefone para que ele não ouvisse a nossa conversa e me perguntou o que eu queria falar de tão urgente assim! Respondi dizendo que o Brasil todo nos assistia e não era recomendável a presença de um Secretário de Estado no local. O secretário pode ser o Chefe da Polícia, mas ele não é um policial. Além disso, tínhamos de considerar o risco de acontecer algo ruim, que fugisse do nosso controle e, nesse caso, eu perguntei:

– Quem poderia fazer o inquérito se o Secretário de Segurança virar parte de uma ocorrência?

O comandante concordou comigo e – dessa vez, sem usar o seu “estilo cavalaria” –, com muito tato, disse ao secretário que por enquanto a sua presença não era necessária, e que ele o manteria informado a todo momento sobre o andamento da operação. O secretário entendeu e decidiu não se deslocar para onde estávamos. Ao menos não naquele momento.

Usei os trinta minutos que estabeleci para conversar com a minha equipe, conferir como estava a movimentação do lado de fora da casa, especialmente “o barulho” da imprensa e como estavam reportando o caso. Verifiquei se a ambulância estava de prontidão, caso houvesse qualquer emergência. Mandeí verificar o isolamento da área e tomei outras medidas cabíveis em casos daquela magnitude. No que dependia de mim, as coisas pareciam estar sob controle. Até que o comandante me chamou para uma reuniãozinha numa sala reservada. “Isso são horas!”, pensei eu.

O major subcomandante do batalhão ao qual o GATE era subordinado e meus tenentes das equipes táticas seguiram comigo na





OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS

direção da sala. Quando o comandante percebeu essa movimentação, interpelou a todos e disse: “Somente o Lucca”. Eu achei a advertência bastante estranha, mas precisei seguir com ele sozinho. Normalmente essas “reuniões” são feitas com toda a equipe que gerencia a crise. Entrei na sala e o comandante determinou que eu fechasse a porta. Mal soltei a maçaneta e ele ordenou que eu me sentasse. Sentei, mas ele permaneceu em pé. Boa coisa não parecia. Então ele abriu a boca e me disse:

– O governador está vindo para cá. O que você vai fazer?

Quase enfartei.

Havia poucos minutos que eu intervira, impedindo que o Secretário de Segurança, mais ninguém, viesse para o local do sequestro pelos motivos que mencionei, e agora o governador! Que diabos essa turma faria ali?

Obviamente que, ao me mandar entrar numa sala à parte, fechar a porta e me pôr sentado para dar essa notícia, o comandante agira na tentativa de diminuir a força da minha argumentação, pois sabia que eu era contrário a tudo isso. E de fato tentei argumentar, mas não pude ir longe, pois ele logo tratou de dizer que era uma decisão tomada e que não havia jeito de revertê-la.

As primeiras coisas em que pensei foi na minha reputação e na minha credibilidade que, a essa altura, estavam à beira do abismo. Mas nada pude fazer. Afinal de contas, a ordem não era ilegal; a vinda do governador ou do secretário apenas feria uma recomendação doutrinária e criava um imbróglio jurídico se houvesse um inquérito que tinha o governador como parte da ocorrência, caso algo de grave acontecesse. Mesmo que as coisas fossem favoráveis a nós, poderíamos ser questionados pelo fato de abrir um precedente desnecessário com a presença do governador num local de crime. Eu não tinha saída. Dando certo ou errado, haveria questionamentos, e o alvo seria eu.

Resignado, comecei a pensar no que faria quando o governador chegasse. Orientei minha equipe para que os policiais que portavam





DIÁRIO DE UM POLICIAL

os escudos balísticos se dispusessem num arco de proteção, e defini a área até onde o governador poderia chegar para demonstrar sua presença no local. Feito isso, dirigi-me novamente ao ponto de onde costumava conversar com o Silvio e acabei usando uma estratégia que teve a finalidade de transformar “o limão em limonada”.

Chamei o Silvio, perguntei como estava o Fernando e lhe disse literalmente:

– Silvio, você disse que as coisas seriam resolvidas se trouxéssemos o Secretário de Segurança, porque você já tinha conversado com o Fernando e ele aceitaria se entregar em tais condições. É isso mesmo?

Imediatamente o Silvio respondeu:

– Sim, já está tudo acertado com o Fernando.

Então, eu respondi:

– Ok, Silvio. Só que eu vou fazer melhor do que isso. Para demonstrar o nosso compromisso e resolver essa situação da melhor forma possível, eu vou trazer aqui o Governador do Estado. Ok?

Imediatamente, o apresentador demonstrou entusiasmo e concordou. Eu pedi mais alguns minutos, quando então ele, bastante animado, me interrompeu e pediu algo inusitado:

– Dr. Lucca, dá para você pegar uma calça para mim? Pode ser qualquer uma do meu armário.

Olhei para o policial próximo a mim, que também ouviu o pedido, e fiz cara de quem não tinha compreendido o motivo de ele pedir suas calças. Enfim, na hora eu respondi que sim, que iria providenciar uma calça para ele, e achei por bem não perguntar o motivo. A primeira coisa que pensei era que ele poderia ter sujado a que estava usando ou algo assim. Só mais tarde fiquei sabendo que, no momento em que foi arrebatado pelo sequestrador, Silvio estava se exercitando numa esteira elétrica usando apenas uma cueca. Evidentemente, ele não queria aparecer diante do governador em trajes tão sumários.





OCORRÊNCIA COM O APRESENTADOR SILVIO SANTOS

Resolvida a questão do posicionamento, tendo os escudeiros a postos, o governador aproximou-se com um pequeno grupo de assessores, depois de romper o bloqueio feito pelos jornalistas que tentaram arrancar qualquer palavra sobre o que acontecia no interior da casa. Eu fui ao encontro dele na parte de fora do cômodo onde estávamos. De maneira muito respeitosa e solícita, o governador se colocou à minha disposição para ajudar no que fosse necessário. Eu lhe disse:

– Governador, o senhor está aqui apenas para me legitimar. Não seria oportuno estender nenhum tipo de conversa com o Silvio, até porque ele gosta de conversar bastante. O senhor há de convir comigo, não é o caso nesse momento. Assim, eu peço que se dirija até o local que já determinamos, acuse a sua presença, o seu compromisso em resolver a situação, legitime a minha atuação e devolva para mim o procedimento de rendição.

O governador escutou com atenção, não fez nenhuma pergunta, demonstrando ter entendido plenamente a minha orientação e sinalizou que estava pronto para agir.

O governador me acompanhou até o local onde os escudeiros estavam posicionados, viu a porta da despensa fechada e disse:

– Silvio, aqui é o governador Geraldo Alckmin. Eu estou aqui para garantir total integridade para você e para o Fernando. Vamos só seguir as orientações do Dr. Lucca, que é uma pessoa experiente e está sob o nosso comando. Ele vai prosseguir daqui para o desfecho dessa situação.

Do outro lado da porta, Silvio parecia bastante agitado, embora a medição de sua pressão arterial, no final do sequestro, se mostrasse normal, 12 por 8. Ele agradeceu a presença do governador e se colocou à disposição para receber as minhas instruções.

Eu determinei a abertura da porta da despensa onde ele estava com o Fernando, a entrega das armas e que o Fernando saísse com as mãos para cima. Houve muita expectativa nessa hora, até que vimos a maçaneta da porta se mover. O Fernando saiu na frente e foi contido





DIÁRIO DE UM POLICIAL

pelos meus policiais, sem truculência, como havia sido combinado na presença de todos. Silvio saiu logo atrás sem se lembrar de que eu não trouxera a calça que ele havia pedido. E assim que veio para fora, não resistiu a dar um abraço caloroso no governador, de cueca mesmo, como estava.





CAPÍTULO 13

BASTIDORES DA OCORRÊNCIA







Fernando Dutra Pinto (à esquerda) após ser preso.

A tentativa de prisão do sequestrador do apresentador Silvio Santos no *flat* em Tamboré havia gerado um mal-estar na Polícia Civil. A Divisão Antissequestro, altamente respeitada, já estava atuando no caso e seguia na investigação. Porém, foram os investigadores de uma delegacia distante que receberam a valiosa pista sobre a sua localização e resolveram, ao que consta, agir por conta própria e efetuar a prisão sem avisar a divisão especializada.

Ouviram-se comentários de que esses policiais estavam atrás do mérito de prender o criminoso, e outros davam conta de que o foco era “recuperar” o valor do resgate que foi pago – meio milhão de reais. O fato foi que subestimaram Fernando, o sequestrador, e, à vista do resultado desastroso, não planejaram a ação de forma eficiente.

De qualquer modo, a morte de dois policiais civis na operação no *flat*, e o ferimento em outro geraram uma comoção muito grande





DIÁRIO DE UM POLICIAL

na Polícia Civil, e isso aumentou o seu empenho para localizar o criminoso.

Quando cheguei à casa do apresentador, vi muitos policiais civis nas redondezas e percebi um comentário que pairava no ar reprovando uma determinação que teria partido do Secretário de Segurança Pública. A ordem era para que “a Civil” abandonasse o local e deixasse tudo sob a responsabilidade da Polícia Militar. Isso os deixou revoltados, e com razão, porque a Polícia Civil, além de já estar nesse caso, tem responsabilidades legais sobre esse tipo de ocorrência. É a Polícia Civil que cuida do inquérito policial, da coleta das provas e dos demais procedimentos pertinentes.

Posteriormente, descobri que o secretário agira daquela maneira por entender que a “instituição Polícia Civil” estava emocionalmente afetada pela morte dos policiais e isso poderia, na sua visão, provocar um sentimento de vingança em relação ao criminoso. Para evitar que isso acontecesse, ele teria preferido retirar a Polícia Civil do contexto. Não é preciso dizer que ele foi amaldiçoado até a quinta geração por ter agido assim. A impressão que passou foi a de que, além de não confiar na Polícia Civil, ele rotulou os policiais de “amadores”, considerando-os incapazes de separar as coisas.

Outro ponto que gerou comentários foi a morte do sequestrador, ocorrida algum tempo depois, quando já estava preso. Lembro que no dia do sequestro, após a sua rendição, Fernando tinha um ferimento sem gravidade nas nádegas, pois fora baleado no *flat*. Ele foi medicado no local antes de ser conduzido para o presídio.

De acordo com informações que vieram à tona na época, o seu estado de saúde piorou a cada dia. O ferimento agravou-se e evoluiu para uma infecção generalizada, que o levou a óbito.

A situação era delicada e muitas suspeitas foram levantadas sobre a causa da morte. Infelizmente, por conta disso, houve demora de alguns dias para a liberação de seu corpo, a fim de que a família pudesse fazer o enterro com dignidade.





BASTIDORES DA OCORRÊNCIA

Da morte de Fernando na prisão surgiram “teorias de conspiração”. Houve quem afirmasse que o pessoal do Mossad (Instituto de Inteligência e Operações Especiais, o serviço secreto de Israel) havia sido acionado a pedido do próprio apresentador Silvio Santos (que tem ascendência judaica), para liquidar com o sequestrador, e que a sua morte teria sido provocada por algum tipo de envenenamento. Particularmente não acredito nessa hipótese e a julgo bastante fantasiosa. Minha conclusão é totalmente oposta a isso. A cadeia é um lugar insalubre. As condições de higiene não são adequadas e a infraestrutura é deficiente, e o mesmo ocorre na área destinada aos enfermos.

Fernando Dutra era jovem, megalomaniaco, audacioso e teve todos os seus objetivos frustrados. Quem viu, na época, as cenas na televisão e prestou atenção, notou que ele se entregou cabisbaixo, um tanto inerte, quase deprimido. Além disso, a cadeia tem suas regras e chegar por lá “famoso” é sempre mau negócio. Os presos mais antigos gostam de se aproveitar da fragilidade daqueles que têm “a crista muito alta”. Assim, penso que o que ocorreu foi a falta de tratamento adequado somada às condições higiênicas insatisfatórias. Esse quadro pode dificultar o processo de cura de um sujeito deprimido e agravar sua doença, levando até à morte em certos casos, como o dele.

Antônio Sebastião Dutra Pinto, o pai de Fernando, e Lilian Dutra Pinto, sua irmã, estiveram na residência de Silvio e pediram desculpas ao apresentador, logo que Fernando foi levado para a delegacia.

Terminou assim mais um sequestro sem vítimas, com 21 horas de intervalo entre o assassinato dos dois policiais e o aceno de Silvio Santos, na sacada de sua residência.







CAPÍTULO 14

OPERAÇÃO MEGARREBELIÃO







Viaturas do choque estacionadas próximo à Penitenciária do Estado.

O serviço de inteligência da polícia já monitorava a facção criminosa que operava de dentro (e fora) dos presídios no Estado de São Paulo. Eles se autodenominaram o Primeiro Comando da Capital, o PCC. A movimentação da facção já havia dado sinais de rápido crescimento em termos numéricos, conseguindo vários filiados, como se via na violência empregada na punição de seus membros, na repressão e no confronto com facções rivais, além da quantidade de ações que vinham realizando sorrateiramente.

Embora os órgãos de inteligência fizessem o monitoramento da facção e acompanhassem seus passos, ainda não havia ocorrido, de maneira coordenada e com resultados eficientes, uma ação integrada, ampla, com troca de informações entre os diferentes órgãos, a fim de evitar uma ação sem precedentes no sistema prisional brasileiro e, quem sabe, uma ação com reflexos internacionais.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Então, veio o dia 25 de novembro de 2000, quando 29 presídios do Estado de São Paulo se rebelaram simultaneamente e foram tomados pelos detentos. A gravidade era extrema e exigia uma resposta rápida do sistema de defesa do Estado, pois permitir o prolongamento daquela situação crítica colocaria em risco a vida de um número alto de reféns. Sim, reféns: a rebelião ocorreu em um dia de visitas e centenas de reféns estavam sob poder dos presos em todos os presídios.

É comum os presídios receberem visitas nos finais de semana, sendo que geralmente metade dos presos é visitada durante o sábado e metade no domingo.

Tivemos de montar um plano de ação muito rápida, sendo que a orientação preliminar era invadir todos os presídios e restabelecer a ordem prioritariamente.

Embora toda a mídia estivesse engajada na cobertura do caso, a maior atenção recaía sobre a situação na Casa de Detenção de São Paulo. O histórico delicado e complexo daquele presídio e, sobretudo, o resultado negativo com o saldo de 111 detentos mortos na última grande rebelião, ocorrida em 1992, eram motivos suficientes para que os olhos de todos se voltassem para aquela região da capital.

Como se a rebelião por si não bastasse, a presença de políticos, como o senador Eduardo Suplicy, entre outros, polarizava a repercussão da mídia, especialmente no caso do Carandiru. Muito perto dali, no terreno de trás, na Penitenciária do Estado, estávamos nós, o GATE, tendo o apoio de parte da Tropa de Choque. Estávamos prontos para iniciar a operação quando a ordem decisiva fosse dada. A Penitenciária do Estado, com finalidade diferente da Casa de Detenção, é um órgão para o cumprimento da pena. A penitenciária recebe os presos já condenados, aqueles que não podem mais recorrer de suas condenações, enquanto, em tese, a Casa de Detenção deveria abrigar apenas os presos que aguardavam o trâmite de seus processos, aliviando a lotação dos distritos policiais.





OPERAÇÃO MEGARREBELIÃO

Grande parte da liderança da facção estava detida ali na Casa de Detenção. Quando fomos acionados, pudemos chegar rapidamente porque a distância entre o nosso batalhão e a penitenciária é pequena. Mas, se a distância era pequena, o mesmo não se aplicava à gravidade da situação: havia aproximadamente dois mil presos rebelados e centenas de familiares misturados entre eles, além dos funcionários que foram tomados como reféns. Aquilo era o inferno, e tínhamos que entrar nele.

Partimos do batalhão com a ordem para invadir. Os nossos veículos entraram a toda pelo enorme portão e seguimos pelo corredor. Passamos o segundo portão controlado pelos carcereiros e, depois de passar pela carceragem, demos de frente com o primeiro obstáculo. A dificuldade para entrar no presídio estava no fato de os presos terem destruído as fechaduras e empenado as enormes portas de ferro, impedindo que fossem abertas normalmente.

A única alternativa que restou foi explodir as portas. Não pensei duas vezes antes de acionar a minha equipe de “explosivistas”. Também não me preocupei com a economia de carga: tínhamos de botar para quebrar a bagunça que os presos armaram e não poderia repetir a dose se a primeira explosão falhasse: o GATE não pode perder a viagem nem passar vergonha na frente da malandragem. Se eles sabiam fazer rebelião, nós sabíamos “esquentar a chapa”, e fizemos isso com dinamite!

Usamos os explosivos mais potentes de que dispúnhamos e arrebentamos as grades que davam acesso ao corredor, que por sua vez nos deu acesso às alas internas. Os presos responderam ateadando fogo em colchões e em outros objetos, produzindo uma espessa cortina de fumaça negra no corredor, a qual dificultou o nosso avanço. A nossa tropa estava a poucos metros do primeiro bando rebelado, separada pela nuvem de fumaça que comprometia a respiração deles e também a nossa. Os bandidos cobriram a cabeça com balaclavas improvisadas com camisetas e nós usávamos nossos capacetes e viseiras com proteção balística.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Nossa primeira coluna tinha cerca de doze policiais do GATE, protegidos pelo primeiro soldado, que era o escudeiro. Avançamos confiantes, respeitando os passos que repetimos exaustivamente nos treinamentos. Além da fumaça, outro agravante era a gritaria em excesso: dos presos, dos familiares e diversos outros barulhos e ruídos que não conseguimos identificar na hora.

Estávamos preparados para o pior, para um enfrentamento duro, mas muito cedo as surpresas começaram a acontecer. Um dos meus sargentos sentiu um forte impacto numa de suas pernas e tombou no chão, bem próximo a mim. Olhamos para ele e vimos que havia sofrido uma fratura exposta na tíbia. Um a menos. Quando notou a queda do sargento, o nosso escudeiro gritou avisando que os presos estavam atirando, pois sentia vários impactos contra o escudo que portava.

Na mesma hora, eu também senti algo passando pela minha calça e, logo atrás de mim, outro sargento disse que tinha sido atingido na mão. Mal ele acabou de falar e um dos meus tenentes foi atingido na coxa. Os policiais do GATE aguardavam a minha ordem para revistar a agressão a tiros, respondendo a iniciativa dos sentenciados. Mas eu não fiz o que esperavam.

Espantei a todos, dando ordem para recuar. Não era seguro avançar naquelas condições. Havia muita fumaça e não tínhamos nenhum alvo bem definido. Os presos podiam atirar, pois para eles tanto fazia a quem pudessem atingir e matar, nós não podíamos fazer o mesmo. Sabemos muito bem que nessas horas os presos costumam usar seus reféns como escudos humanos, e eles tinham farto material dessa natureza em seu poder: funcionários, familiares, desafetos e rivais da liderança.

Quando saímos de dentro da cortina de fumaça, os policiais do GATE ficaram muito enfurecidos quando viram seus companheiros baleados. No entanto, mesmo diante desse sentimento amargo, deram a maior demonstração de disciplina tática, considerando os quase sete anos que fiquei à frente do grupo.





OPERAÇÃO MEGARREBELIÃO

O sargento que tombou primeiro estava com a perna direita fraturada por um disparo de arma de fogo; o Tenente também se feriu, e ambos tiveram de deixar a operação para serem socorridos em um hospital próximo. Os demais permaneceram comigo na operação, inclusive o Sargento que estava atrás de mim e sofreu uma lesão superficial na mão. Ele recebeu um curativo e continuou na missão.

Perder dois homens tão rapidamente foi um golpe muito duro para nós. Penso que deveria ter entrado com duas colunas de policiais, cada uma protegida por um escudo, em vez de uma coluna mais comprida com apenas um escudo diante de todos. Um único escudo permitiu que alguns dos homens saíssem do ângulo de proteção enquanto nos deslocávamos rumo ao enfrentamento.

Chamei um dos funcionários do presídio e pedi que providenciasse bombeiros para apagar o incêndio. Enquanto fizeram isso, nos reorganizamos para entrar novamente. Quando a fumaça abaixou um pouco, entramos no presídio, com a minha equipe à frente e três pelotões do Choque na retaguarda. Esses três pelotões contavam com aproximadamente cinquenta policiais. Lá dentro, havia mais de duas mil pessoas.

Quando entramos pela ala principal, um preso veio à frente para negociar. Antes de tentar entender o que ele queria falar, eu me adiantei e lhe disse:

– Vocês têm dez minutos para liberar todos os familiares e funcionários em fila indiana e se recolher às respectivas celas.

Mal eu acabei de falar, surgiu uma mulher, provavelmente familiar em visita a um dos sentenciados, vindo em minha direção, gesticulando muito e falando alto. Ela disse que ninguém sairia dali e que todos permaneceriam onde estavam. Eu respondi que não tinha absolutamente nada a conversar com ela e determinei que não criasse confusão nem nenhum outro obstáculo à ação da polícia. Então, retornei ao posto de comando e fiquei cronometrando o tempo que havia determinado para o preso colocar a casa deles em ordem.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Enquanto eu marcava o tempo, eles discutiam entre si e logo percebi que não havia coesão entre detentos e familiares. Isso se explica em parte pelo respeito que os presos têm pelas visitas, pelos familiares, parentes e amigos que semanalmente se sacrificam para vê-los, para levar uma comida diferente, roupa e outras coisas. Havia entre eles mães, muitas delas pobres e idosas, além de crianças. Se há alguém que tem o mais absoluto respeito dos presos é a mãe de cada um. Nem mesmo os pais desfrutam de tanta dignidade entre a bandidagem. O respeito aos familiares e demais visitantes é rigoroso. Desrespeitar a visita de um preso é equivalente a assinar a própria sentença de morte. Via de regra, não é aconselhável olhar ou conversar com elas.

Para muitos dos presos, ter a esposa e crianças envolvidas naquele cenário caótico era uma situação muito desconfortável e, levando em consideração esse contexto, comecei a desenhar um plano de ação na minha mente.

Os dez minutos se passaram. Voltei-me na direção dos presos e novamente fui recebido com muita hostilidade e reações negativas quanto à determinação que havia dado. Um grupo grande de sentenciados, sendo que entre eles havia mulheres e crianças, se posicionou à nossa frente e foram intransigentes. Estavam determinados a não concordar com a interrupção da crise e, portanto, o restabelecimento da ordem parecia ficar mais distante. De maneira tumultuada, cada um dizia precisar de mais tempo para discutir o caso. Mas estava claro para mim que se tratava de uma manobra para protelar o conflito e ganhar tempo.

Eu não cairia na conversa deles, ainda mais considerando a gravidade do caso: policiais feridos e afastados, reféns em poder dos bandidos e dois mil homens diante da minha equipe. Então, uma vez mais, avisei que daria mais dez minutos para eles decidirem. Disse isso e retirei-me com a tropa do GATE e a Tropa de Choque. A diferença é que desta vez eu já tinha decidido um novo plano e estava determinado a implementá-lo.





OPERAÇÃO MEGARREBELIÃO

Minha convicção era que precisava endurecer, pois aquele “chove não molha” não nos levaria a um bom resultado para todos. A opção imediata que tinha era o emprego de tática dissuasiva, usando munição de baixa letalidade. Chamei seis componentes do GATE, todos armados com carabinas calibre 12 mm, carregadas com munição de borracha, e combinei com eles que entraríamos assim que os dez minutos passassem. Eu iria à frente, eles viriam atrás de mim, um ao lado do outro em forma de cordão de isolamento, e todos agiriam sob meu comando específico.

Fiz o mesmo com a outra tropa. Chamei a Tropa de Choque e disse que eles entrariam conosco. O Choque nos daria suporte bloqueando todo e qualquer avanço dos presos em nossa direção. Hora do show! Todos estavam avisados.

Quando os dez minutos se passaram, não esperei um segundo a mais. Entramos novamente e não permiti que nenhuma conversa fosse estabelecida. Já tinha dito tudo o que eles precisavam ouvir e não estávamos ali para discutir as funções da polícia, mas para fazê-los entender que ordem vale para todos, para nós e para eles também.

Paramos diante dos presos a uma distância muito curta, com cerca de três metros entre nós. Como estávamos próximos, perguntei-lhes com a voz relativamente baixa, mas firme:

– Vocês vão sair agora ou não?

A zoeira começou, pois vários presos começaram a reclamar que não tiveram tempo suficiente, que não era assim que as coisas seriam resolvidas e o lero-lero de sempre. Aí eu dei um comando em alto e bom som, dizendo:

– Preparar!

Os meus policiais golpearam suas armas, carregando-as, isto é, deixando-as prontas para o disparo, simultaneamente. Os presos, assustados, perceberam a nossa intenção e viram que a batata deles iria assar. Os visitantes, pouco habituados a ambientes assim, começaram





DIÁRIO DE UM POLICIAL

a gritar que nós estávamos loucos, que havia crianças entre eles e foram interrompidos quando a minha resposta foi ouvida na forma do meu segundo comando:

– Apontar!

Nesse momento a pressão foi muito grande. Alguns deles ficaram completamente atordoados, sem saber o que fazer. A expectativa era das piores, e os detentos pareciam não acreditar que aquilo estava acontecendo, especialmente num dia de visitas, com a penitenciária apinhada de gente.

Eu tinha o plano estabelecido na minha cabeça e chegamos até aquele ponto; não podia vacilar àquela altura, porque isso viraria a situação contra nós e, se acontecesse assim, meu amigo, nunca mais na minha vida eu tomaria o controle de um presídio rebelado. Não havia mais nada a fazer a não ser dar o derradeiro comando. E foi o que eu fiz:

– Fogo!

Quando eu disse “fogo!”, a tropa reduzida de atiradores que estava sob meu comando disparou simultaneamente a primeira saraivada de munição de borracha e as carabinas cuspiram fumaça, faísca e barulho, produzindo o pânico generalizado no local. A gritaria foi intensa e o alvoroço, misturado com susto e suspeita de terem sido atingidos, dominou a todos. Previamente orientados, os seis policiais encarregados de atirar haviam elevado levemente os canos de suas armas, de modo a não acertar ninguém. Foram dados tiros sutilmente acima do grupo de presos e seus familiares, pois sabíamos do risco de acertar alguém. Bem ou mal, os familiares também eram vítimas da situação.

Mas havia mais a ser feito. Repeti o mesmo comando duas outras vezes, uma na sequência da outra: “Fogo!”, “Fogo!”, e todos correram para o fundo das alas, formando uma massa humana de presos, familiares e crianças. Era hora de agir e colocar o ponto final na operação.

Aproveitando o tumulto e o recuo de todos, providenciamos um canal de fuga para mulheres e crianças, que deveriam sair por





OPERAÇÃO MEGARREBELIÃO

um corredor formado pelos próprios policiais da Tropa de Choque. Bastou um familiar vir em nossa direção e o efeito “manada” ocorreu, vários outros seguiram da mesma forma.

Tudo estava acontecendo conforme o planejado e a operação seria perfeita, não fosse um policial “perdido” na cena, que resolveu agir por conta própria, tomando, fora do comando combinado, uma iniciativa que deveria partir de mim. Aquele policial, sabe-se lá de onde tirou a maldita ideia, resolveu jogar uma granada de efeito moral na direção da multidão já acuada. Ele estava atrás da minha equipe e eu não vi a ação dele. A única coisa de que me lembro é ouvir o “pic” do acionamento do artefato. Aquele barulho não era estranho, mas aquela não era a melhor hora para ouvi-lo.

Quando ouvi o “pic” do acionamento eu fiquei alerta, mas já era tarde para tentar qualquer reação e impedir o pior. Então, vi a pequena peça voando sobre as nossas cabeças, tendo partido de trás de onde estávamos. Eu só tive tempo de gritar: “Nãããã!”.

Tarde demais. A granada caiu adiante e rolou para o meio do aglomerado de pessoas que não haviam saído pelo corredor formado pelos policiais. Houve o nosso silêncio e logo ela explodiu. “Booomm!”.

Outra cortina de fumaça tomou conta do local, dessa vez fumaça branca. Em seguida, vimos um preso sair do meio da confusão carregando nos braços uma menina, de aproximadamente dez anos de idade, que havia sofrido ferimentos no rosto. Jamais esquecerei a cena. Quis voar no pescoço do irresponsável que lançou a granada, um incompetente ou no mínimo um psicopata sádico vestindo uniforme da PM.

A garota foi levada para o socorro e nós seguimos a operação separando os familiares, dando atenção à identificação dos funcionários reféns e encaminhando os presos às suas celas. À medida que eles entravam, nós trancávamos as celas, para depois poder conferir se alguém havia fugido ou permanecia escondido num canto qualquer.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Esse trabalho tomou algum tempo, mas pouco a pouco identificamos cada um dos funcionários cuidadosamente e os encaminhamos para o setor médico, onde era feito o atendimento preliminar. Simultaneamente, os policiais envolvidos na operação executaram a sequência dos procedimentos normais em situações desta natureza e eu fui dar atenção ao caso da garota ferida.

Como ela necessitava de atenção especial, solicitei que não fosse encaminhada ao Pronto-Socorro de Santana, que era o mais próximo, mas que fosse socorrida na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde o tratamento e a recuperação seriam mais efetivos. Pedi que fosse feito o acompanhamento pelo setor de Comunicação Social da Polícia Militar, onde o colega de turma à época, Capitão Terra, providenciou completa assistência à família da menina ferida.

No dia seguinte, recorri à autoridade superior para que o policial responsável pelo lançamento da granada fosse disciplinado com rigor.

Em linhas gerais, o resultado da megarrebelião nos presídios de São Paulo foi relativamente positivo do ponto de vista da atuação policial, e teria sido melhor não fosse o incidente com a garota. Num único dia, a PM restabeleceu a ordem em todos os 29 presídios rebeldes no estado, sem uma única morte. Foi um duro golpe dado no PCC e uma lição de profissionalismo da Polícia, em parte como resultado do aprendizado que tivemos anos atrás no massacre do Carandiru.

Em minha opinião, o grande erro que traz consequências até hoje foi a reação precipitada de autoridades do governo em relação ao resultado da operação. Algumas delas foram imprudentes ao afirmar na mídia que a facção criminosa tinha recebido “um golpe mortal”: ledo engano. Entusiasmados, celebraram o bônus político do primeiro momento e se esqueceram de avaliar a dimensão real da organização que foi capaz de promover uma rebelião simultânea em todo o estado e chamar a atenção dos presídios por todo o país. O resultado





OPERAÇÃO MEGARREBELIÃO

dessa imprudência veio à tona seis anos depois, quando, em maio de 2006, a facção criminosa impôs um toque de recolher na cidade de São Paulo e colocou de joelhos toda a estrutura da Segurança Pública num dia que jamais esqueceremos.

Hoje, há um perigoso silêncio no sistema prisional. A Polícia Militar deixou de fazer as revistas nos presídios, não se ouve falar de rebeliões e tudo parece tranquilo. O que teria sido mudado tão radicalmente para chegarmos a essa aparente tranquilidade?

Vejo com muita preocupação esse estado de calma e imagino a hipótese de ele ter sido conquistado por um excesso de flexibilização do sistema prisional em favor dos internos, e que isso constitui um verdadeiro “barril de pólvora” prestes a explodir quando, por qualquer motivo, esse eventual equilíbrio artificial venha a ser rompido.

É só aguardar.







CAPÍTULO 15

MARCOLA







Tropa de choque se prepara para invadir a Casa de Custódia de Taubaté.

Dia 17 de dezembro de 2000: explode uma rebelião na Casa de Custódia no município de Taubaté. Havia exatamente um ano, também no mês de dezembro, que tínhamos atuado na contenção da rebelião no Presídio de Presidente Bernardes. Papai Noel voltou a abrir o seu saco de sacanagens nas dependências do GATE.

Toda a Tropa de Choque foi acionada e nos deslocamos para a região. A equipe de serviço do GATE acompanhou o comboio. Eu estava fora do quartel, empenhado em outra atividade, e tive de me deslocar em seguida, me encontrando com a equipe em Taubaté. Chegando, logo notei que toda a Tropa de Choque estava estacionada próxima ao presídio, em compasso de espera. Eles aguardavam o desenrolar do processo de negociação que ocorria no interior do presídio entre a direção-geral e a liderança dos presos.

A cena me chocou. A tropa permanecia embarcada nos micro-ônibus da PM e, do lado de fora de um desses veículos, havia uma roda





DIÁRIO DE UM POLICIAL

de oficiais do Choque; todos estavam ali, parados, jogando conversa fora, como se o caso não tivesse nenhuma relação com eles. Apenas aguardavam os acontecimentos, dos quais ninguém tinha nenhuma informação. Quem quer que estivesse no controle da operação estava conduzindo as coisas de maneira absurdamente fora dos padrões.

Incomodado com a situação, senti que deveria fazer algo e rapidamente, antes que aquilo se voltasse contra nós. Afinal de contas, alguém acionou o GATE e o Choque, duas forças que não precisam sair de seus quartéis para assistir passivamente uma ocorrência de rebelião em presídio de segurança máxima, em lugar algum do estado!

Eu não sei se estava exagerando, mas eu tinha “essa coisa” de perseguir obstinadamente a correção e o rigor nas ações da polícia. Procurei o comandante presente e o questionei sobre o motivo de os policiais estarem naquelas condições. Disse a ele que a Tropa de Choque não poderia ser utilizada daquela maneira. Qual era a motivação por trás daquela cena? Fazer bonito para a imprensa? Mostrar para a população que todos poderiam ficar tranquilos porque havia gente especializada nas redondezas?

Ora, se a direção do presídio pensou que aquele era um caso para solicitar a intervenção da Tropa de Choque, pensou assim porque entendeu a necessidade e a gravidade da situação. Nesse sentido, não havia razão para ficarmos de fora das negociações. Era preciso, ao menos como ouvintes, estarmos próximos das negociações, coletando informações fundamentais para o planejamento tático da operação – caso ela evoluísse para a ação policial –, identificando falhas na comunicação, e mesmo porque não faz sentido ter duas tropas estacionadas do lado de fora de um presídio rebelado, estando o processo de negociação em andamento.

A minha sugestão foi acatada e o acesso de alguns integrantes da Polícia Militar foi liberado para o acompanhamento dos trabalhos.

A equipe de negociadores do GATE, então, passou a acompanhar o processo que corria entre a direção do presídio e a liderança





MARCOLA

dos sentenciados. De saída, pudemos confirmar que não havia reféns e concluímos que o fato gerador da rebelião tinha sido uma disputa entre facções criminosas rivais. Em outras palavras, o presídio fora tomado pelos presos para um acerto de contas internas e o resultado foi apresentado em seguida com “prova material”: cinco mortes haviam ocorrido com requintes de crueldade, como tortura e decapitação. A imprensa já tinha a sua fatia do bolo e bastante trabalho para uma semana inteira no ar. A cúpula da polícia e a da Secretaria de Segurança, por outro lado, tinha um abacaxi enorme para descascar porque a fatura sempre vem.

O líder da rebelião e da facção dominante era o tal de Marcos Willians Herbas Camacho, o preso conhecido como Marcola.

O tumulto foi encerrado, mas era preciso restabelecer a ordem no interior do presídio. Para tanto, era necessário autorizar a entrada da Tropa de Choque, mas isso não é feito somente pela direção da casa; é necessário haver contato entre o comandante da Tropa de Choque e o líder da rebelião.

O comandante foi informado do próximo passo e logo se dirigiu até o limite da entrada para o pátio, onde Marcola estava parado com alguns de seus parceiros por perto. Ambos, comandante e Marcola, ficaram separados apenas pelo portão, que estava fechado para evitar uma fuga em massa, caso o plano dos presos fosse alterado numa sabotagem à negociação. O comandante chamou Marcola pelo nome e solicitou que providenciasse a entrega dos cadáveres, trazendo-os até o portão, de modo que os corpos pudessem ser removidos e levados para o Instituto Médico Legal, o IML, pela equipe que viria em seguida para fazer esse serviço. Marcola não proferiu palavra alguma.

O comandante então aproveitou e emendou outro pedido. Disse que, depois que os corpos fossem removidos, Marcola, como líder da maior facção e comandante dos presos, orientaria a todos para retornar às suas celas, porque era preciso fazer a contagem dos presos.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Marcola, em silêncio, só ouvia. A sua atitude era respeitosa, porém, sem mostrar submissão. Ele tinha o controle da Casa de Custódia. Nós observávamos tudo por uma fresta existente na carceragem, criada para que os carcereiros pudessem fazer a vigilância dos internos.

Quando o comandante terminou de falar, Marcola, frio, fez um sinal positivo acenando com a cabeça, mostrando que aceitava as orientações dadas. Ele determinou que alguns presos trouxessem os cadáveres que estavam dentro do presídio para próximo do portão principal apenas com um sinal com o indicador, apontando para que trouxessem os cinco corpos, assim como as cabeças dos que haviam sido decapitados. Um dos presos saiu em direção a uma das alas internas do complexo, e Marcola, antes de retirar-se e voltar para a sua cela com todos os outros presos, virou-se em direção ao comandante. Com a expressão grave, aproximou-se dois ou três passos, apontou-lhe o dedo e disse:

– Não vai ter esculacho, pois a rebelião está terminada e eu conheço bem o senhor.

Em seguida, desapareceu nos corredores internos.

O comandante da operação ficou visivelmente desconcertado diante de nós e dos presos, porque evidentemente ele sabia do risco que a quebra de um acordo com o líder da facção representava para ele e para a sua família.

A próxima cena a se formar diante de nossos olhos foi ainda pior e serviu para trazer à tona o nível de crueldade e desumanização que ocorre dentro do sistema prisional. Enquanto Marcola caminhava lentamente rumo ao interior do pavilhão, um único preso trazia o primeiro cadáver, arrastando-o pelos pés, deixando atrás de si um rastro de sangue que marcava todo o caminho percorrido. Um corpo masculino sem vida precisa de três ou quatro homens para carregá-lo, mas o descaso com o ser humano fazia parte da rotina daquelas pessoas. Essa era a mensagem que a imagem transmitia.





MARCOLA

A cena se repetiu cinco vezes. O preso ia e voltava puxando pelos pés os corpos já sem vida, acumulando atrás de si um longo rastro de sangue no caminho por onde passava. Na minha memória, até hoje ecoa o ruído da carne e dos ossos sendo arrastados pelo cimento queimado do pátio da Casa de Custódia de Taubaté, o som produzido pela mais baixa brutalidade humana.





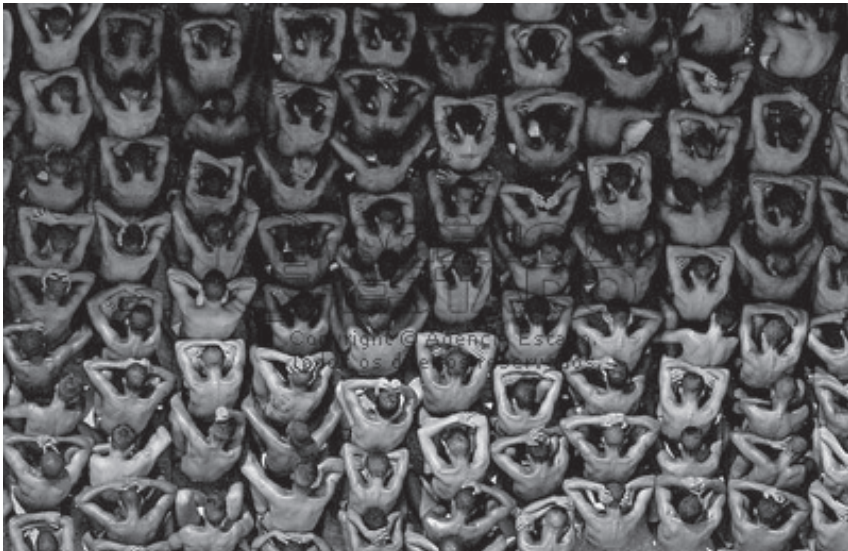


CAPÍTULO 16

OPERAÇÃO FEBEM FRANCO DA ROCHA







Contenção de presos no pátio para a inspeção de celas.

Num domingo, dia em que familiares e amigos fazem visitas, grupos de menores na FEBEM de Franco da Rocha, São Paulo, se desentenderam e iniciaram uma rebelião.

Ocorrências em presídios são sempre complexas; nesse caso, por se tratar de uma instituição para menores, a situação tornou-se ainda mais delicada, e havia o agravante de ocorrer num dia de visitas.

Uma característica singular dos menores reclusos é a pulverização da liderança. Diferentemente do que acontece nos presídios para adultos, nos quais a liderança é centralizada numa só pessoa e é inquestionável, os jovens possuem várias lideranças, o que dificulta muito qualquer ação da polícia.

A crise deveria ser debelada no início para não contaminar os demais grupos, mas isso não aconteceu e, rapidamente, a revolta assumiu uma dimensão que obrigou a primeira intervenção da Polícia





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Militar da região. No lado de fora, o desespero e a aflição dos pais e parentes eram claros e se agravavam à medida que o tempo passava. Os nervos de todos rapidamente ficaram à flor da pele, e a tensão entre os jovens internos e as famílias na cena intensificou a crise.

Não havia reféns, mas os internos dominaram todo o presídio e expulsaram os funcionários de plantão da parte interna e do controle restrito. Para garantir o domínio da FEBEM, eles bloquearam a entrada, montando uma barricada com móveis e outros objetos, e atearam fogo no bloqueio. Isso impossibilitou o acesso pelo portão principal e gerou uma imagem de caos completo.

A chegada do GATE ao local fez acender a luz amarela de advertência nos visitantes que estavam à entrada do prédio. Você pode imaginar a sensação que a nossa chegada despertou: GATE... grupo de extermínio... “tiro no coco”... Precisávamos mudar isso.

Já nas cercanias da FEBEM, tratamos de adotar o procedimento padrão, e preparei-me para o primeiro contato com a “moçada”.

Diante da entrada principal bloqueada, precisei acessar uma escada na parte externa para chegar ao alto da muralha e ver qual era o estado no pátio interno. Subi a escada e alcancei um posto de onde podia vê-los. Dali pude ter uma visão bastante ampla do grupo rebelado.

Não demorei muito para constatar que eles estavam, de fato, divididos em grupos e reunidos em pontos diversos, além de ver vários menores perambulando isoladamente. De imediato, todos notaram a minha presença e ficaram visivelmente nervosos. Eu precisava diminuir a tensão inicial, então logo tentei a primeira comunicação. Iniciava, assim, mais um processo de negociação para restabelecer a ordem no local.

Apresentei-me e iniciei a conversa com um pequeno grupo com o qual a troca de olhares pareceu mais promissora. A estratégia que imaginei para aquela situação era simples. Inicialmente procurei transmitir a angústia dos familiares que estavam do lado de fora,





OPERAÇÃO FEBEM FRANCO DA ROCHA

diante daquela rebelião. De fato, em geral são as mães que primeiro entram em pânico quando ocorrem situações como essa.

Enquanto falava com o grupo, procurei um tom de voz que pudesse ser ouvido pelos demais. Com isso, a comunicação seria resumida e o alcance, maior.

O papo se estendeu um pouco e propus que voltassem para as celas, e também que não hostilizassem o pessoal do Corpo de Bombeiros que iria apagar o fogo da barricada e removê-la, possibilitando a reentrada dos funcionários. “Em pouco tempo” – disse a eles – “tudo estaria normalizado”. Simples? Nem tanto.

Mal acabei de dizer essas palavras e outro grupo, com outra liderança, chamou a minha atenção e começou a falar comigo. Eles pareciam mais agressivos, mas, conforme fomos conversando, aos poucos se acalmaram. Enquanto isso, o primeiro grupo apenas nos observava e ouvia a conversa.

Parecia que as coisas se encaminhariam para um desfecho tranquilo e rápido, e então um terceiro grupo, com outra liderança, também se manifestou. Queriam sobrepujar os demais sem, contudo, apresentar uma ideia que não tivesse sido discutida anteriormente. Então, num ato falho, cometi um erro.

Na intenção de criar um pouco de ordem entre todas aquelas conversas cruzadas, usei uma expressão da qual me arrependi. Eu disse: “Aí, moçada! Desse jeito não vai dar!”. Há quem diga que três coisas não voltam atrás: a palavra falada, a flecha lançada e a oportunidade perdida. Se eu pudesse voltar atrás, jamais teria dito aquilo.

A reação dos jovens foi das piores. Apanharam pedras e o que mais puderam pegar e começaram a me apedrejar sobre o muro. Eu não tinha alternativa a não ser descer rapidamente pela mesma escada e me proteger de tudo aquilo que arremessavam contra mim, mantendo o corpo encostado na parede externa da muralha. Não entendi o





DIÁRIO DE UM POLICIAL

que estava acontecendo, mas notei certo constrangimento do Diretor da FEBEM, que fez um sinal para falar comigo em particular.

Quando a chuva de pedras terminou, aproximei-me dele e ouvi algo que, para mim, era uma novidade. Ele disse:

– Comandante, o senhor falou uma palavra que não podia falar.

– Que palavra? – perguntei.

– O senhor disse “moçada”. Isso, para eles, significa um grupo de moças. Por isso se revoltaram. Melhor teria sido falar “rapaziada”.

Assim, ainda perplexo com o que, para mim, era um detalhe estúpido, voltei à escada, subi os degraus e quando cheguei ao topo, disse-lhes: “Aí, rapaziada! Podemos conversar novamente?”

Incrivelmente, todos acolheram a nova abordagem, o que deu sentido duplo à negociação: aceitaram o pedido de desculpas e permitiram continuarmos o diálogo. Com o novo cenário, a negociação foi retomada e em pouco tempo a ordem voltou para as instalações da FEBEM.

Com isso aprendi, de uma vez por todas, uma lição importante: é preciso pensar com a cabeça do outro, é preciso colocar-se no lugar do outro.





CAPÍTULO 17

PINHEIROS: PRAIA GRANDE







Policiais posicionados nas muralhas da Cadeia Pública de Pinheiros.

Era verão e estava muito quente. O rádio da base do GATE recebeu um chamado: era uma emergência. Havia uma ocorrência com refém em andamento nas proximidades da Cadeia Pública de Pinheiros.

À época, o conhecido “Cadeião de Pinheiros” ainda não havia sido transformado em Centro de Detenção Provisória (CDP), embora operasse como tal. Inicialmente pensamos se tratar de nova rebelião com reféns dentro do presídio. Não era.

Enquanto nos deslocávamos para lá, pudemos apurar, na coleta de informações feita durante o trajeto, que nada de errado estava acontecendo no interior do presídio. A ocorrência se dava no lado de fora. Ainda no deslocamento, os policiais da área passaram a informação pelo rádio de que se tratava de uma situação bem incomum.

O caso era o seguinte: dois funcionários foram encarregados de conduzir dois presos para prestar depoimento fora do presídio.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Provavelmente, eles não observaram as regras de segurança e foram dominados e transformados em reféns pela dupla de detentos.

A ideia inicial dos criminosos era assumir o controle da viatura que os transportava e fugir. Mas algo dera errado e os criminosos acabaram se trancando, juntamente com os dois reféns, no compartimento de presos da viatura. E lá dentro, empunhando armas brancas improvisadas, ameaçavam os reféns de morte. Isso acontecera próximo à entrada das instalações da Cadeia Pública, criando uma tremenda confusão que parecia ser o início de mais uma rebelião no presídio.

As armas brancas são feitas pelos presos, que aproveitam o tempo ocioso na cadeia para colocar o cérebro para trabalhar – geralmente no que não presta. Nas várias operações de que participei nos presídios, vi muita coisa feita nessas “horas de folga”: revólveres esculpidos com sabão, pentes de cabelo e pedaços de ferro – estes retirados das vigas de concreto – que se tornam punhais e lâminas cortantes, e muitos outros objetos transformados naquilo que chamamos de “armas brancas”; rudimentares, porém, eficientes. E foi com uma dessas armas que os presos renderam os funcionários do presídio.

Quando chegamos ao local, minha equipe e eu procuramos criar um ambiente adequado ao desenvolvimento do processo de negociação, o qual já havia sido iniciado. A princípio, os criminosos foram irredutíveis. Queriam fugir e exigiam que o caminho ficasse livre para que assumissem o controle da viatura e partissem do local. Mas nem tudo pode ser feito usando apenas o pensamento positivo. Nesse caso, decidi interromper o processo de negociação por um tempo, a fim de reduzir o nível de exigência dos criminosos, pois ele traduzia um desejo, não a necessidade deles. Na nossa cartilha, aprendemos a não atender desejos durante as negociações. O GATE não emprega Papai Noel.

Eles estavam confinados no compartimento de presos de uma viatura estacionada em um pátio aberto, sob o sol escaldante e sem ventilação. O calor concentrado na viatura era insuportável. Nessas





condições, o corpo precisa se hidratar. Mas, com o suor abundante, além de água, a pessoa perde outras substâncias que acabam produzindo desconforto, cansaço e maior consumo de energia. Todos esses fatores são considerados durante uma negociação.

Os criminosos se mantiveram agressivos, e eu tentava equilibrar a relação entre as partes. Para acelerar o desgaste deles, recorremos a uma “sacanagzinha”. Sutilmente, um policial da equipe aproximou-se da viatura e tampou as poucas frestas de ventilação do compartimento de presos com papel e fita adesiva. Também aumentamos os intervalos entre os contatos com eles, com o objetivo de diminuir a agressividade dos caras e fazê-los sair da fase do “eu quero” e entrar na fase do “eu preciso”. Esse era o primeiro passo para que compreendessem que sair vivos, embora presos, seria um bom negócio.

A tática deu certo. Logo eles pediram que trocássemos um dos reféns por uma garrafa de água. Restava apenas um refém. Era preciso continuar negociando, e logo, na rodada seguinte de negociações, algo novo aconteceu.

Um dos criminosos sugeriu que tudo aquilo poderia acabar rapidamente se fosse possível uma transferência dele e de seu companheiro para um presídio na Praia Grande, no litoral sul de São Paulo. Tentei compreender o motivo do pedido, e um deles informou que as famílias de ambos moravam na Praia Grande. Por serem muito pobres, os familiares tinham dificuldade para vir a São Paulo visitá-los.

No íntimo, a notícia me animou, mas mantive a serenidade e disse que levaria a reivindicação ao gerente da crise, que era a alta autoridade no local. O gerente da crise não se opôs à ideia. Por outro lado, ele não tinha competência para autorizar a transferência imediatamente e solicitou a participação de uma autoridade responsável pelo presídio. Essa pessoa foi chamada.

Apresentamos a ideia que poria um fim à crise e a resposta foi que o pedido era razoável e possível dentro do contexto prisional.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Certifiquei-me se poderia avançar: “positivo”. Retornei ao local, no pátio onde a viatura estava estacionada e sinalizei para os criminosos a possibilidade de atendimento para o pedido deles. Em troca, viria a liberação do último refém, a rendição e o término da ocorrência. Mas faltava “costurar” um pouco mais com o objetivo de verificar “de verdade” se eles não tinham um objetivo oculto ou que o pedido pudesse ser apenas uma bravata.

Retomei a conversa com os presos e contei a eles que apenas parte do que havia sido deliberado foi dito por mim; faltava a outra parte: a ideia da transferência precisaria ser analisada. Insisti que a direção do presídio garantia empenhar-se para que a transferência ocorresse de fato, para que eles não pensassem que aquilo não passava de uma manobra minha. De fato, não era. A técnica de negociação sempre busca a satisfação pessoal de ambas as partes, mas é preciso deixar claro que nada vem fácil demais. O pedido feito envolvia uma série de entraves burocráticos, inclusive uma autorização judicial que precisaria ser obtida do magistrado com jurisdição sobre a área daquele presídio.

A satisfação pessoal é um elemento considerado durante um processo de negociação, porque ela influencia as nossas decisões. Contemplar a satisfação pessoal acelera uma decisão. Quando valorizei o desejo pessoal dos criminosos, ativei a satisfação que se realizaria no futuro próximo – dei esperanças a eles. Com isso, consegui a liberação dos reféns, a rendição e o sucesso na operação.

Mas, quando nos preparávamos para conduzir os dois presos a outro veículo que deveria levá-los escoltados para a Baixada Santista, para a cadeia da Praia Grande, nova surpresa. Fomos informados de que ambos deveriam ser reconduzidos às celas de origem, as mesmas em que estavam presos antes de tentarem a fuga. Essa era uma ordem do responsável pelo presídio. Indignado, fui procurar o autor da contraordem e questionar o descumprimento do que havia sido tratado com a dupla. Afinal, por conta própria, essa pessoa havia decidido





PINHEIROS: PRAIA GRANDE

dar o dito pelo não dito, sem se preocupar em dar uma explicação razoável. O que ouvi foi: “Capitão, isso é preciosismo de sua parte”.

Eu não tinha tempo para lhe dar uma lição de ética, então me limitei a dizer que não se tratava de “preciosismo”, mas de honrar a palavra dada. Assumi a custódia dos dois detentos e ordenei que fossem levados imediatamente para o presídio da Praia Grande, porque assim havia sido combinado.

Um bom negociador precisa honrar sua palavra. Por isso, não me chame de marrento, mas de negociador.







CAPÍTULO 18

O DIA EM QUE VI A MORTE DE PERTO







No dia 7 de maio de 2003, estávamos na base do GATE quando fomos acionados para uma ocorrência com refém na zona leste da capital. Um criminoso armado mantinha uma família e a própria companheira como reféns.

Quando chegamos ao local, senti algo estranho no ar. Havia uma expectativa acima do normal pela chegada do GATE para ajudar na solução da crise. Pela quantidade de viaturas e de policiais no local, calculei tratar-se de uma ocorrência que já durava mais de uma hora até a nossa chegada.

O comandante da operação veio me receber e já nos conduziu, a mim e à minha equipe, até o quintal da residência onde a ocorrência se desenrolava. A casa era térrea e tinha uma varanda próxima à cozinha, na qual encontravam-se o criminoso armado e os reféns.

Ao entrar e avistar o cenário, compreendi a gravidade da situação. O criminoso já havia sido sentenciado e, no cumprimento da pena, recebera uma licença especial chamada indulto. O indulto é expedido pelo Poder Judiciário e se costuma concedê-lo a presos com bom comportamento. Embora previsto na legislação, é uma medida muito questionada no meio policial, pois uma porcentagem significativa de sentenciados não se reapresenta na data prevista para retorno, e acaba utilizando esse benefício para fugir. Além disso, muitos aproveitam esse período fora da cadeia para praticar mais crimes, e era esse o quadro que eu tinha diante de mim naquele momento.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

O criminoso tinha cumprido uma parte de sua pena e nesse período procurou não criar problema algum dentro do sistema prisional; em função disso, mereceu a confiança que facultava o benefício. Ele saiu e foi para a casa da mãe. Lá recebeu a visita de antigos companheiros que tentaram convencê-lo a participar de mais uma “paradinha” criminosa, e ele, querendo um dinheiro fácil, aceitou o risco. Mas deu tudo errado. O roubo não foi bem-sucedido, a polícia chegou a tempo e montou o cerco e, mesmo assim, ele conseguiu escapar. Mas a fuga não durou muito e isso fez com que o criminoso, temendo um enfrentamento com os policiais que o perseguiam, invadissem uma residência e mantivesse toda a família como refém.

Como é praxe, os policiais da área tentaram o primeiro atendimento, antes do acionamento da tropa especializada. Entretanto, muitos erros foram cometidos pelos policiais e pelo oficial que comandava a operação, e a batata já estava bem quente quando chegamos.

O GATE sabe que aquilo que chamamos de bom senso nem sempre é uma ferramenta eficaz para resolver completamente uma crise. Numa passagem irônica de René Descartes, ele afirma que o bom senso é a virtude mais bem distribuída entre todos os seres humanos, pois cada um acha que o possui na quantidade suficiente e, assim, não admite a sua falta.

Desde o início da ocorrência, o comandante da operação acatou as exigências do criminoso, permitiu a entrada da imprensa e trouxe sua esposa para o local da crise. Aquilo era o pior dos mundos. O cenário estava, de fato, muito ruim e desfavorável para nós.

Armado com uma pistola carregada “até a boca”, o criminoso transitava à vontade pela varanda, cercado por vários policiais, mas mantendo próximo de si os proprietários da residência e a sua esposa, que havia sido trazida com o consentimento do comandante. Esse foi o motivo principal por que o GATE foi acionado: não tomaram as atitudes certas e fizeram diversas concessões indevidas. Que a





O DIA EM QUE VI A MORTE DE PERTO

atividade policial trabalha com risco presente, todos sabemos. Mas as equipes especializadas atuam para diminuir esse risco a um patamar cada vez menor.

Naquele dia, o quadro geral me obrigou a uma exposição muito grande. Comecei a organizar o local, retirando o excesso de policiais e a emissora de televisão. O criminoso percebeu a minha movimentação e a mudança que acontecia no quintal da casa, mas, como estava muito agitado e transitava de um lado para o outro, pareceu não se incomodar muito com as medidas que adotei. Isso me ajudou a ganhar tempo e espaço para continuar a “limpeza” do local, mas a coisa se complicou. Houve um momento em que tive de me aproximar da varanda, onde estava o criminoso armado. Eu precisava executar o mesmo procedimento em relação aos proprietários da residência, e tentei aproveitar a oportunidade que surgiu quando o criminoso começou uma discussão acalorada com a esposa. Ao que pareceu, discutiam a conduta inadequada dela durante os anos em que ele cumpria a sua pena. Ele gritava que era “psico” e que não tinha nada a perder. Uma loucura.

Finalmente eu tive êxito também nessa segunda etapa e consegui retirar os moradores da residência que estavam próximos à varanda. Porém, no momento em que me dirigi à esposa dele, esta visivelmente amedrontada e tensa diante de um bandido que a ofendia e despejava sobre ela toda a sua ira, pareceu que “a ficha dele caiu”. Quando a mulher se preparava para sair, sendo conduzida por mim, de repente ele mandou que parássemos e apontou a pistola na direção do meu rosto e disse:

– Deixa a minha mulher aí.

Ele não tinha nada a perder. Eu tinha.

Foi preciso muito sangue frio e controle imediato diante do risco desnecessário para que eu contornasse a situação em um cenário construído sobre a falta de técnica dos colegas que haviam chegado





DIÁRIO DE UM POLICIAL

ao local antes de nós. Isso passou pela minha cabeça como um filme. Queria saber quem tinha autorizado aquela mulher a entrar ali, naquele lugar, naquela situação.

Como negociador, eu deveria procurar convencê-lo a decidir pela opção da cadeia, em vez de escolher o cemitério. Se possível, era preciso fazê-lo entender que, mesmo sob condições desfavoráveis, a cadeia seria um excelente negócio para ele. De forma imparcial e ponderada, ele precisaria ser levado a um sentimento positivo em relação a isso, mas, naquele caso específico, a realidade daquele criminoso estava muito desfavorável. Ele já era um “cadeieiro” antigo e iria voltar para a cadeia em uma condição pior do que quando saiu de lá, pois todos os benefícios conquistados, e que lhe proporcionaram a saída especial com o indulto, seriam perdidos em função da ocorrência criminosa frustrada, e ele sabia disso.

Nessas condições, não é difícil imaginar que a precipitação poderia fazê-lo decidir por tirar a própria vida; antes, porém, levaria alguns com ele e naquele momento a sua arma apontava na minha direção. Pensei, como nunca antes na minha carreira, que fosse morrer ali. E esse era o ponto onde residia o risco que eu corria. Para ele, que diferença faria “apagar” um policial “inimigo” antes de se matar?

Eu procurei acalmá-lo, aplicando as técnicas que sempre havia utilizado e, aos poucos, ele se acalmou. O fator sorte operou em meu favor: o criminoso acabou por se render. E a operação foi resolvida sem maiores incidentes.

Naquele dia ficou claro para mim que era possível eu não cumprir o que sempre defendi como a principal missão de um policial: voltar vivo para casa.





CAPÍTULO 19

O TEMPLO EVANGÉLICO







Viatura do GATE e o Resgate estacionadas em frente ao templo evangélico.

O que acontece quando um assalto a ônibus dá errado? Muita coisa.

Depois que dois assaltantes fizeram uma ação em um ônibus na região de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, alguém acionou a polícia. Era a tarde de 20 de outubro de 2004, e a nova ocorrência nos levaria a um templo evangélico, onde teríamos muita confusão para resolver.

A polícia da área deu início à perseguição aos criminosos a pé, o que já é um caso complicado. As pessoas na rua, no comércio e no trânsito ficam sem saber o que fazer. Perseguir criminosos a pé chama a atenção de muita gente, inevitavelmente.

Na correria, ambos os criminosos acabaram entrando em um templo evangélico, que deve ter parecido o lugar mais seguro do mundo para eles; mas esqueceram que é preciso arrepender-se de seus pecados para ficar ali em segurança. Definitivamente, não foi esse o caso, ao menos com um dos dois criminosos.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

Não havia culto na hora em que se refugiaram no templo, e se houvesse a bagunça teria sido bem maior. Assim que entraram, os dois homens correram para salas que havia no fundo do prédio e invadiram uma reunião de pastores. Rapidamente fizeram reféns dentro da sala que ficava próxima ao altar. Do grupo de pastores reunidos, cinco foram pegos de surpresa pela dupla apavorada, e o quadro ganhou novos contornos com a tomada de reféns.

O policiamento cercou o local e um jovem Tenente tratou de pôr em prática as primeiras medidas, iniciando o processo de comunicação com a dupla. A verificação preliminar indicou se tratar de um homem na faixa dos trinta anos e de um menor de idade. Sempre tem um menor por perto...

O Tenente fez um bom trabalho e logo conseguiu libertar três dos cinco pastores reféns. O risco diminuiu com o novo cenário, que depois disso continha quatro pessoas na cena: dois bandidos e dois reféns. Porém, um erro havia sido cometido. Quando cheguei ao local, informei-me da ocorrência e dos procedimentos iniciais e logo notei que o erro cometido era tolo e poderia ter sido evitado – e com ele, muita confusão extra.

No diálogo entre a dupla e o Tenente, o criminoso mais velho exigiu um carro para que pudesse fugir. O Tenente que negociava com ele sinalizou positivamente, dando esperanças de que providenciaria o veículo. Isso criou uma expectativa na cabeça do bandido, evidentemente. A “positiva” do Tenente colocou um ponto fixo nas negociações, criou um fato novo, uma referência na qual o criminoso se apegaria.

E os problemas que enfrentamos nessa negociação começaram a se agravar em função da promessa feita pelo Tenente. Se ele fosse meu subordinado, eu o faria cumprir um dos meus lemas: “Erro primário, esvazia o armário”. Ele seria cortado do GATE.

O criminoso mais velho pôs na cabeça que o carro seria providenciado e se mostrou irredutível quando percebeu que isso não





O TEMPLO EVANGÉLICO

aconteceria de modo algum. A polícia não aluga carros para particulares. O nosso negócio é prender bandidos: aqui é GATE!

A negociação travou na questão do veículo; a promessa havia sido feita e o sujeito reclamava a expectativa criada pelo Tenente. O criminoso se viu no direito de exigir o carro e teimava na questão. De uma hora para outra, ele pareceu ser a pessoa certa, e nós, a polícia, os errados, que não cumprem o que prometem. A cobrança se intensificou e a negociação não avançava para nenhuma outra alternativa.

Pouco a pouco, o jovem oficial percebeu que havia dado “um tiro no próprio pé” e não conseguia esgotar as condições para se manter à frente na condução do processo de negociação. O que fazer? Acionar o GATE.

Por volta das 18 horas, minha equipe e eu chegamos ao local. Não demorou muito para que eu substituísse o Tenente e assumisse a negociação.

Estávamos num templo bastante grande e a negociação era feita no estilo “cara a cara”. Os criminosos ficavam numa saleta próxima ao altar, junto dos reféns, e minha equipe e eu ficávamos noutra saleta, próxima à entrada do templo. A distância entre nós era de cerca de trinta metros, mas havia boas condições de comunicação, sem a necessidade de nenhum equipamento.

Assim que comecei o meu trabalho, chamei o mais velho dos criminosos e, logo de cara, ele cobrou o carro que havia sido prometido. Tentei dissuadi-lo dessa hipótese e dei esperanças sobre a garantia de integridade física a ambos, especialmente dentro de uma igreja. Quem iria mentir num lugar como aquele?

Receber um carro não era bom negócio para ele. Tentei convencê-lo sobre isso, mostrando que, mesmo que providenciasse o veículo, não seria a melhor opção que dispunha. E lhe perguntei:

– Você acha que poderá sair livremente, sem que nenhuma das viaturas policiais que estão lá fora acompanhe você? O mais seguro para vocês é ficarem por aqui mesmo.





DIÁRIO DE UM POLICIAL

O sujeito pensava no que eu havia falado. Andava de um lado para o outro, considerando as possibilidades e refletindo sobre o que eu havia dito. O menor não falava nada, mas mantinha os dois pastores dominados. Era hora de introduzir novo elemento na negociação, para que eles percebessem que não era apenas um carro que estava em jogo, mas que haviam se envolvido em uma situação mais complexa do que podiam imaginar. Foi então que sugeri a eles que libertassem os reféns, depusessem a arma e se entregassem. Essa suave pressão serviria para orientar a negociação. Ela criaria um ponto adicional e forçaria o criminoso a compreender que não poderia ficar preso a apenas uma questão.

Mas as coisas não saíram como esperávamos e, quando eu pedi que se entregassem, o “caldo entornou”. O criminoso mais velho, que até então estava dando as cartas, se viu encurralado. As coisas já não estavam mais saindo do jeito que ele queria e então fez um ultimato. Ele disse:

– Bem, comandante, se você não me arrumar um carro em cinco minutos, eu vou matar um dos reféns.

A situação ficou delicada, porque nós não entramos numa negociação para resgatar corpos – isso é trabalho para a turma do IML. O GATE entra nas ocorrências para salvar pessoas com vida. Então, conduzi a conversa na tentativa de fazê-lo abandonar essa alternativa. Matar pessoas ali não era a questão, não havia necessidade, pois “estávamos indo bem” na conversa.

Ele se mostrou irredutível. Não senti nenhuma disposição dele em retroceder em sua ameaça. Foi preciso pedir um tempo a fim de esfriar o clima, amenizar as tensões e repensar o discurso. Essa estratégia é prevista em casos extremos para fazer com que o criminoso abandone a ameaça de morte. Disse a ele que iria conversar com os chefes e voltava em seguida. Com isso, realmente ganhamos algum tempo.

Mas a minha tentativa foi em vão. Quando retomei a conversa, puxando outro assunto, o mais velho não titubeou e logo cobrou o





O TEMPLO EVANGÉLICO

carro que havia sido prometido pelo tenente. Maldita promessa! Ele foi bastante agressivo nas palavras, elevou bastante o tom da voz e da exigência. Eu previa essa possibilidade, contava que ele pudesse agir desse modo, mas deveria manter-me firme e tentar ganhar tempo. Propus que conversássemos por meio de um telefone que eu iria providenciar. O templo era grande e, por causa da distância, tínhamos de forçar muito a voz, tanto ele quanto eu.

A essa altura, os familiares dos reféns já estavam no local e também queriam garantias de que os reféns estavam bem. Usei esse argumento com o criminoso, sugerindo a possibilidade de um contato entre eles. Pedi que ele fosse gentil com os familiares, especialmente com os pais dos dois pastores, que estavam bastante nervosos, embora se apegassem à sua fé na esperança de que Deus livraria a todos de uma fatalidade. O sujeito ouviu o que eu disse e, mais uma vez, me surpreendeu dizendo:

– Ok, pode trazer o telefone, porque assim eles já vão se despedindo desta vida porque partirão para uma melhor.

Sabe quando aquele frio percorre a sua coluna vertebral? Foi o que eu senti quando ouvi essas palavras. Eu tinha várias experiências em situações da mesma natureza, experiências suficientes para prever diversos quadros e antecipar muitas das reações que um criminoso pode ter. Mas confesso que comecei a reconhecer o risco que ambos os reféns corriam por terem sido surpreendidos pelos dois assaltantes em fuga.

Respirei fundo, o mais fundo que pude, e renovei a esperança de que aquilo poderia acabar bem. Eu ainda tinha algumas cartas na manga. Era hora de usá-las e partir para cima deles.

Voltei para o lado de fora do templo, onde os demais policiais estavam, e pedi para providenciarem o telefone. Nossas viaturas têm um aparelho que faz parte do nosso *kit* de materiais e nós o levamos nessas ocorrências. Trata-se de dois aparelhos comuns ligados por um





DIÁRIO DE UM POLICIAL

foi bastante comprido. Porém, há um microfone embutido no aparelho que é enviado ao criminoso, de modo que, mesmo que o fone esteja no gancho, é possível captar as conversas que ocorrem dentro do local onde bandidos e reféns se encontram.

Assim que receberam o telefone, com todas as cautelas necessárias, fiz um teste e pedi para ele passar o aparelho para um dos reféns, de modo que eu pudesse conversar com ele. Fiz isso procurando transmitir calma e um pouco de esperança de que nos esforçávamos ao máximo para que tudo terminasse bem. Assim que falei com um dos reféns, eu desliguei.

Foi então que percebi haver uma discussão entre o criminoso adulto e o seu companheiro menor de idade. O menor mostrava sinais de que queria desistir e se entregar, e isso deixou o adulto furioso, porque não concebia outra hipótese a não ser fugir dali com o carro que havia sido prometido.

Era preciso explorar essa fraqueza e capitalizar isso a meu favor.

Tomei o aparelho e liguei para eles. Quando o mais velho atendeu, pedi para falar com o menor e fui bastante ousado nas minhas palavras. Eu arrisquei e disse:

– Presta bem atenção, não fale nada, apenas me escute. Eu vou oferecer um lanche e água para vocês aí dentro. Você vai concordar comigo e se dirigir até o centro do templo, com as mãos à mostra, para eu te entregar essas coisas, e lá eu converso contigo – o jovem concordou e desligamos o telefone.

Foi possível ouvi-lo em seguida conversando com o seu parceiro sobre pegar os lanches. O mais velho se mostrou contrariado com a ideia. Mas consentiu.

Providenciamos rapidamente os lanches. Quando os trouxeram, avisei que o garoto deveria buscá-lo comigo. Desliguei o telefone, tomei o embrulho e caminhei até o centro do templo. O jovem veio em minha direção e nos encontramos no local combinado. Conversei





O TEMPLO EVANGÉLICO

com o garoto e perguntei a ele o que estava acontecendo para que não se entregassem de uma vez. Expliquei que tudo ali estava cercado e que não havia possibilidade de fugir naquelas circunstâncias. Procurei convencê-lo de que seria possível garantir toda segurança e resolver a situação tranquilamente.

O garoto respondeu que, da parte dele, estava tudo “ok” e que queria mesmo se entregar, mas que seu parceiro estava irredutível. Eu entreguei os lanches e pedi para que tentasse convencê-lo de que a nossa palavra era séria e a situação estava orientada para preservá-los e dar todas as garantias legais. Mas o adverti que, mesmo se não conseguisse convencer o outro, deveria se entregar sozinho.

O garoto voltou para a sala onde os quatro estavam confinados. Novamente ouvimos pelo microfone escondido no aparelho telefônico sua tentativa de convencer o mais velho, mas ele não teve sucesso. Conforme havíamos combinado, ele falou que ia se entregar sozinho e fez isso, tendo sido bastante hostilizado pelo comparsa. Enquanto se afastava da sala vindo em nossa direção, o mais velho gritava: “Moleque de merda, seu moleque de merda”.

Recebemos o garoto, o imobilizamos com algemas, como é a praxe, e o convidamos para que tentasse novamente convencer o mais velho a desistir e se entregar. Queria que vissem como estávamos comprometidos com o bom resultado da ocorrência e que a presença da imprensa, dos familiares e de outras autoridades reforçavam a nossa intenção. Era o modo de mostrar que não estávamos blefando quando oferecemos segurança e garantia de sua integridade.

Esforço inútil.

O criminoso mais velho retomou o seu ultimato de cinco minutos para providenciarmos o carro sob pena de ele matar um refém. Silenciamos.

Passados os cinco minutos, ele me chamou pelo telefone e cobrou o carro. Mal comecei a falar e fui interrompido por ele. Ele





DIÁRIO DE UM POLICIAL

sabia que o carro não havia sido providenciado e não se fez de rogado: avisou que, por isso, um dos reféns iria morrer. Disse isso e imediatamente virou-se para dentro da saleta e fez um disparo dentro do cômodo. Tomou o telefone novamente e me disse:

– Agora um já morreu, e se você não me providenciar o carro que eu estou pedindo faz tempo, eu vou matar o outro também.

Intervi pedindo calma e reforcei a minha intenção de tentar atender ao pedido. Para todos os efeitos, eu não tinha a palavra final no caso, porque estava ali na condição de mediador. O negociador é o mediador entre as partes. É certo que o negociador carrega consigo um amplo conhecimento das regras do jogo, das possibilidades cabíveis e daquilo que é vedado negociar. Mas também dispõe de uma margem na qual pode recorrer à consulta do comando da operação.

Havia dois atiradores de elite à minha disposição. Ambos estavam posicionados em locais estratégicos e, pelas lunetas de suas armas, tinham visualização de apenas um dos reféns. Eles fizeram contato comigo e comunicaram que, pelo semblante do refém que podiam observar, o disparo poderia ter sido uma simulação de assassinato. Ora, se são dois amigos e um deles vê o outro ser assassinado a sangue frio, é fácil imaginar que alguma expressão de transtorno, revolta ou tristeza seja esboçada em sua linguagem corporal. Como o atirador de elite não observou esses sinais, a chance de ter havido uma simulação naquela sala tornou-se considerável. Mesmo assim, precisei fingir acreditar na cena, quando pedi tempo para negociar com o comando da operação uma autorização para atender ao pedido do carro, o que na verdade é uma hipótese inexistente.

Ambos, o comandante e o subcomandante do batalhão da área, estavam presentes na crise, do lado de fora do templo. O primeiro tinha acabado de assumir a função e era um profissional que construiu sua carreira numa área distinta das chamadas “operações especiais”. Ao lado dele, estava o subcomandante do batalhão que,





O TEMPLO EVANGÉLICO

embora tendo construído a sua carreira inteira na área especializada, era um profissional sem nenhum conhecimento técnico, inseguro e que mais tarde acabou sendo um dos personagens centrais da tragédia conhecida como “caso Eloá Pimentel”, quando uma refém foi morta e outra ferida em uma ação policial desastrosa, que repercutiu no país inteiro.

Saí do templo e fui conversar com o comandante. Aproximei-me e disse textualmente que, em mais de dez anos atuando em ocorrências com reféns, eu nunca tinha visto um criminoso tão determinado a não se entregar como aquele, e que era possível perceber isso inclusive quando o telefone estava desligado, já que pelo microfone embutido captávamos suas falas e notávamos o quanto estava determinado a não sair dali preso.

Nas audições feitas pela escuta plantada no aparelho nós o ouvíamos repetir insistentemente que queria fugir. A situação não dava sinais de que avançaria como eu esperava. Permitir que aquele teatro macabro se estendesse, era arriscar demais a vida do refém e talvez de ambos, caso se confirmasse que o tiro não fora dado para matar um dos dois pastores. Então solicitei autorização para empregar força letal. Queria permissão para conduzir a negociação criando o ângulo necessário para que os meus atiradores de elite entrassem em ação. Seria o fim da linha para aquele criminoso. Como ele estava demorando muito, eu decidiria qual letra “C” selaria o destino de sua vida.

O comandante, ao ouvir a solicitação que fiz, preferiu consultar o “escalão superior”. Pediu licença e saiu de perto, indo parar num canto afastado de nós para fazer o seu telefonema. Passados alguns minutos, retornou dizendo que era para eu continuar com o processo de negociação e não tomar o rumo que eu queria; a autorização fora negada, portanto.

Fiquei perplexo: na hora tive certeza de que ele não soubera reproduzir para o seu interlocutor a gravidade real da situação. Então, disse a ele:





DIÁRIO DE UM POLICIAL

– Comandante, estou entendendo que a partir de agora a Polícia Militar, por intermédio do GATE, está assumindo o risco desnecessário de perder reféns para não matar um criminoso.

As minhas palavras o deixaram constrangido, pois no íntimo ele sabia que a situação era bastante grave, mas faltou a ele impor-se na situação, honrar a sua patente e “segurar a onda”. Voltei para a negociação, mas, como havia previsto, a situação não retrocedeu um milímetro sequer.

De repente, o criminoso surgiu na porta da sala segurando o refém que restava vivo e o colocou de joelhos, diante de si e de todos os que podiam vê-lo, e engatilhou o revólver apontando-o para a cabeça do pastor. Quando apontou a arma, ele disse em alto e bom som para mim:

– Se você não providenciar o carro, este aqui também vai morrer.

Quando eu vi aquela cena, meu coração quase saiu pela boca. Bem sei que, nessas horas, não é só a intenção de atirar que age sobre a pessoa com a arma na mão, pois sempre há o risco de ocorrer um acidente, como um disparo acidental, que poderia matar o refém imediatamente. Foi preciso pedir-lhe “por favor” para que parasse com aquele gesto temerário e dizer a ele que eu tentaria uma vez mais verificar se conseguiria a autorização para fornecer o carro. Ele concordou e me deu um ultimato: eu tinha cinco minutos apenas.

Corri até o comandante e notei pela sua expressão que ele tinha “captado a mensagem” do bandido e que estávamos diante de uma situação de altíssima gravidade. Meu olhar fulminante na direção dele substituiu a necessidade de usar qualquer palavra, mas ele afastou-se novamente para fazer uma ligação para o seu superior e tentar a autorização para que eu aplicasse o uso de força letal.

Pouco tempo depois, ele retornou e deve ter sido mais convincente dessa vez na sua argumentação, pois deu a resposta que eu esperava: “Luz verde”.





O TEMPLO EVANGÉLICO

Autorizado, tomei o rádio e fiz contato dizendo:

– Atenção atiradores *sniper 1* e *sniper 2*. A partir de agora “luz verde” para ambos. É 100% ou nada.

Os rapazes entenderam que quem tivesse um bom ângulo para acertar o criminoso na precisão “*one shot, one kill*” – um tiro, uma morte – estava autorizado a fazer o disparo. Mal eu terminei de dar a ordem e o tal “subcomandante” entrou pelo canal do rádio, dizendo:

– Comando GATE, luz verde “naquelas condições”, viu?

Quando ouvi isso, devo confessar, tive vontade de atirar no subcomandante. Cancelei a ordem dada para os meus atiradores imediatamente e parti em direção ao local onde o subcomandante estava. Precisava tirar satisfações com ele, porque aquilo era uma operação com refém, não era um pedido de namoro entre dois adolescentes. A situação era para gente madura e o subcomandante estava bem longe disso.

– Que condições são essas, subcomandante? – perguntei.

– Só é para atirar se o criminoso estiver engatilhando a arma na cabeça do refém novamente – ele respondeu.

Quando ouvi isso, esqueci a hierarquia. Fiquei mais furioso do que estava. Aproximei-me dele e olhando bem em seus olhos, retruquei:

– Onde foi que o senhor aprendeu isso? É exatamente isso que não vamos fazer, subcomandante, esperar que ele aponte a arma novamente. Pois é justamente a possibilidade de um espasmo muscular do criminoso após ser baleado que pode pôr em risco a integridade física e a própria vida do refém.

Estávamos novamente diante de um dilema, então suspendi a operação. Mas algo inesperado acabou acontecendo.

Um dos meus atiradores comunicou via rádio que tinha contato visual com um dos reféns. De onde estava, via um refém que olhava para fora e fazia sinais de que algo acontecia dentro da sala. Os sinais que fazia eram interpretados pelo *sniper* como se estivesse pedindo





DIÁRIO DE UM POLICIAL

permissão para sair dali. Eu não sabia ao certo o que estava acontecendo, então respondi instintivamente que, se o refém fazia sinal para sair, que o policial mais próximo fizesse sinal de volta autorizando a saída do local. Ficamos todos apreensivos porque até aquele momento não tínhamos nenhuma manifestação dos reféns. Era um elemento novo na ocorrência.

Quando dei a autorização para meu *sniper* responder ao refém, olhei imediatamente para a direção da sala onde estavam e vi uma cena que jamais poderia imaginar: ambos os reféns saíram correndo de dentro da sala, atravessaram todo o templo e vieram ao nosso encontro; os seus familiares fizeram o mesmo quando os viram correndo para nos encontrar.

A velocidade com que eles correram foi inimaginável. Se pudéssemos ter medido, acredito que teríamos um novo recorde olímpico, dentro de um templo evangélico.

Nós protegemos os reféns assim que chegaram ao nosso encontro. Eu perguntei a eles o que havia acontecido para que pudessem se arriscar daquela maneira, e eles disseram que o criminoso havia se sentado um pouco e deu um cochilo rápido, apenas o suficiente para que pudessem escapar.

Os reféns estavam salvos, mas a operação ainda não havia terminado. Era preciso conter o criminoso que, com toda certeza, ficaria bem irritado ao acordar e perceber que o cachimbo caíra enquanto ele cochilava. Bandido amador é assim: se você der duas tartarugas para ele tomar conta, a manca foge e a outra engravida.

Afastamos os reféns e seus familiares e concentrei-me novamente na figura do bandido. Acionei o telefone uma vez mais e o aparelho tocou dentro da sala. Posso imaginar a cena daquele homem acordando sozinho e meio desorientado, sem saber as últimas notícias e o que havia acontecido com os reféns que ele mantinha sob ameaça. Ele atendeu ao telefone e notei que estava bastante sem graça e





O TEMPLO EVANGÉLICO

desconcertado pela bobeadada que dera; com alguns minutos de conversa, ele decidiu render-se também.

Eu estive por trinta anos na polícia e atuei em inúmeras ocorrências em que o nível de adrenalina esteve altíssimo, mas seria capaz de acreditar que Deus, ou a fé daquele povo, fez o tomador de reféns dormir os minutos necessários para que ninguém saísse da igreja dentro de um caixão. Assim, o último envolvido na cena do crime saiu dali preso, como era o nosso plano, direto para o primeiro “C”, o de cadeia.







CAPÍTULO 20

COMO VEJO A TENDÊNCIA PARA O FUTURO







Legenda

Em trinta anos de serviço ativo, constatei a notável evolução nos mecanismos de combate ao crime em São Paulo. Eu posso dizer que a polícia que eu deixei no ano de 2010 era muito melhor que a polícia na qual entrei em 1980. Se você interrompesse a leitura do livro neste parágrafo, pensaria que eu saí feliz dessa história. De fato, tive muitas alegrias na PM. Mas é preciso avançar!

A maioria dos policiais é gente de bem, que se esforça diuturnamente para fazer mais e melhor tudo aquilo que a sociedade espera que façam por meio das suas instituições – Polícia Civil, Militar e Científica. Por isso, elas devem perseguir alvos mais elevados, por meio da modernização, da renovação da cultura interna e do aprofundamento das bases democráticas.

Por exemplo, a Polícia Técnico-Científica, depois que teve autonomia e se separou da Polícia Civil, perdeu um pouco da pujança. Em





DIÁRIO DE UM POLICIAL

que pese inovações pontuais, ela precisa de laboratórios sofisticados, equipamentos de ponta e pessoal para fazer frente às demandas da sociedade atual no mesmo nível de polícias como as dos Estados Unidos e da Europa. Afinal, estamos numa das maiores cidades do planeta.

A Polícia Civil teve avanços no plano de carreira, vem lutando pela equiparação às carreiras jurídicas, o que atrairá bons profissionais para seus quadros – que hoje estão defasados – e limitará a perda dos melhores homens para carreiras mais interessantes, como tem ocorrido.

Outro aspecto importante da Polícia Civil é sua capacidade de promover operações no sistema de “força-tarefa”, com resultados significativos e grande apelo midiático.

As novas gerações de profissionais têm mudado a percepção de que as delegacias são “balcões de negócio”, onde o inquérito policial pode servir como “arma” para “criar dificuldades e vender facilidades”. Esclarecida, a sociedade atual já não cai nessas armadilhas criadas por corruptos.

A maior preocupação, para mim, é a minha Polícia Militar. Primeiro, porque é a maior de todas, com mais de 94 mil profissionais espalhados por todo o estado. Segundo, porque é a que tem maior visibilidade entre a população, nas suas diversas modalidades: policiamento a pé, de moto, de carro, no trânsito, Ambiental, Choque, Bombeiros, Rodoviária, Cavalaria, Canil, helicópteros etc. E terceiro, porque a sua estética militar é muito questionada, por se assemelhar ao regime autoritário vivido no país durante os “anos de chumbo”, tudo isso somado ao fato de a PM ser proibida de sindicalizar-se e fazer greve. Por outro lado, a mesma estética é a sua principal ferramenta quando nos voltamos para a sociedade, que a percebe como uma instituição estável e segura.

A meta da Polícia Militar é ser defensora da sociedade. Seu *slogan* diz: “Polícia Militar – você pode confiar”, mas é preciso aproximar mais a prática do discurso.

A oficialidade precisa ser fortalecida e para tanto precisa ser contemplada por um projeto claro e ambicioso de segurança pública, com metas





COMO VEJO A TENDÊNCIA PARA O FUTURO

de curto, médio e longo prazos, no qual seja feita justiça aos profissionais não comprometidos que, como disse Theodore Roosevelt, “vivem numa penumbra cinzenta que não conhecem nem a vitória nem a derrota”.

Os responsáveis por manter a tradição quase bicentenária da Polícia Militar de São Paulo precisam encontrar um ponto de equilíbrio entre a modernidade e os novos ares que sopram por aqui. Não é saudável esquivar-se do confronto com questões como a letalidade policial; a disciplina rigorosa, mesmo nas infrações menores; a falta de coragem em apurar e identificar as causas da fragilidade de jovens oficiais, quando eles não dão o exemplo e deixam de exigir dos subordinados o cumprimento das normas vigentes; e a falta de visão para aceitar críticas como oportunidades para o aperfeiçoamento dos métodos e do diálogo com outros órgãos e institutos, particularmente com o meio acadêmico, que pode contribuir muito.

Com tudo isso, ainda vejo uma Polícia Militar eficiente quando comparada a outros órgãos do Estado. Onde há atividade humana, há possibilidade de erro. Isso não significa que a Polícia Militar compactue com os erros cometidos. Ela pune, mas é preciso ir além, é preciso perseguir a excelência, ser preventiva, não reativa, no trato com as falhas humanas. Quem recebe do Estado o poder do uso de força, inclusive letal, não pode se contentar nem tolerar uma atuação mediana. Deve buscar a perfeição. O verdadeiro policial é permanentemente inquieto para fazer mais e melhor, sempre amparado pela Lei do país e pelas normas e convenções sociais.

Finalmente, como policial, mas antes de tudo como cidadão, quero ter orgulho – e terei – de ver o meu Estado e o meu país com uma polícia forte, temida pelos criminosos e em alta consideração por parte da população. Uma polícia formada por policiais que saibam proteger a si mesmos para, a partir disso, proporcionar segurança para os cidadãos; policiais que deem o exemplo sempre, que tenham orgulho, como eu tenho, de falar apaixonadamente qual é a minha profissão: Policial Militar.





Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro
e impresso pela R.R. Donnelley
para a Editora Planeta do Brasil
em janeiro de 2016

